

**ALBERTO SIMÃO DA SILVA**

**ANÁLISE DO DESEMPENHO DA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFV  
APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE FOMENTO PROF/CAPES**

**Dissertação apresentada à  
Universidade Federal de Viçosa, como  
parte das exigências do Programa de  
Pós-Graduação em Administração,  
para obtenção do título de *Magister  
Scientiae*.**

**VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2009**

**ALBERTO SIMÃO DA SILVA**

**ANÁLISE DO DESEMPENHO DA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFV  
APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE FOMENTO PROF/CAPES**

Dissertação apresentada à  
Universidade Federal de Viçosa, como  
parte das exigências do Programa de  
Pós-Graduação em Administração, para  
obtenção do título de *Magister  
Scientiae*.

APROVADA: 17/02/2009.

---

Prof<sup>a</sup>. Suely de Fátima Ramos Silveira  
(Coorientadora)

---

Prof. Marco Aurélio Marques Ferreira  
(Coorientador)

---

Prof. João Eustáquio de Lima

---

Prof. Og Francisco Fonseca de Souza

---

Prof<sup>a</sup>. Nina Rosa da Silveira Cunha  
(Orientadora)

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me acompanhado e guiado nessa difícil etapa de minha vida e por ter me dado serenidade e fé para revigorar-me em todos os momentos.

À Universidade Federal de Viçosa e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, por terem autorizado meu treinamento e disponibilizado os dados utilizados nesta pesquisa.

Ao Departamento de Administração, pela oportunidade de realizar meus estudos e por ter viabilizado meu crescimento intelectual, profissional e pessoal.

Aos professores do Programa de Mestrado em Administração, que procuraram repassar seus conhecimentos de maneira desprendida e amigável.

À minha orientadora, Professora Nina Rosa da Silveira Cunha, e aos coorientadores Professores Marco Aurélio Marques Ferreira, Ricardo Correa Gomes, Suely de Fátima Ramos Silveira e Tocio Sedyama, pelo esforço, dedicação, amizade e consideração.

Ao meu colega de trabalho, Dr. Maurício B. Coelho, pela constante ajuda mostrando-me o caminho para transpor as barreiras encontradas durante o desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor João Eustáquio de Lima, pelas relevantes considerações e sugestões.

Aos professores que compuseram a banca de defesa, pelas valiosas sugestões.

Aos meus colegas e amigos do curso de Mestrado em Administração, pelas palavras de conforto e pelos momentos de descontração.

À minha esposa, filhas e familiares, por compreenderem e aceitarem as minhas ausências com resignação e incentivo.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste estudo.

## **BIOGRAFIA**

ALBERTO SIMÃO DA SILVA, filho de José Fonseca da Silva e Zeferina Soares de Moraes, nasceu em São Miguel do Anta, MG, em 1962, mudando-se para a cidade de Viçosa, MG, em 1964, onde reside até hoje.

Trabalhou no Escritório de Contabilidade Ético Ltda., no período de 1981 a 1985. Ingressou, em 1985, na Universidade Federal de Viçosa, na Carreira Técnico Administrativo, onde ainda é funcionário.

Em janeiro de 1988, graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa - UFV. Especializou-se em Gestão Pública pela Faculdade da Região dos Lagos – Ferlagos, RJ, em dezembro 2005. Em março de 2007, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Administração, em nível de Mestrado, no Departamento de Administração da UFV, com submissão da defesa de dissertação em fevereiro de 2009.

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	vi
LISTA DE QUADROS.....	vii
LISTA DE TABELAS .....	viii
LISTA DE SIGLAS .....	ix
LISTA DE VARIÁVEIS.....	x
RESUMO .....	xi
ABSTRACT .....	xiii
1 INTRODUÇÃO.....	01
1.1 Os Programas de Fomento à Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no Brasil .....	02
1.1.1 O Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF .....	04
1.1.1.1 A Comissão de Planejamento e Gerência - CPG do PROF .....	05
1.1.1.2 O Projeto de Planejamento Institucional – PPI .....	05
1.1.2 A Mudança na Condução da Política Administrativa .....	06
1.2 O problema e Sua Importância .....	07
1.3 Relevância do Estudo .....	08
1.4 Objetivos .....	09
1.4.1 Objetivo Geral .....	09
1.4.2 Objetivos Específicos .....	09
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 Administração Pública: a gestão administrativa .....	10
2.1.1 Descentralização no Serviço Público .....	11
2.2 Avaliação de Desempenho .....	13
2.2.1 Avaliação de Desempenho no Setor Público.....	15
2.2.1.1 Avaliação em Instituições de Ensino Superior e em Programas de Pós-Graduação.....	17
3 METODOLOGIA .....	20
3.1 Delineamento da Pesquisa. ....	20
3.2.Unidades de Análise.....	21
3.3 Sujeitos da Pesquisa.....	21
3.4 Seleção da Amostra.....	22
3.5 Coleta dos Dados .....	22
3.6 Tratamento dos Dados.....	24
3.7 Referencial Analítico.....	26
3.7.1 Critérios Utilizados pela CAPES para a Avaliação dos Programas no Triênio 2004/2006 .....	26

3.7.2 Critérios Utilizados pela UFV para Medir o Desempenho dos Programas e Distribuição dos Recursos do PROF.....	31
3.7.2.1 Procedimentos de Cálculo dos Índices de Desempenho.....	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	41
4.1 Análise da Evolução das Variáveis Utilizadas pelo PROF/UFV .....	41
4.2 Evolução dos Conceitos após o Ingresso da UFV no PROF .....	45
4.2.1 Análise Comparativa da Evolução dos índices do PROF e dos Conceitos.....	47
4.2.2 Estudo de caso: Entomologia e Fitotecnia .....	51
4.2.2.1 Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia .....	51
4.2.2.2 Programa de Pós-Graduação em Entomologia .....	53
4.3 Crescimento da Pós-Graduação na UFV.....	55
4.3.1 Evolução Quantitativa da Pós-Graduação na UFV .....	56
4.3.2 Evolução da Produção Científica .....	57
4.4 Necessidade de Revisão das Variáveis Componentes do PROF.....	62
4.4.1 Confrontação dos critérios da Capes e do PROF e a Proposição de Ajustes.	62
4.5.2 Ajustamentos no Cálculo .....	64
4.5 Opinião dos Coordenadores sobre o PROF.....	66
4.6 Considerações sobre Resultados e Pressupostos Teóricos.....	75
5 RESUMO E CONCLUSÕES .....	80
6 REFERÊNCIAS .....	84
APÊNDICE A – Evolução do número de alunos matriculados nos programas de pós-graduação da UFV no período de 1998 a 2007.....	88
APÊNDICE B – Questionário UFV/PROJADM/PESQUISA ENT X FIT.....	89
APÊNDICE C – Questionário UFV/PROJADM/PESQUISA COORDENADOR.....	91
ANEXO 1 - Distribuição de Recursos PROF/UFV/2008 .....	93

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução do índice anual de publicações <i>per capita</i> com valoração do PROF.....	42
Figura 2 – Evolução do TMT para o nível de mestrado (média UFV).....	43
Figura 3 – Evolução do TMT para o nível de doutorado (média UFV).....	43
Figura 4 – Evolução do número de alunos matriculados nos programas de pós-graduação na UFV no período de 1998 a 2007.....	44
Figura 5 – Evolução dos índices de desempenho da base PROF/UFV dos programas com conceito 7 no triênio 2004/2006.....	48
Figura 6 – Evolução dos índices de desempenho da base PROF/UFV dos programas com conceito 6 no triênio 2004/2006.....	49
Figura 7 – Evolução dos índices de desempenho da base PROF/UFV dos programas com conceito 5 no triênio 2004/2006.....	49
Figura 8 – Evolução dos índices de desempenho da base PROF/UFV dos programas com conceito 4 no triênio 2004/2006.....	50
Figura 9 – Evolução dos índices de desempenho da base PROF/UFV com valoração do PROF dos programas de Fitotecnia e Entomologia.....	51
Figura 10 – Evolução do número médio de alunos por programa para o período de 1998 a 2007.....	57
Figura 11 – Publicações de livros dos programas de pós-graduação da UFV, no período 2002/2007.....	59
Figura 12 – Publicações de capítulos de livros dos programas de pós-graduação da UFV, no período 2002/2007.....	59
Figura 13 – Evolução das publicações dos programas de pós-graduação da UFV em periódicos internacionais e nacionais no período 2002/2007.....	60
Figura 14 – Evolução do total de artigos publicados pelos programas de pós-graduação da UFV em periódicos internacionais e nacionais no período 2002/2007.....	61
Figura 15 – Somatório do fator de impacto dos periódicos com as publicações dos programas de pós-graduação da UFV, no período 2002 a 2007.....	61
Figura 16 – Ilustração do mecanismo de gestão antes (A) e depois (D) do PROF na UFV.....	76

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo dos programas da CAPES de fomento à pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> .....	03
Quadro 2 – Resumo dos quesitos e itens, com seus respectivos pesos, utilizados na avaliação dos programas de pós-graduação acadêmicos na área de Ciências Agrárias para o triênio 2004-2006.....	27
Quadro 3 – Cálculo da produção científica dos programas (valores ilustrativos)	36
Quadro 4 – Cálculo do índice relativo de produção científica (valores ilustrativos).....	37
Quadro 5 – Cálculo dos índices de desempenho dos programas, para o nível de mestrado, com os respectivos valores alocados (valores ilustrativos).....	40

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Critérios mínimos para definição de notas.....	31
Tabela 2 – Pontuação de produção científica em periódicos, livros e capítulos de livros.....	36
Tabela 3 – Evolução das variáveis consideradas no PROF no período de 1998 a 2007.....	41
Tabela 4 – Evolução dos conceitos CAPES dos programas da UFV.....	45
Tabela 5 – Evolução dos índices de desempenho dos programas do nível de mestrado.....	47
Tabela 6 – Evolução do número de alunos matriculados no mestrado e no doutorado para os programas consolidados e novos nos anos de 1998 e 2007..	56
Tabela 7 – Número de programas oferecidos pela UFV, em nível de mestrado e doutorado, nos anos de 1998 e 2007.....	57
Tabela 8a – Produção Científica dos programas de Pós-graduação da UFV por tipo de publicação e fator de impacto no período de 2002/2007.....	58
Tabela 8b – Produção científica dos programas de pós-graduação da UFV, por tipo de publicação e fator de impacto, período de 2002/2007, <i>per capita</i> ..	58
Tabela 9 – Avaliação dos coordenadores em relação ao PROF.....	66
Tabela 10 – Justificativa dos coordenadores sobre mudança na gestão financeira dos programas após adoção do PROF.....	67
Tabela 11 – Justificativas dos coordenadores sobre mudança na gestão administrativa dos programas após adoção do PROF.....	68
Tabela 12a – Pontos positivos apresentados pelos coordenadores em relação às normas do PROF definidas pela CAPES.....	68
Tabela 12b – Pontos negativos apresentados pelos coordenadores em relação às normas do PROF definidas pela CAPES.....	69
Tabela 13a – Pontos positivos apresentados pelos coordenadores em relação às normas do PROF definidas na UFV.....	69
Tabela 13b – Pontos negativos apresentados pelos coordenadores em relação às normas do PROF definidas na UFV.....	70
Tabela 14 – Justificativas apresentadas pelos coordenadores em relação à melhoria no desempenho quanto à eficiência e qualidade dos programas.....	71
Tabela 15 – Sugestões apresentadas pelos coordenadores para alterações no modelo de gestão e nos critérios do PROF na UFV.....	72
Tabela 16 – Justificativas apresentadas pelos coordenadores para a UFV continuar no convênio PROF.....	73

## LISTA DE SIGLAS

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPG: Comissão de Planejamento e Gerência do PROF

CTC: Conselho Técnico Científico da CAPES

DS: Programa de Demanda Social

*D.Sc.: Doctor Scientiae.*

FAPEMIG: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FAPESP: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos

FUFPI: Fundação Universidade Federal do Piauí

IES: Instituições Ensino Superior

IFES: Instituições Federais de Ensino Superior

*JCR: Journal Citation Report*

*M. Sc.: Magister Scientiae.*

MEC: Ministério da Educação

PPG: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFV

PPI: Projeto de Planejamento Institucional

PROEX: Programa de Excelência da Pós-Graduação

PROAP: Programa de Apoio à Pós-Graduação

PROF: Programa de Fomento à Pós-Graduação

UFLA: Universidade Federal de Lavras

UFMA: Universidade Federal do Maranhão

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA Universidade Federal do Pará

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

UFPR: Universidade Federal do Paraná

UFRPE: Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UnB: Universidade de Brasília

UFV: Universidade Federal de Viçosa

## LISTA DE VARIÁVEIS

IRMSc: Índice relativo para o nível de mestrado  
IRDSc: Índice relativo para o nível de doutorado  
IRPC: Índice relativo de produção científica  
IRTMT: Índice relativo de TMT  
IRNAM: Índice relativo de número de alunos matriculados  
IRCC: Índice relativo de conceito CAPES  
PC: Produção científica  
TMT: Tempo médio de titulação  
NAM: Número de alunos matriculados  
CC: Conceito CAPES  
IPCi: Índice de produção científica per capita do programa  
IPC: Índice de produção científica per capita  
ITMT: Índice de TMT do programa  
TMTp: TMT do programa  
ICCi: Índice do conceito CAPES do programa  
ICC: Índice de conceito CAPES  
NAMi: Número de alunos matriculados no programa  
NAM: Número de alunos matriculados  
FDS: Fração do orçamento para o nível de doutorado  
FMS: Fração do orçamento para o nível de mestrado  
VBD: Valor da bolsa de doutorado (R\$)  
VBM: Valor da bolsa de mestrado (R\$)  
NCD: Número de programas de doutorado  
NCM: Número de programas de mestrado

## RESUMO

SILVA, Alberto Simão da, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2009.  
**Análise do desempenho da pós-graduação da UFV após a implantação do Programa de Fomento PROF/CAPES.** Orientadora: Nina Rosa da Silveira Cunha. Coorientadores: Marco Aurélio Marques Ferreira, Ricardo Correa Gomes, Suely de Fátima Ramos Silveira e Tocio Sedyama.

Objetivou-se, analisar o desempenho dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Viçosa – UFV, ao se implantar a nova gestão do Programa de Fomento à Pós-Graduação (PROF), criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O PROF caracteriza-se por apresentar nova filosofia e política de ação, com vistas a atender às peculiaridades das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e às particularidades de seus programas. Instituiu uma gestão descentralizada, o que permitiu às IFES aplicarem os recursos financeiros mediante seu próprio gerenciamento. Para isso, o convênio apresentou flexibilidade na aplicação e na alocação diferenciada dos recursos entre os programas, no âmbito da instituição. Facultou aos programas definirem o valor de aplicação entre bolsas e fomento e, no caso de bolsas, determinar o número a ser alocado para o nível de mestrado e de doutorado. A concepção central era desenvolver um processo de planejamento que, ao ser implementado, levasse à melhoria do desempenho da Pós-Graduação. Na UFV, ficou definido que a distribuição dos recursos entre os programas se baseasse em indicadores de desempenho, de forma a premiar a produtividade científica e a competência acadêmica. Tais variáveis foram: Tempo Médio de Titulação – TMT, Produtividade Científica – PC (composta por livros, capítulos, periódicos nacionais e internacionais somados aos respectivos fatores de impactos), Número de Alunos Matriculados no Programa – NAM e Conceito do programa na CAPES – CC. Visando analisar esse desempenho, foi verificada a evolução dessas variáveis, descreveu o crescimento da pós-graduação da UFV, examinou a necessidade de rever as variáveis componentes do PROF/UFV e observou a opinião dos coordenadores a esse respeito. A pesquisa é classificada como exploratória e descritiva, de cunho quantitativo e parcela de caráter qualitativo. Quanto aos meios, classifica-se como um estudo de caso e documental, uma vez que, neste trabalho, foi analisada a evolução da pós-graduação da UFV, no período de 1998 a 2007. Constatou-se que todas as variáveis evoluíram positivamente neste período. O TMT reduziu 21,3% para o nível de mestrado e 16,2% para o de doutorado. O Índice de PC *per capita* aumentou 85,3%. O NAM cresceu 50,9% e o CC, comparando elevações e reduções, registrou saldo positivo de quatro elevações. Verificou-se ótima aceitação do PROF pelos coordenadores dos programas, além de considerar o seu atendimento melhor que o da DS/PROAP, que seria a outra opção. Com isso, evidenciou-se que o

planejamento institucional com definições de metas, bem como a distribuição dos recursos de forma a premiar o bom desempenho, foram importantes para garantir o sucesso dos programas.

## ABSTRACT

SILVA, Alberto Simão da, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2009.  
**Analysis of the performance of the UFV graduate programs after implantation in the PROF/CAPES Promotion Program.** Advisor: Nina Rosa da Silveira Cunha.  
Co-advisors: Marco Aurélio Marques Ferreira, Ricardo Correa Gomes, Suely de Fátima Ramos Silveira and Tocio Sedyama.

The objective of this thesis was to analyze the performance of the Universidade Federal de Viçosa - UFV graduate programs with the implementation of the new management of the Programa de Fomento à Pós-Graduação (PROF) (Graduation Promotion Program), created by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Brazilian Federal Agency for Support and Evaluation of Graduate Education). The PROF presents a new activity philosophy and policy, aiming to meet the specific needs of the Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (Federal Institutions of Higher Education) and their programs. The PROF established a decentralized management, which allowed the IFES to manage the application of their own financial resources. For such, the agreement offered flexibility for resource application and use in the programs, inside the institution scope. It allowed the programs to define the value to be applied in scholarships and promotion and the number of scholarships which would be granted for master's and doctorate degrees. The core conception was to develop a planning process that would lead to the improvement of the Graduate Program performance. In the UFV, it was established that the resource distribution would be based on variables, in a way to reward scientific productivity and academic competence. Such variables were: Average Time Spent for Title Achievement - TMT, Scientific Productivity - PC (comprising books, chapters, national and international journals, and the respective impact factors), Number of Students Enrolled in the Program - NAM and CAPES Evaluation of the program – CC. Aiming to analyze such performance, the evolution of these variables was evaluated. It described the increase of the UFV Graduate Programs, and examined the need for the revision of the PROF/UFV component variables, as well as the opinion of the coordinators about this issue. The research is classified as exploratory, descriptive, and mainly quantitative, but it presents a partially qualitative trait. As to the means, it is classified as a documental case study, since it analyzed the evolution of the Universidade Federal de Viçosa – UFV Graduate programs, in the period from 1998 to 2007, when the agreement started. It was observed that all the variables evolved positively in the period. The TMT suffered a reduction of 21.3% for the level of master's and 16.2% for doctorate. The PC index *per capita* presented an increase of 85.3%. The NAM increased 50.9% and the CC presented a surplus of 4 raises, when raises and reductions were compared. It was observed an excellent acceptance of the PROF by

the program coordinators, who also considered that it gave a better assistance than the DS/PROAP, which would be another alternative. With that, it was clear that the institutional planning with the definition of goals, as well as resource distribution in a way to reward good performance were important factors to guarantee the success of the programs.

## 1 INTRODUÇÃO

O desempenho científico e tecnológico das nações é determinante para seu estágio de desenvolvimento. Os níveis de desenvolvimento social, político, econômico e tecnológico de um país estão intimamente relacionados ao seu sistema de educação e à formação de recursos humanos qualificados, em especial às políticas de educação em nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e de desenvolvimento de pesquisas. Os papéis da pós-graduação e da pesquisa constituem elementos-chave para o desenvolvimento científico e tecnológico e são cada vez mais relevantes para o País. Neste contexto, a pós-graduação, atrelada à pesquisa científica, tem constituído a base para o desenvolvimento.

Atento a isso, o governo brasileiro tem buscado alternativas para incentivar e valorizar tanto a pesquisa como o ensino de pós-graduação. Para viabilizar este incentivo existem, no Brasil, agências como o CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos e a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Além dessas agências, os Estados também possuem suas agências financiadoras, como a FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, a FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, entre outras.

Criada em 1951, a CAPES, agência vinculada ao Ministério da Educação, é encarregada para subsidiá-lo na formulação de políticas de pós-graduação. Ela tem também as funções de avaliação, acompanhamento e coordenação de todas as atividades relativas à pós-graduação no Brasil. A CAPES procede as avaliações de cursos novos de mestrado, doutorado e mestrado profissional e, também, de cursos já existentes, através de avaliações trienais, atribuindo-lhes conceitos e dando garantia de qualidade. Para executar essas políticas de incentivo e custeio à pesquisa e à pós-graduação, ela conta com diversos programas, entre eles está o Programa de Fomento à Pós-Graduação (PROF).

Criado a partir de 1998, o PROF tem como filosofia básica a efetiva mudança na condução da política de pós-graduação no âmbito das universidades, baseada em Projeto de Planejamento Institucional – PPI, bianual, em que se detectam os pontos fracos a serem impactados e estabelecem-se as metas a serem atingidas e providências a serem tomadas visando correções das deficiências. Soma-se a isso a alocação de recursos financeiros de forma mais flexível e descentralizada para as IFES. Tudo isso é gerenciado e acompanhado por uma Comissão de Planejamento e Gerência – CPG/PROF.

Desde o início do programa PROF, a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a convite da CAPES, aderiu-se a ele, saindo dos modelos anteriores, que eram o Programa de Demanda Social – DS e o Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP. Nesses programas, a agência de fomento traça todas as diretrizes para execução das políticas, com pouca intervenção das pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação das universidades. A adesão ao PROF exigiu que os Programas de Pós-Graduação e a Pró-Reitoria da UFV se adequassem ao novo modelo, reformulando a gestão destes, de forma a se enquadrarem ao sistema proposto. Isto exigiu grande volume de trabalho em termos de planejamento, organização, direção e controle por parte de todos os envolvidos. Com a gestão descentralizada, coordenada dentro da própria Universidade, acreditava-se que a Pós-Graduação tivesse desempenho superior ao que vinha sendo registrado.

A descrição dos mecanismos de funcionamento do PROF na UFV e a análise do novo desempenho são objetos de estudo deste trabalho.

### **1.1 Os Programas de Fomento à Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil**

O ensino de pós-graduação e a pesquisa são atividades complementares dentro de uma instituição de ensino superior, que contribuem para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Para tornar viável o desenvolvimento das pesquisas e do ensino de pós-graduação surgiram as agências de fomento para financiar tais atividades, utilizando-se de recursos públicos para tal fim.

A CAPES é a principal agência brasileira de fomento de bolsas de estudos e de auxílio à pós-graduação, financiando mais da metade das bolsas e auxílios no País (BRASIL, 2005). Em nível nacional, pode-se citar também a contribuição do CNPq e da FINEP. No Brasil, quase todos os estados também possuem suas agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação.

Como se observa no Quadro 1, para financiar a pós-graduação *Stricto-Sensu* nas IFES, a CAPES utiliza-se de quatro modalidades de programas: o Programa de Demanda Social (DS); o Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP); o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) e o Programa de Fomento à Pós-Graduação (PROF).

O Programa de Demanda Social (DS) visa à concessão de bolsas de estudo para custear os alunos de mestrado e doutorado no País. Refere-se ao pagamento da mensalidade de bolsa para proporcionar condições mínimas para dedicação exclusiva do pós-graduando que não possui fontes de recursos financeiros para custear seus próprios estudos. Cabe aos programas a responsabilidade de selecionar e acompanhar os bolsistas, conforme orientação da CAPES (BRASIL, 2005).

O PROAP tem como finalidade custear as atividades de apoio aos Programas de Pós-Graduação. Tais atividades compreendem a compra de materiais de consumo, equipamentos, passagens, participações em eventos científicos e outras atividades que possam contribuir para bom funcionamento operacional do programa (BRASIL, 2005).

As duas primeiras modalidades são complementares. Um mesmo Programa de Pós-Graduação normalmente recebe o DS e o PROAP. No caso do DS, a CAPES define o número de bolsas e faz a gestão do mesmo diretamente ao bolsista indicado pelo programa. Quanto aos recursos financeiros do PROAP, a CAPES define o montante de cada programa e repassa-o para as IFES, sem intermediação das pró-reitorias.

No caso do PROEX, instituído em 2004 para atender aos programas com duas avaliações consecutivas em níveis 6 ou 7, o montante de recursos é repassado diretamente às coordenações para que façam a gestão e a alocação entre bolsas e custeio, com maior flexibilização gerencial, principalmente no que se refere ao custeio/fomento (material de consumo e serviços), em nível de coordenação de cada programa (BRASIL, 2005).

Quadro 1– Resumo dos programas da CAPES de fomento à pós-graduação *Stricto Sensu* – 2008

<b>Programas</b>	<b>Tipo de Benefício</b>	<b>Forma de Gestão dos Recursos Financeiros</b>
Demanda Social <b>(DS)</b>	Bolsas de Estudos.	O número de bolsas de cada programa é definido pela Capes. O programa seleciona e cadastra o bolsista de acordo com os critérios da Capes.
Programa de Apoio à Pós-Graduação <b>(PROAP)</b>	Custeio das atividades de apoio aos programas.	O montante de cada programa é definido pela Capes. A Capes repassa o montante para a IFES custear as despesas do respectivo programa.
Programa de Excelência Acadêmica <b>(PROEX)</b>	Bolsas de estudos, atividades de apoio e equipamentos.	O montante de cada programa é definido pela Capes e gerido pelo coordenador do programa. O programa define quanto será utilizado em bolsas e custeio/fomento.
Programa de Fomento à Pós-Graduação <b>(PROF)</b>	Bolsas de estudos, atividades de apoio e equipamentos.	Os recursos financeiros são repassados para as IFES. O montante de cada programa é calculado, no âmbito da IFES, de acordo com critérios definidos pela Comissão de Planejamento e Gerência do PROF. No âmbito de cada programa é definido o valor a ser utilizado com bolsas e custeio/fomento.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O PROF visa à formação de recursos humanos, mediante incentivo financeiro para subsidiar ações previamente definidas. Os recursos são destinados às universidades que apresentaram projeto de planejamento institucional, onde são

estabelecidas metas a serem realizadas ao longo de dois anos (BRASIL, 2005). No caso do PROF, a CAPES repassa o montante total dos recursos financeiros para a instituição. Em nível institucional, define-se quanto cada programa receberá de acordo com o Projeto de Planejamento Institucional. Cada programa tem autonomia para gerenciar a alocação, conforme suas peculiaridades entre bolsa e custeio.

A diferença entre o PROEX e o PROF está na forma de repasse dos recursos e na gestão destes. No caso do PROF, os recursos financeiros são repassados para as instituições que os gerenciam. No PROEX, por sua, os recursos são repassados diretamente às coordenações dos programas para gerenciá-los.

### **1.1.1 O Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF**

O Sistema Brasileiro de Pós-Graduação, embora eficiente em seu conjunto, é particularmente heterogêneo. Sua atuação é marcada por desequilíbrios no atendimento de necessidades de regiões e de áreas do conhecimento, por especificidades próprias de cada área, por níveis diferenciais de desempenho entre os programas de uma mesma área (BRASIL, 2000).

Visando tornar mais explícita e mais bem fundamentada a relação de parceria que deve predominar na interação da CAPES com as Instituições e, mais especificamente, com as pró-reitorias e programas de pós-graduação, esta agência decidiu criar o PROF (BRASIL, 2000).

O PROF “tem por objetivo permitir um atendimento mais adequado às necessidades ou especificidades das Instituições de Ensino Superior, para alcançarem com qualidade a formação de recursos humanos”, de acordo com as metas estabelecidas e com o convênio realizado com os programas, instituições e agência. O convênio apresenta flexibilidade, permitindo, portanto, alocação diferenciada de recursos entre os programas (BRASIL, 2000, p. 2).

Para se conveniar, cada universidade deve apresentar processo consistente de planejamento global das ações com definições de metas e indicadores para avaliação designado de Projeto de Planejamento Institucional (PPI).

Nesse contexto, o PROF permite certa autonomia na utilização dos recursos, mediante análise da Comissão de Planejamento e Gerência do PROF – CPG/PROF, designada pela Universidade conveniada, de forma que atenda às necessidades de financiamento da pós-graduação e da pesquisa, contemplando as particularidades da instituição (BRASIL, 2000).

O PROF, ao apresentar facilidades, pode facultar, a cada programa, no âmbito das IFES, definir seu valor de aplicação entre bolsas e fomento, respeitando a aplicação mínima de 70% em bolsas, de acordo com o programa. Outra facilidade é a

possibilidade de conversão de valor de bolsa em fomento, caso o aluno defenda sua dissertação ou tese antes do tempo previsto, ou fomento em bolsa, quando novos bolsistas ingressarem no programa. Pode-se ainda, entre os programas, trocar recursos de custeio em capital e vice versa, dependendo de suas necessidades.

#### **1.1.1.1 A Comissão de Planejamento e Gerência – CPG do PROF**

A Portaria 59/2000/CAPES estabelece que o programa seja gerido pela Comissão de Planejamento e Gerência – CPG em cada IFES.

Para o bom funcionamento do PROF, é indispensável contar com uma Comissão de Planejamento e Gerência que, efetivamente, represente as áreas de conhecimento da Instituição. Não é recomendável excluir alguma área, em nome de se criar uma comissão enxuta e ágil. Isto pode prejudicar o planejamento das metas e indicadores, bem como a estruturação de uma política de distribuição de recursos financeiros (GREMSKI, 2001).

A CPG é responsável pela elaboração dos Projetos de Planejamento Institucionais – PPIs, juntamente com as coordenações dos programas, além de cuidar da definição de prioridades, da política de distribuição dos recursos e do acompanhamento periódico das metas propostas, afora outras atribuições (BRASIL, 2002a).

#### **1.1.1.2 O Projeto de Planejamento Institucional – PPI**

No PPI são estipuladas metas individuais por programa, por grandes áreas, para a Pró-Reitoria e metas gerais para a instituição. Estas metas visam corrigir possíveis deficiências dos programas e das grandes áreas, objetivando esclarecer os pontos fracos e passíveis de correções (BRASIL, 2002a).

A concepção central é desenvolver um processo de planejamento de atividades que, ao ser implementado, leve à mudanças nos programas, refletindo, ao final, na melhoria do desempenho global da pós-graduação da IFES (GREMSKI, 2001).

Para a elaboração do PPI devem-se cumprir três etapas:

- 1 - análise do cenário atual ou tendência de avaliação da pós-graduação na IFES, identificando em cada programa os pontos fracos, com base na avaliação da CAPES, a serem impactados com medidas de abrangência institucional;
- 2 - estabelecimento de metas que se esperam alcançar; e
- 3 - identificação de providências que contribuirão para atingir as metas propostas (BRASIL, 2002b).

No final do primeiro ano a IFES apresenta para a CAPES, um relatório parcial contendo as providências que foram tomadas naquele ano e no final do biênio, apresenta o relatório final informando os procedimentos e as metas atingidas.

Neste contexto, o PROF revela-se como instrumento indispensável de planejamento em médio prazo, visando ao desenvolvimento da pós-graduação. Concomitantemente, tendo em vista o acompanhamento realizado pela Comissão de Planejamento e Gerência, este programa transforma-se numa ferramenta de avaliação de desempenho institucional, pois a Comissão analisa as várias tendências de avaliações continuadas feitas pela CAPES e acompanha, junto com os programas, as metas atingidas e as correções das deficiências, objetivando melhores resultados da pós-graduação.

### **1.1.2 A Mudança na Condução da Política Administrativa**

O propósito principal do PROF foi oferecer um atendimento mais adequado às universidades e aos programas de pós-graduação. Para tanto, foram necessárias mudanças na forma de gerenciamento de todo o sistema de pesquisa e pós-graduação nas instituições, uma vez que ele tem como filosofia básica a mudança na condução administrativa da política de pós-graduação no âmbito da universidade.

Saindo de uma situação em que todas as funções relacionadas ao orçamento e ao financiamento da pós-graduação eram integralmente exercidas pela CAPES, a qual, utilizando parâmetros idênticos para todo o País, definia valores de custeio e bolsas para todos os programas, passando-se para um novo modelo em que a IFES assume a responsabilidade pela condução desse processo (GREMSKI, 2001, p. 4).

Com esse novo modelo, a instituição deixou de exercer papel passivo, de mera expectadora de política sobre a qual não podia ter qualquer controle ou introduzir mudanças no seu curso. Anteriormente, o papel das Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação (e por extensão das IFES) era passivo, ou seja, consistia apenas em um canal de comunicação de decisões previamente definidas, as quais não levavam em conta, entre outras coisas, as peculiaridades dos programas, as características regionais, enfim, a heterogeneidade natural da pós-graduação. Com isso, a pós-graduação tendia a se isolar no âmbito da IFES, cada programa se estabelecendo no seu nicho, tomando suas próprias decisões à revelia da instituição (GREMSKI, 2001).

A adoção do PROF constitui-se em mudança significativa nas atividades que são executadas na Instituição em relação à pesquisa e Pós-Graduação. Embora a IFES, em qualquer situação, possa e deva propor e desenvolver uma política institucional para a sua Pós-Graduação e pesquisa, visando sua qualidade acadêmica, sem as possibilidades que o PROF oferece, sua capacidade de tornar abrangentes suas ações nesta área é limitada. Na situação onde há Demanda Social e PROAP, cada programa goza de ampla autonomia administrativa e financeira em nível institucional, pois sua dependência nessa área está relacionada diretamente à CAPES. Cabe à

Instituição, neste caso, apenas um papel intermediário e burocrático, o que limita sua capacidade de planejamento, estímulo ou indução de metas ou prioridades de caráter mais institucional em relação à sua Pós-Graduação. Com o PROF, a IFES adquire a condição de exercer o controle não apenas acadêmico como, também, administrativo e financeiro de seus programas, o que amplia sobremaneira sua capacidade de definir uma política de Pós-Graduação efetivamente institucional. [...] com o PROF a IFES obriga-se a adotar política clara em relação a sua Pós-Graduação, com prioridades, metas e indicadores definidos a curto e médio prazos, com acompanhamento e avaliação periódica (GREMSKI, 2001, p. 4).

Para se adotar o modelo gerencial proposto pelo PROF foi necessário mudar a cultura de um longo processo, eliminando resistências e quebrando paradigmas. No novo ambiente, é imprescindível pensar de forma sistêmica como instituição, relacionar-se, ouvir os pares, convencer os demais e deixar-se convencer, escolher prioridades com visão de futuro. Significa mudar para uma realidade em que se perceba a necessidade de planejamento, de acompanhamento e de auto-avaliação, o que é salientado por Gremiski, (2002):

[...] há que se refletir sobre a inter-relação de pontos positivos e negativos, sobre êxitos e dificuldades, sobre a realidade e a possibilidade, sobretudo em face da complexidade que acompanha a mudança do sistema DS/PROAP para o sistema PROF (GREMSKI, 2002, p. 1). [...] certamente, o resultado mais motivador é aquele que permite um conhecimento profundo e ampliado da Pós-Graduação, revelando problemas comuns, dúvidas freqüentes, dilemas parecidos e, sobretudo, a integração, entre inúmeras áreas e seus respectivos programas (GREMSKI, 2002, p. 2).

## 1.2 O Problema e Sua Importância

A UFV, no primeiro semestre de 2008, ofereceu 41 cursos de graduação e 32 programas de pós-graduação *Stricto-Sensu*. Destes, 20 são em nível de Mestrado e Doutorado e 12 apenas em nível de Mestrado, nas diferentes áreas de conhecimento, sendo dois Mestrados Profissionalizantes (Zootecnia e Tecnologia de Celulose e Papel). De acordo com a avaliação da CAPES, no triênio 2004/2006, sete programas foram classificados como de inserção internacional (conceitos 6 e 7), sete com conceitos 5, onze com conceitos 4 e sete com conceito 3. Nos 32 programas participam cerca de 450 orientadores responsáveis, no semestre 2008/1, pela orientação de 2.291 estudantes (UFV, 2008a e UFV, 2008b).

Tendo em vista a estrutura administrativa da UFV, capaz de gerenciar com eficiência o PROF, a CAPES convidou a Instituição para aderir ao mesmo desde sua criação em 1998, juntamente com outras seis universidades. Atualmente participam do PROF as seguintes instituições: UFPE, UFPA, UFMA, FUFPI, UFRPE, UFV, UFLA, UFMG, UFSC, UFPR, UFRGS e UnB (CAPES, 2008b). A adesão ao PROF exigiu que os Programas de Pós-Graduação e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação se adequassem ao novo modelo, reformulando a gestão dos mesmos, de forma a se enquadrarem ao sistema proposto. É que, no PROF, os recursos são repassados às instituições conveniadas, e estas, de acordo com os critérios previamente definidos e

sob a supervisão da Comissão de Planejamento e Gerência do PROF, procedem à distribuição e repassam aos seus programas.

Na UFV, definiu-se por utilizar critérios adicionais para proceder à distribuição dos recursos entre os programas com o objetivo de premiar o mérito pelos seus melhores desempenhos refletidos em forma de maior produtividade científica e melhor competência acadêmica. Dessa forma a tônica do sistema seria adiantar-se à avaliação da CAPES preparando os programas para apresentarem bons desempenhos no momento da avaliação trienal.

Quatro variáveis (Tempo Médio de Titulação, Produtividade Científica, Número de Alunos Matriculados no programa e Conceito do Programa na CAPES) vêm sendo utilizadas como base para efetuar o rateio do montante financeiro na UFV. Os programas, por sua vez, têm tentado melhorar os seus desempenhos através de melhorias nos indicadores, privilegiando a produtividade e a gestão eficiente dos recursos financeiros, sem prescindir da busca por atingir elevados níveis de qualidade, de acordo com os padrões internacionais. Isto vem exigindo grande trabalho em termos de planejamento, organização, direção e controle de todos os envolvidos.

Com a gestão descentralizada, coordenada dentro da própria Universidade, acreditava-se que a Pós-Graduação da UFV obtivesse desempenho superior ao que vinha sendo registrado.

É oportuno ressaltar que para se medir desempenho é necessário fazer comparações de indicadores, separando-se uma variável de controle. Em se tratando desse estudo, não foi possível isolar variáveis, visando imputar a variação no desempenho exclusivamente ao PROF, pois não se possuía informações passíveis de comparações.

Partindo dessa perspectiva e diante do modelo de gestão adotado, objetivou-se analisar o desempenho dos programas de pós-graduação da UFV, do início do convênio PROF, 1998 até o ano de 2007. Para tanto, a questão básica que direcionou a pesquisa foi: houve melhoria de desempenho da pós-graduação na UFV após a implantação do PROF?

### **1.3 Relevância do Estudo**

O PROF tem como filosofia básica uma efetiva mudança na condução da política de pós-graduação no âmbito da instituição. Tal mudança visa um atendimento mais adequado às peculiaridades da instituição e dos programas específicos. Esta estratégia de gestão, que possibilita a definição e aplicação dos recursos financeiros mediante gerenciamento pela própria IFES de forma localizada e colegiada, caracteriza-o como instrumento de descentralização, objetivando melhor eficiência.

Para Gremski (2002, p. 1) “o sucesso deve estar acompanhado por uma verdadeira alteração de paradigma no gerenciamento, o qual deixa de ser atribuição exclusiva do coordenador e passa a ser atribuição de um fórum ampliado, a Comissão de Planejamento e Gerência do PROF”.

Analisar o desempenho da Pós-Graduação da UFV justifica-se na medida em que se espera desempenho superior ao que os programas registravam em períodos anteriores, uma vez que o PROF exige planejamento, acompanhamento e a verificação de resultados. É importante para a UFV, uma vez que sua condução e gerência demandam esforços para levantamento de dados e elaboração de planilhas para medir o desempenho dos programas e efetuar os cálculos de rateio dos recursos financeiros provenientes da CAPES. Exige também maior nível de responsabilidade e envolvimento da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PPG e da Comissão de Planejamento e Gerência – CPG na elaboração e no acompanhamento dos Projetos de Planejamento Institucionais – PPIs e acompanhamento constante para verificar se as metas estão sendo atingidas.

Trata-se de tema atual e importante para as IFES, para os órgãos financiadores e para os gestores das mesmas, bem como para os programas de pós-graduação, uma vez que ainda não se realizou uma análise do PROF nos termos propostos.

## **1.4 Objetivos**

### **1.4.1 Objetivo Geral**

Investigar o impacto pós implantação do PROF sobre o desempenho da pós-graduação na UFV.

### **1.4.2 Objetivos Específicos**

- 1 - Analisar a evolução das variáveis utilizadas pela UFV na distribuição dos recursos financeiros aos programas de pós-graduação.
- 2 - Verificar a evolução dos conceitos dos programas de pós-graduação da UFV junto a CAPES após o seu ingresso no PROF.
- 3 - Descrever o crescimento da pós-graduação na UFV.
- 4 - Examinar a necessidade de revisão das variáveis do PROF/UFV.
- 5 - Apurar a opinião dos coordenadores dos programas em relação ao PROF.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Administração Pública: a gestão administrativa

A expressão administração pública pode ser usada em dois sentidos: para designar as pessoas jurídicas e os órgãos que exercem a atividade administrativa do poder público e para designar a própria atividade da gestão administrativa dos entes públicos. Assim, a administração pública pode ser definida objetivamente como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para a consecução dos interesses coletivos e subjetivamente, como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado (MORAES, 2002).

A administração pública, conforme discutida nesse trabalho, consiste na gestão das atividades administrativas do Estado.

Para atender às exigências coletivas, numa sociedade cada vez mais complexa, a administração pública deve estar em permanente processo de aperfeiçoamento e modernização, sempre ocupada com a eficiência dos serviços que presta à sociedade. A prestação de serviços públicos de qualidade é a razão de ser e a condição de legitimidade de qualquer organização administrativa (PEREIRA, 1996).

Numa perspectiva histórica, a administração pública no Brasil apresentou vários estágios de evolução, passando pelos modelos patrimonialistas e burocráticos e, a partir da segunda metade do século passado, emergiu o modelo de Administração Pública Gerencial. Esta é a administração pública moderna, compatível com a necessidade de eficiência no atendimento dos cidadãos, é a administração descentralizada, voltada para resultados e para o seu controle *a posteriori*. É sabido que esses três modelos convivem entre si e às vezes se manifestam simultaneamente. A proposta da administração gerencial não é substituir a burocrática, pois não é possível uma administração pública existir sem a mesma. A burocracia é entendida, conforme Max Weber, como uma organização impessoal, que se fundamenta em sistema consistente de regras e oferecem condições de se registrarem os fatos e exercer controles e avaliações (PEREIRA, 1996).

Na administração pública moderna – gestão pública – a implementação de políticas deve ocorrer de baixo para cima, ao invés de cima para baixo. Uma estratégia descentralizada proporciona uma adaptação mais fácil, promove a mobilização da motivação local e aumenta a flexibilidade, contribuindo para melhorar a implementação de ações políticas governamentais e aumentar o nível do resultado alcançado com essas ações do setor público (PEREIRA, 1996).

Pereira (1996) descreve que um dos objetivos da gestão pública é aumentar a eficiência e efetividade dos órgãos ou agências do Estado por meio da descentralização e desconcentração; separação entre formulação e execução; e implantação de novos controles.

Ratificando essa proposição, Torres (2004) menciona que este modelo gerencial está voltado para o cliente/cidadão, faz os controles por resultados, aposta na descentralização e na desconcentração da ação estatal, abriga vários institutos e instrumentos mais flexíveis de gestão.

A administração pública gerencial, portanto, envolve mudança na estratégia de gerência. A idéia geral é a descentralização, a delegação de autoridade e a flexibilização dos princípios burocráticos (PEREIRA, 1996).

### **2.1.1 Descentralização no Serviço Público**

Após os anos de 1980 e, principalmente, na década de 1990, o Brasil passou por processo de reformas realizadas segundo estratégias distintas. As mais conhecidas foram as do tipo descentralização administrativa. A descentralização era vista como medida que contribuía para maior democratização do acesso da população aos serviços públicos e para o aumento da eficácia destes serviços, especialmente no que diz respeito à gestão (CARVALHO, 2002).

De acordo com Arretche (1997 p. 133) descentralizar é deslocar as decisões e os recursos do “centro” e colocá-los em outras entidades mais específicas. Deslocar as decisões e os recursos para subsistemas mais autônomos pode evitar a dominação pelo “centro”. “Faz sentido supor que instituições de âmbito local, dotadas de efetivo poder, possam representar um incentivo à participação política, dado que podem possibilitar formas mais efetivas de controle”.

A “descentralização político-administrativa ocorrida no Brasil incidiu principalmente na execução de serviços públicos que antes eram oferecidos e executados diretamente pelo Governo Federal”. Estas situações ainda ocorrem principalmente em razão da existência de falhas nos mecanismos de avaliação e no controle das atividades desenvolvidas (HERINGER, 2002 p. 80).

De acordo com Heringer (2002, p. 76) “a descentralização, de forma geral, pode ser vista como medida administrativa positiva”. A execução da política em níveis hierárquicos menores pode propiciar a democratização e maior participação do público interessado nas decisões. A gestão funciona, nesse caso, de forma menos amarrada em legislações genéricas. Os processos decisórios podem, assim, contemplar de maneira mais adequada às peculiaridades e características próprias de cada órgão.

Em se tratando do setor privado, uma das vantagens da descentralização é o fato de que “os gerentes de níveis mais baixos dispõem de dados mais detalhados e atualizados sobre as condições das suas áreas do que os gerentes da alta administração” (GARRISON, 2001, p. 386).

Segundo Heringer (2002), numa análise da administração pública, entre as vantagens da descentralização está o desenvolvimento de maior autonomia dos órgãos, uma vez que as decisões de alocação de recursos e execução de ações são tomadas no âmbito destes níveis de decisão.

A descentralização exige, portanto, que se programe um eficiente sistema de gestão e de avaliação de desempenho, que forneça um fluxo de informações necessário ao acompanhamento dos serviços prestados, possibilitando o controle sobre a qualidade e quantidade desses.

É o que aconteceu com a CAPES, fundação vinculada ao MEC, que se caracteriza como órgão de avaliação e implementação das políticas de treinamento de pessoal em nível de Pós-Graduação. Alinhada à gestão mais dinâmica e pró-ativa, a CAPES criou o PROF, como instrumento de descentralização e adequação das políticas de pesquisa e Pós-Graduação às ações a serem desenvolvidas pelo seu público-alvo, ou seja, as pró-reitorias das IFES e os programas de pós-graduação. Acredita-se, pois, que a proposta de descentralização feita pela CAPES, através do PROF, esteja respaldada nessa idéia. O processo de descentralização está sendo aqui entendido, principalmente no que se refere ao seu aspecto administrativo. Consiste numa estratégia de gestão e execução de políticas públicas de forma a privilegiar a proximidade entre os executores e o público-alvo atendido (ARRETCHE, 1997, *apud* HERINGER, 2002).

No caso do PROF, a descentralização da gestão dos recursos financeiros, que antes era feita diretamente pela CAPES, ocorreu devido às necessidades de atendimento mais adequado aos programas de pós-graduação (BRASIL, 2002a), considerando que o poder de decisão estaria mais próximo do público-alvo.

A flexibilização na utilização dos recursos gerou a participação e o envolvimento dos programas e, como consequência, a democratização da gestão. A CAPES almejava, portanto, o aumento da qualidade e eficiência dos programas de pós-graduação, através de metas definidas no PPI e de melhor alocação de recursos. Pois, sob o PROF, é a própria instituição de ensino quem define onde aplicar os recursos, respeitando suas peculiaridades, com vistas a atingir as metas estipuladas para cada programa, para a PPG e para a própria instituição num período de dois anos (BRASIL, 2002a).

## 2.2 Avaliação de Desempenho

De acordo com Moreira (2008), para definir o termo “avaliação de desempenho” pode-se decompô-lo em duas partes. Assim, o termo avaliação refere-se ao ato ou efeito de se atribuir valor, mensurar. Por sua vez, desempenho é o ato ou o efeito de desempenhar, executar um trabalho, uma atividade, um empreendimento. Para ele, a avaliação de desempenho pode ocorrer de maneira informal como um instrumento para conhecer, compreender, aperfeiçoar e dirigir ações futuras, ou de maneira formal ou sistemática, em se tratando de avaliação de instituições. No sentido formal, a avaliação de sistemas e organizações visa identificar problemas, falhas e erros para que não se transformem em desvios daquilo que foi planejado, com a finalidade de corrigi-los e de evitar sua reincidência.

Segundo Doherty (2002), a avaliação de desempenho pode ser definida como o processo de comunicação organizacional direcionado para todos os *stakeholders*, definindo o desempenho, com a intenção de medir as metas e os objetivos, assegurando-se de que toda essa atividade proporcione condições básicas para um melhoramento contínuo. Com o objetivo de gerenciar o desempenho, é necessário delegar tarefas aos gestores, estabelecendo quais critérios serão usados para julgar seu desempenho.

Na avaliação de organizações, o desempenho pode assumir várias dimensões inter-relacionadas, sendo a dimensão de amplitude, relacionada à empresa como um todo ou às suas partes e divisões ou, ainda, sob a ótica funcional, que se preocupa com o desempenho de cargos ou funções; a dimensão da natureza, cujo desempenho é o operacional, o econômico, e o financeiro; a dimensão da ocorrência ligada ao desempenho planejado, em realização ou o realizado, que é o resultado do ciclo completo e, por último, a dimensão da qualidade (PEREIRA; SPINK 2006).

Segundo Doherty (2002), na gerência dos procedimentos para avaliação de desempenho, é necessário que se respondam quatro perguntas.

1. Por que medir o desempenho?
2. Quem poderia querer saber?
3. O que deveria ser medido?
4. Como poderia ser medido?

**Por que medir o desempenho?** Doherty (2002), explica que existem alguns motivos para proceder à avaliação de desempenho. Entre eles estão: esclarecer os objetivos da organização; permitir aos usuários a possibilidade de fazer escolhas conscientes; indicar como os diferentes setores ou serviços contribuem para áreas específicas; motivar outros estudos e possíveis ações visando melhoria da qualidade;

avaliar os resultados finais das atividades da organização e provocar investigações adicionais e possíveis ações corretivas de mudanças de estratégias.

**Quem poderia querer saber?** Os diversos *stakeholders* que quiserem saber terão interesses e valores diferentes e, provavelmente, potencialmente conflitantes.

**O que deveríamos medir?** A atuação do processo de avaliação de desempenho é definida de acordo com os alvos de interesses relacionados com os objetivos a serem alcançados. As medidas do desempenho referem-se a diversos aspectos como o custo dos serviços fornecidos ou o número de clientes atendidos, ou, de forma mais generalizada, às metas atingidas. Tais medidas frequentemente referem-se à produtividade bem como aos resultados.

**Como pode ser medido?** Podem ser medidos por meio de “indicadores do desempenho”. Cada vez mais, os órgãos centrais do governo especificam alvos e indicadores de desempenho para os serviços públicos. Nesses casos, os critérios relacionam-se normalmente aos 3 E's. Economicidade – A Economia nesse caso refere-se à entrada de recursos, com a garantia de que estes sejam obtidos ao mais baixo custo possível. Eficiência – A eficiência é uma relação. Preocupa-se com a forma como o resultado é atingido para dado nível de entrada em determinado nível de volume e qualidade. Eficácia – A eficácia tem a ver com o impacto – o serviço consegue sua finalidade pretendida? Ela avalia o nível em que os indicadores são atingidos (DOHERTY, 2002).

Em relação aos conceitos relacionados à avaliação do desempenho, segundo Moreira (2008), os conceitos básicos inerentes à idéia de avaliação e controle são: eficácia, eficiência e efetividade. Ele destaca que esses conceitos e a produtividade estão intrinsecamente relacionados à avaliação do desempenho.

De acordo com Arretche, (2001), *apud* BORBA, (2006, p. 76):

A avaliação busca identificar relações causais entre o programa e o problema que ele se propôs a resolver. Três são as formas de avaliação de políticas: eficácia, eficiência e efetividade: 1- Por avaliação de eficácia, entende-se a relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um programa e seus resultados efetivos; 2 - Já a avaliação de eficiência busca verificar a relação entre o esforço empregado na implementação e os resultados alcançados (ou seja, a melhor relação custo/benefício); e 3 - por fim, a avaliação de efetividade verifica a relação entre o programa e seus impactos e resultados (sucesso ou fracasso na mudança das condições de vida). A grande dificuldade para avaliar [...] é conseguir estabelecer as relações causais entre os fenômenos, isto é, isolar as variáveis corretas e identificar que tal resultado foi causado exatamente por tal ação (BORBA, 2006, p. 76).

Ao desenvolver sistemas de avaliação de desempenho, é importante que a finalidade de se medir o desempenho seja clara e aceita. “A finalidade de medir o desempenho em organizações privadas é geralmente menos complicada do que a medição do desempenho em organizações públicas”. Em organizações privadas, os acionistas querem saber qual o desempenho de seus investimentos. O elemento

importante da medida de desempenho é a rentabilidade. “Nos serviços públicos necessitam-se de indicadores adicionais do desempenho, a fim de avaliar se a organização está atingindo suas finalidades e os padrões estabelecidos para ela” (DOHERTY, 2002, p. 339).

### **2.2.1 Avaliação de Desempenho no Setor Público**

Ao analisar as tendências das reformas administrativas nos últimos anos verifica-se que elas apontam para uso da avaliação de desempenho como instrumento para melhorar a gestão governamental. O aumento da eficiência gerencial e a ampliação do controle redefinem as ações da administração pública em todos os seus níveis, visando atender às demandas da sociedade e de órgãos do próprio governo de forma eficiente, rápida e satisfatória. Esse novo cenário se apresenta com maior exigência de responsabilidades dos servidores, poucos recursos e pressão para melhorar a gestão financeira. “Dessa forma, a avaliação e o monitoramento do desempenho constituem parte indispensável da gestão moderna, ao lado da fixação de metas” (SANTOS; CARDOSO, 2001, p. 5).

Os mesmos autores alegam que o sistema de avaliação e de acompanhamento do desempenho das instituições públicas vem-se manifestando em diversos países e, muitas vezes, associado à adoção de formas mais flexíveis de gestão, cuja adequação varia de país para país de acordo com o perfil dos funcionários e dos dirigentes. No Brasil, ao se implementar a reforma gerencial focada em resultados, visou-se desenvolver nas instituições públicas uma gestão com competência e capacidade necessárias para mobilizar seus recursos de maneira eficiente para alcançar resultados concretos em benefício da comunidade.

Avaliar o desempenho torna-se indispensável para permitir o aperfeiçoamento da ação governamental. Para Baird (1998), a capacidade de avaliação pode desempenhar um papel decisivo em quatro áreas principais na gestão pública:

- a) No diagnóstico inicial: a partir do cenário em que se encontra.
- b) No processo decisório: apresentar alternativas de ação, avaliando custos e benefícios das políticas públicas adotadas, ajudando a identificar o que funciona e o que não funciona.
- c) Durante a implementação: o monitoramento dos resultados obtidos ao longo do processo permite que o gestor “pilote” a política, efetuando os ajustes que se façam necessários, devido a mudanças no cenário.
- d) Ao término da política, avaliam-se os resultados obtidos em relação ao que se esperava inicialmente. Dessa tarefa, podem-se descobrir causas do insucesso, aperfeiçoar a alocação de recursos no processo orçamentário, além de auxiliar a alocação eficiente dos recursos arrecadados (BAIRD *apud* SANTOS; CARDOSO, 2001 p. 7).

Por sua vez, conseguir uma gestão pública eficiente e comprometida com os resultados requer transformações e incorporação de técnicas modernas de gestão que facilitem o processo de tomada de decisões. Requer também o estabelecimento de

metas de desempenho mensuráveis dentro de um quadro participativo, bem como, o comprometimento dos diversos níveis com uma gestão de melhor qualidade (SANTOS; CARDOSO, 2001).

Uma das ferramentas mais utilizadas para o desenvolvimento desse tipo de gestão é a mensuração e a avaliação do desempenho institucional por meio de um conjunto de indicadores-chave. Um sistema de informação regular sobre gestão e desempenho abre a possibilidade de maior eficiência na alocação de recursos físicos, humanos e financeiros, incrementa a autonomia e a responsabilidade dos dirigentes, pois estes contarão com bases sustentáveis de informação para a tomada de decisões e, do ponto de vista central, ajuda a melhorar os sistemas de controle sobre os serviços públicos (SANTOS; CARDOSO, 2001 p. 8).

A utilização de indicadores de desempenho nas instituições públicas apresenta algumas vantagens. Do ponto de vista organizacional:

- Possibilita a avaliação qualitativa e quantitativa do desempenho global da instituição, por meio da avaliação de seus principais programas e, ou, departamentos.
- Induz um processo de transformações estruturais e funcionais que permite eliminar inconsistências entre a missão da organização, sua estrutura e seus objetivos prioritários.
- Apoia o processo decisório de desenvolvimento organizacional e de formulação de políticas de médio e longo prazos.
- Melhora a coordenação da organização com seus dirigentes, estendendo o processo até a discussão fundamentada dos resultados e o estabelecimento de compromissos com estes.
- Apóia a introdução de sistemas de reconhecimento pelo bom desempenho, tanto institucionais como individuais (SANTOS; CARDOSO, 2001, p. 9).

Do ponto de vista do gestor público, por sua vez:

- Melhora o processo decisório: oferece aos gestores públicos a informação necessária para bem desempenhar suas funções de controle da máquina.
- Permite a avaliação do desempenho da gestão: “liga” o desempenho individual (de secretários ou responsáveis por projetos) ao desempenho organizacional e aos aspectos de gestão de pessoas, além de motivar os funcionários.
- Possibilita a responsabilização dos gestores a cargo dos projetos.
- Viabiliza a participação dos cidadãos: relatórios periódicos e transparentes do desempenho da gestão podem estimular o público a ter mais interesse pelos serviços públicos oferecidos pelas diferentes esferas e níveis de governo, além de encorajar os funcionários públicos a prestar serviços de melhor qualidade (SANTOS; CARDOSO, 2001, p. 9).

A fixação das metas resulta da identificação das prioridades e requer, simultaneamente, uma precisa compreensão dos processos de trabalho envolvidos, dos resultados e dos efeitos esperados.

As metas devem ser **gerenciáveis**, **desafiadoras** e **exequíveis**. Além disso, a excelência da escolha de uma meta depende da sua importância para o atingimento do objetivo, da existência prévia de padrões de **comparabilidade** e de **mensurabilidade** garantida pelos indicadores. Uma vez que os indicadores de desempenho sejam desenvolvidos, devem ser interpretados e avaliados. Sabendo que o desempenho de uma instituição é um conceito relativo e, por isso mesmo, não pode ser avaliado em relação a um padrão, sugerem-se três bases de comparação:

- Em relação ao desempenho da instituição no **tempo**, nos anos anteriores.
- Em relação ao desempenho de seus **pares**, ou instituições similares ou comparáveis.
- Em relação ao que foi **planejado** ou **orçado** para um período determinado (SANTOS; CARDOSO, 2001, p. 12).

Ainda para esses autores, as metas devem prestar-se a dirigir o comportamento e estimular o atingimento dos resultados, mas precisam ser traduzidas operacionalmente de maneira diversificada e adaptada a cada órgão ou entidade responsável pela execução de atividades ou prestação de serviços. Tornar as metas operacionais, reconhecer e premiar o bom desempenho e integrá-las ao processo de planejamento das instituições públicas, influenciando sua atuação e definição de prioridades é, na verdade, o maior desafio no processo de avaliação de desempenho, cuja superação requer grande atenção e esforço.

### **2.2.1.1 Avaliação em Instituições de Ensino Superior e em Programas de Pós-Graduação**

A avaliação no ensino é um processo complexo, de importância indiscutível e carece de exaustivos debates e constantes reflexões. Para Moreira (2008, p. 20), “avaliar é preciso por razões óbvias de credibilidade e para que a universidade seja estimulada a produzir os resultados que dela se espera”. Em se tratando de instituições públicas, essa avaliação torna-se imperativa, pela obrigatoriedade de se prestar contas à sociedade dos recursos públicos nelas aplicados.

A qualidade de uma instituição deve ser analisada de forma a obedecer a certos parâmetros, compostos por instrumentos de mensuração de eficiência e produtividade, que possam refletir o desempenho organizacional.

Os processos de avaliação do ensino podem ser classificados em avaliação educacional e avaliação institucional. A educacional é aquela que se refere à avaliação da aprendizagem, do desempenho escolar etc. Por sua vez, a institucional é aquela que se destina a avaliar as Instituições. Assim, a avaliação institucional deve buscar uma compreensão da realidade, deve estar voltada para o processo decisório, responder a questionamentos e possibilitar a identificação de méritos. Permitir o autoconhecimento e garantir informações necessárias à tomada de decisão. (BELLONI; MAGALHÃES; SOUZA, 2003),

Lapa e Neiva (1996) salientam que os critérios de avaliação classificam-se em dois grandes grupos: os ligados à ideia de desempenho, compreendendo a avaliação da produtividade, eficiência, eficácia e efetividade; e aqueles ligados à ideia de qualidade do ensino, na qual a avaliação ocorre a partir do ponto de vista da utilidade e relevância, conceitos ligados às visões “políticas” de valor. Marinho e Façanha (2001) conceituam efetividade como sendo a capacidade de se promoverem resultados pretendidos; eficiência denotaria competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços; e, a eficácia remete a condições controladas e a resultados desejados e experimentados.

Moreira (2008, p. 22) resume afirmando que “os critérios de avaliação institucionais comumente encontrados na literatura podem ser classificados em dois grupos: os relacionados ao desempenho organizacional e aqueles que tratam da qualidade institucional”.

Já para Belloni (2003), a avaliação do desempenho de instituições ou programas de ensino procede a partir de três dimensões distintas: 1) dimensão técnico-operacional, cujos critérios de avaliação são a produtividade e a eficiência, dados os recursos e conhecidos os produtos; 2) dimensão pedagógica, relacionada aos processos educacionais propriamente ditos, cujo critério de avaliação é a eficácia; e, 3) dimensão política, que avalia a missão institucional, cujo critério de avaliação é a efetividade das ações da instituição.

A análise proposta neste trabalho refere-se à avaliação técnico-operacional, bem como ao desempenho, compreendendo a avaliação da produtividade e eficiência da alocação dos recursos, oriundos da nova proposta de gerência implementada pelo PROF. Essa nova proposta de gestão tem como finalidade melhorar o desempenho que tem como base a capacidade de gerência administrativa, aliada à melhoria da produtividade científica de cada programa. Não faz parte do escopo dessa pesquisa o desempenho relacionado à dimensão ensino-aprendizagem.

No que tange à avaliação de programas de pós-graduação, a CAPES, Fundação do Ministério da Educação, é a agência responsável pela avaliação do desempenho da pós-graduação de todo o país. Esta avaliação iniciou-se em 1976, constituindo-se em instrumento de grande importância para a concessão de auxílios por parte das agências nacionais e organismos internacionais. Dessa avaliação os programas recebem conceitos que permitem classificá-los segundo sua qualidade. Os conceitos variam de 1 a 7, sendo os programas que recebem conceitos 1 e 2 são reprovados. O conceito 3 significa um desempenho regular, atendendo ao padrão mínimo exigido, o conceito 4 é considerado bom desempenho e o 5 muito bom. É a nota máxima para o programa com apenas o nível de mestrado. Os que recebem conceitos 6 e 7 indicam desempenho equivalente à forte inserção internacional (BRASIL, 2005).

Segundo Gama et al. (1999), a avaliação da pós-graduação é uma das mais bem sucedidas iniciativas da educação superior brasileira e vem sendo continuamente aperfeiçoada. A avaliação tem sido feita pelos pares, com base em critérios definidos e divulgados. Para tal, é composta uma comissão de avaliação com membros escolhidos pela CAPES, a partir de uma lista elaborada pela coordenação das áreas.

A avaliação da CAPES consiste em um sistema complexo, embora estruturado, de julgamentos sobre diversos fatores pertinentes à Pós-Graduação. De forma geral, o sistema engloba fatores no âmbito de pesquisa e de ensino. A atribuição do conceito final de um programa é baseada em

relatórios, visitas às instituições e números referentes ao programa, tais como número de docentes, titulações, publicações etc. [...] Atualmente, a coleta de dados da Pós-Graduação é anual. A coleta é feita pela internet em um software denominado DataCapes. O software possui integração com a Plataforma Lattes para preenchimento de dados de docentes. [...] A avaliação é mais que uma ação cotidiana na ciência; ela é parte integrante do processo de construção do conhecimento científico. É através da avaliação que se definem os rumos, tanto do próprio conteúdo da ciência quanto das instituições a ela vinculadas. [...] No Brasil, há hoje um vínculo entre o sistema de avaliação da Pós-Graduação e ações efetivas para a distribuição de bolsas e de recursos de fomento aos programas. Sendo assim, a avaliação implementada pela CAPES é mais do que um processo ou simples indicador de status. Há resultados operacionais, como o número de bolsas e recursos financeiros que são disponibilizados para os programas. A avaliação também permite que se descubram os problemas que precisam ser resolvidos, bem como o desenvolvimento de novas políticas. Considerar os programas como um sistema organizacional, em que o desempenho satisfatório conquiste maior volume de recursos junto aos órgãos financiadores, pode ser a estratégia mais apropriada do ponto de vista gerencial, constituindo-se nessa concepção, talvez, uma das mais importantes no que concerne a sobrevivência financeira para a Pós-Graduação (LEITE et al., 2007, p. 21).

A cada triênio, a CAPES tem se preocupado com o aprimoramento do sistema de avaliação. O que tem provocado modificações de critérios, quesitos e de itens, se comparado o triênio avaliado com os anteriores. Outra alteração a se observar é a questão de nomenclatura, por exemplo, antes utilizava-se o Núcleo de Referência Docente – NRD para definir os docentes mais atuantes e que caracterizavam os programas. No triênio 2004/2006 usou-se Núcleo de Docentes Permanentes – NDP do programa, que trata dos professores/orientadores daquele programa, com vínculo efetivo de emprego com a Instituição mantenedora do programa (CAPES, 2008a).

As avaliações são feitas no momento de se autorizar o funcionamento de um programa e, de três em três anos, para os programas em funcionamento, além do acompanhamento anual. Assim, cada programa recebe o seu conceito de acordo com a sua proposta, estrutura, eficiência acadêmica, produtividade científica e inserção social definidos de acordo com diversos quesitos e itens preestabelecidos pelo Conselho Técnico Científico da CAPES.

### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os aspectos metodológicos que nortearam a pesquisa, visando alcançar os objetivos propostos. Os aspectos apresentados são: delineamento da pesquisa, unidades de análise, sujeitos de pesquisa, seleção da amostra, coleta de dados, tratamento dos dados e referencial analítico.

#### 3.1 Delineamento da Pesquisa

O estudo foi delimitado no âmbito de todos os programas de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* da Universidade Federal de Viçosa, no período de 1998 a 2007. Além dos programas existentes em 1998, época da criação do PROF, analisaram-se também os programas novos, de forma separada, para evitar o viés de consolidação. A avaliação foi feita de forma técnico-operacional, contemplando principalmente a questão da gerência administrativa em termos de eficiência acadêmica e a produtividade científica. Não faz parte do escopo da pesquisa a abordagem referente ao ensino-aprendizagem.

Utilizando a caracterização adotada por Vergara (2005), esta pesquisa pode ser caracterizada como exploratória e descritiva quanto aos fins. Segundo a referida autora, a investigação exploratória “[...] é realizada em áreas nas quais há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. A pesquisa descritiva, por sua vez, “[...] expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno”. Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, tendo em vista o caráter de profundidade no levantamento exaustivo dos dados e o fato de ainda não ter sido realizada pesquisa que trate da análise do desempenho da pós-graduação de instituições conveniadas ao PROF. Ela pode ser considerada também como descritiva, pois as análises baseiam-se em quesitos e indicadores já caracterizados e utilizados pela CAPES e que vem sendo adotados pelo PROF na UFV. Assim, vários trabalhos<sup>(1)</sup> relacionados à avaliação de desempenho de programas de pós-graduação, utilizando esses quesitos e itens como base para as análises, foram estudados. Todavia, nenhum deles refere-se à avaliação da gestão do PROF.

Quanto aos meios, a pesquisa classifica-se como um estudo de caso e documental. O estudo de caso pode ser configurado como estratégia ou método de pesquisa mais abrangente. Para Gil (2007), “[...] o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. É como se apresenta a pesquisa realizada: a gestão do PROF na UFV. Para Gil (2007), “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que

---

<sup>(1)</sup> GAMA, A. A. S (1999); LEITE, M. F.B (2007); LINS, M. P. E (2004); MOREIRA, N. P (2008); PRADO, F. O (2007)

não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Para Vergara (2005), a pesquisa documental é aquela em que o método para levantamento de dados é a coleta em “documentos conservados em órgãos públicos e privados de qualquer natureza ou com pessoas”. No caso em estudo, a pesquisa foi realizada com base nos documentos e relatórios sobre os indicadores de desempenho dos programas de Pós-Graduação da UFV e da CAPES.

As abordagens utilizadas nesse trabalho são de cunho quantitativo, com pequena parcela de caráter qualitativo. A abordagem quantitativa foi utilizada no levantamento e nas análises dos dados para verificar as evoluções de indicadores e variáveis empregados no PROF, bem como para mensurar a evolução dos veículos de publicação da produção científica. A abordagem qualitativa foi utilizada no momento em que se fizeram as entrevistas com os coordenadores e ex-coordenador, visando comparar o desempenho dos programas de Entomologia e Fitotecnia, no tópico 5.3.2 – Um estudo de caso: Entomologia e Fitotecnia, onde foram utilizados os instrumentos de pesquisa documental, questionários e entrevistas.

### **3.2 Unidades de Análise**

Para a realização deste estudo, foram considerados como unidades de análise todos os programas de pós-graduação acadêmicos da Universidade Federal de Viçosa no período de 1998 a 2007. Em 1998, eram 22 programas, passando para 30 em 2007. Os programas criados após 1998 foram incluídos no estudo como forma de determinar o crescimento da pós-graduação na UFV. Em 2005, quatro programas (Fitotecnia, Fitopatologia, Genética e Melhoramento e Solos e Nutrição de Plantas) optaram por serem atendidos pelo PROEX, saindo do PROF. No entanto, para fins desse trabalho eles foram considerados unidades de análise.

### **3.3 Sujeitos da Pesquisa**

Selecionaram-se como sujeitos da pesquisa os coordenadores de todos os programas de pós-graduação no ano de 2007, época do recorte deste trabalho. São eles os responsáveis pela condução das políticas dos programas, além de atuarem como gestores administrativos e financeiros. Assim, a escolha desses sujeitos decorreu por serem os elementos-chave e deterem em profundidades as informações necessárias.

### **3.4 Seleção da Amostra**

Ao selecionar a amostra, baseou-se em procedimento não probabilístico, uma vez que todos os dados trabalhados, referentes às unidades objetos da pesquisa, foram analisados, o que representou toda a população-alvo. Para fins de aplicação dos questionários, os sujeitos representaram também a população-alvo, ou seja, todos os atuais coordenadores de programas no ano de 2007, pois eram conhecedores do objeto da pesquisa.

### **3.5 Coleta dos Dados**

Os dados analisados são basicamente todos considerados secundários, e parcela deles, como dados primários. Segundo Prado (2007, p. 61) “dados secundários são aqueles coletados pelo pesquisador em livros, manuais, relatórios, regulamentos, normas e demais documentos organizacionais referentes ao tema” e dados primários “são aqueles coletados através de questionários e entrevistas”. Neste estudo foi realizada a pesquisa documental. Os dados referentes a esta pesquisa foram obtidos através de pesquisa em documentos e atas constantes nos arquivos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFV, nas Secretarias dos Programas e nos Relatórios Oficiais da UFV e da CAPES.

Para descrever o mecanismo de funcionamento do PROF, os dados foram extraídos da Ata número 381, da reunião do dia 23 de abril de 2001, do Conselho Técnico de Pós-Graduação, que tinha como um dos objetivos definir parâmetros (Eficiência Acadêmica e a Produtividade Científica), as variáveis utilizadas como base para a distribuição, procedimento de cálculo e o mecanismo de implantação do PROF na UFV. A Ata consta das páginas 37 a 47 do livro de atas número 1, do ano de 2001, que está disponível no arquivo da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PPG/UFV.

Para gerenciar estas variáveis no cálculo da distribuição dos recursos do PROF, utilizou-se de uma Planilha – PPROF (anexo 1), elaborada e gerenciada pela Comissão de Planejamento e Gerência do PROF, calculada anualmente, contendo todas as informações referentes às variáveis fornecidas pelas coordenações dos programas. No período de 2005 a 2007, os dados concernentes aos programas atendidos pelo PROEX não constavam das planilhas PPROF, tendo sido levantados junto às coordenações dos quatro programas.

Os dados referentes à variável Produção Científica – PC foram obtidos nas referidas planilhas de cálculo do PROF – PPROF, para todos os anos, de 1998 a 2007. Ressalta-se que de 1998 a 2001 tais dados foram encontrados somente na forma consolidada, não tendo o detalhamento que permitisse analisar com mais

profundidade as variações e evoluções da produção científica, como é o caso dos anos de 2002 a 2007.

A Produção Científica é resultante do somatório das publicações de livros, capítulos de livros e artigos em periódicos. No caso de artigos em periódicos estes são classificados entre Nacional (A, B e C) e Internacional (A, B e C). As publicações em periódicos considerados internacionais geram o Índice de Fator de Impacto, que pode variar dependendo da sua importância.

O índice de Fator de Impacto Acumulado dos programas consta nas planilhas PPROF. São apurados e calculados pelos membros da CPG/PROF, tendo como base o *Journal Citation Report – JCR*.

Quanto ao Tempo Médio de Titulação – TMT, apesar de constar nas planilhas PPROF, para fins deste trabalho, os dados foram extraídos do Sistema Gestor de Pesquisa e Pós-Graduação – SGPPG, tendo em vista que para o cálculo do rateio na planilha PPROF, são excluídos os alunos com o TMT superior ao considerado ideal, ou seja, 24 meses para o *M.Sc.* e 48 meses para o *D.Sc.*

Os dados referentes ao número de alunos matriculados foram obtidos na Tabela 22 do Relatório Oficial da UFV disponível no site da UFV ([www.cpd.ufv.br/relatorioufv](http://www.cpd.ufv.br/relatorioufv)), referentes aos anos de 1998 a 2007. Estes dados também constam das planilhas PPROF, porém com o expurgo dos alunos com o TMT acima do ideal.

Em relação aos Conceitos dos Programas para os triênios 1995/1997, 1998/2000, 2001/2003 e 2004/2006, os dados foram conseguidos na CAPES.

Os índices relativos foram extraídos das planilhas PPROF. Como existiam quatro programas (Fitotecnia, Fitopatologia, Genética e Melhoramento e Solos e Nutrição de Plantas) não participantes do rateio nos anos de 2005 a 2007, foi necessário recalcular tais índices com os dados fornecidos pelos programas atendidos pelo PROEX.

Visando complementar o trabalho, utilizou-se da aplicação de dois questionários para levantamento de dados primários. O primeiro questionário visou apurar respostas para o estudo de caso, ou seja, o porquê das variações de conceitos inversos dos programas de Entomologia e Fitotecnia nas três últimas avaliações da CAPES. O segundo questionário visou apurar a opinião dos coordenadores dos programas de pós-graduação em relação ao PROF.

O primeiro questionário foi encaminhado por via eletrônica aos coordenadores dos Programas de Entomologia e Fitotecnia. Constou de três perguntas, a fim de apurar justificativas para recebimentos de conceitos inversos por parte dos programas de Fitotecnia e Entomologia. A primeira pergunta vislumbrou apurar os motivos a que poderiam ser atribuídas as alterações dos conceitos dos programas perante a CAPES.

A segunda visou levantar as dificuldades por que passaram os programas nesse período em análise, e a terceira, identificar causas fundamentais que justificassem a variação dos conceitos.

Diante dos dados levantados em documentos e, após analisar as respostas dos questionários, houve por bem fazer a entrevista para perscrutar as respostas, de forma a complementar as informações geradas pelos coordenadores dos Programas de Entomologia e Fitotecnia.

Visando obter informações dos coordenadores de todos os Programas, e apurar a percepção destes em relação ao PROF, elaborou-se o segundo questionário que constou de nove perguntas. A primeira pergunta visou apurar a opinião dos coordenadores em relação ao PROF. A pergunta foi formulada adotando-se a escala *Likert* com cinco opções variando entre ótimo, bom, regular, ruim e péssimo. Na segunda pergunta procurou-se comparar o atendimento do PROF com o DS/PROAP, dessa vez, com as opções melhor, igual ou pior, podendo o coordenador também marcar a opção “outra” utilizando-se de um espaço aberto para que pudesse explicitar seus motivos por esta opção. A terceira pergunta visou investigar se houve mudança na gestão financeira dos recursos, com opções de respostas sim ou não e com possibilidades de justificativas. A quarta pergunta, referente à gestão administrativa, era semelhante à terceira. A quinta pergunta objetivou registrar pontos positivos e negativos com relação às normas do PROF definidos pela CAPES. O mesmo visou a sexta questão, porém, referente às normas definidas na UFV. A pergunta de número sete buscou verificar se houve melhoria em termos de eficiência e qualidade dos programas como reflexo da gestão do PROF, podendo responder entre sim e não com espaço para justificativas. Na oitava, indagou-se sobre possíveis sugestões para alteração no modelo de gestão e nos critérios de distribuição de recursos, com opções entre sim e não e espaço para apresentá-las. A nona pergunta objetivou apurar dos coordenadores se a UFV deveria continuar no convênio PROF ou não, com opções entre sim e não e justificativas. E, por último, foi reservado um espaço para os coordenadores manifestarem sobre os pontos que não foram contemplados nas perguntas.

### **3.6 Tratamento dos Dados**

Os dados secundários foram tabulados e manipulados nos *Softwares OpenOffice Calc 2.0* e no Sistema Gestor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFV.

Analisou-se a evolução das variáveis consideradas no PROF, com exceção do conceito CAPES; construiu-se uma tabela de série temporal e gráficos mostrando as evoluções; e calculou-se a variação percentual entre o início e o final do período

estudado, ou seja, 1998 a 2007, bem como a taxa geométrica de crescimento anual para o período, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$i = \left( \frac{VF}{VP} \right)^{\frac{1}{n}} - 1$$

Em que:

i é a taxa geometria.

n é o número de períodos de crescimento.

VF é valor final.

VP é valor presente ou inicial.

Para a variável Conceito CAPES foram tabuladas as séries referentes às três últimas avaliações trienais (1998/2000, 2001/2003, 2004/2006) dos programas da UFV e foi incorporada a série anterior (1995/1997), para comparar as evoluções, visando quantificar o número de programas que melhoraram ou pioraram os seus conceitos. Para cada período de avaliação, calcularam-se as médias dos conceitos para o grupo dos programas consolidados e a média geral de todos os programas. As comparações foram baseadas nessas médias.

Compararam-se os índices do PROF para o nível de mestrado com os conceitos emitidos pela CAPES, calculou-se média, variância, desvio-padrão e coeficiente de variação. Nessa comparação, elaboraram-se gráficos agrupando os programas de mesmos conceitos na avaliação 2004/2006. Utilizaram-se nessa comparação os Índices Relativos de mestrado uma vez que nem todos os programas possuíam nível de doutorado.

No estudo de caso, os dados apurados nos questionários e nas entrevistas foram transcritos diretamente e comentados.

Na análise do crescimento da pós-graduação foi calculado o percentual do número de estudantes e de programas de mestrado e doutorado, entre os anos de 2007 em relação a 1998, bem como o número médio de alunos por programa nesse período.

Na avaliação da produção científica foram analisadas as evoluções no período de 2002 a 2007. Os dados referentes ao número de livros, capítulos de livros, publicações em periódicos nacionais (A, B e C) e internacionais (A, B e C) e o fator de impacto acumulado da UFV foram apresentados em tabela de série temporal e mostrados em gráficos.

Confrontaram-se os critérios utilizados pela CAPES (quesitos e itens apresentados no Capítulo 3 – Referencial Analítico), com as variáveis utilizadas no PROF e, em razão disso, foram propostos ajustes.

Na avaliação da opinião dos coordenadores, elaboraram-se tabelas de frequências com a avaliação dos coordenadores em relação ao PROF e com as

comparações entre o PROF e o DS/PROAP. As justificativas apresentadas nos questionários foram transcritas diretamente para o trabalho e comentadas.

### **3.7 Referencial Analítico**

#### **3.7.1 Critérios Utilizados pela CAPES para a Avaliação dos Programas de Pós-Graduação no Triênio 2004/2006**

Desde 1976, a CAPES realiza avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. Assim, dada a dinâmica da pós-graduação, esforços vêm sendo desenvolvidos pela CAPES com o propósito de ajustar e atualizar seu sistema de avaliação à realidade e às perspectivas de desenvolvimento da pós-graduação nacional (CAPES 2008a). O processo de avaliação, como de costume, foi efetivado por comissões de consultores do mais alto nível, oriundos de instituições das diferentes regiões do País. Essas comissões receberam orientações do Conselho Técnico Científico da CAPES (CTC), com o objetivo de garantir uniformidade e padronização nesse processo.

Para o triênio 2004/2006, o CTC definiu a Ficha de Avaliação (CAPES, 2008a) utilizada pelas Comissões de Área, que foi composta de cinco quesitos: I – Proposta do Programa; II – Corpo Docente; III – Corpo Discente, Teses e Dissertações; IV – Produção Intelectual e V – Inserção Social.

Quanto ao quesito Proposta do Programa, não lhe foi atribuído peso na avaliação trienal. Para o quesito Inserção Social, o CTC atribuiu peso de 10%, que foi utilizado por todas as áreas de avaliação. Os três outros quesitos tiveram peso inicial proposto pelo CTC de 30% cada um deles, podendo cada área apresentar proposta de pesos para esses quesitos, de acordo com os entendimentos estabelecidos na sua grande área de avaliação, respeitando o limite de até 5% de variação da proposta original, ou seja, os valores poderiam variar de 25 a 35%, desde que a soma desses três quesitos totalizassem 90% (CAPES, 2008a).

Cada quesito foi dividido em itens de avaliação, de acordo com a proposta do CTC, e os acordos entre os comitês de áreas, que completaram a estrutura de avaliação. Cada um desses itens recebeu um peso dentro de cada quesito para apuração do conceito final. No âmbito do acordado em sua grande área, coube a cada área determinar os itens que foram considerados na avaliação dos quesitos propostos pelo CTC, bem como os indicadores que foram utilizados em cada item, a forma como esses foram avaliados e os pesos atribuídos a eles (MOREIRA, 2008).

Uma vez que a UFV possui maior número de programas que compõem a grande área de Ciências Agrárias, optou-se por utilizar os quesitos e os itens com seus respectivos pesos, dessa área, para o desenvolvimento desse trabalho. Os

pesos atribuídos pelas áreas têm pouca importância, uma vez que o objetivo aqui é comparar os itens e quesitos. Para a avaliação da área de ciências agrárias, o comitê de avaliação acordou os pesos para os quesitos e seus respectivos itens, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Resumo dos quesitos e itens, com seus respectivos pesos, utilizados na avaliação dos programas de pós-graduação acadêmicos na área de Ciências Agrárias para o triênio 2004-2006

Quesitos	Itens	PI*	PPI**
I - PROPOSTA DO PROGRAMA	Sem valorização nas avaliações trienais	0	0,0
II - CORPO DOCENTE (Peso 30%)	2.1 Formação (titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência).	10	3,0
	2.2 Composição do corpo docente, adequação da dimensão e dedicação dos docentes permanentes para as atividades de ensino, pesquisa e orientação do programa.	20	6,0
	2.3 Perfil, compatibilidade e integração dos docentes permanentes com a Proposta do Programa.	15	4,5
	2.4 Atividade docente e distribuição de carga letiva entre os docentes permanentes.	20	6,0
	2.5 Participação dos docentes nas atividades de ensino e pesquisa na graduação.	15	4,5
	2.6 Participação dos docentes em pesquisa e desenvolvimento de projetos.	20	6,0
III - CORPO DISCENTE, TESES E DISSERTAÇÕES (Peso 30%)	3.1 Orientações de teses e dissertações concluídas no período de avaliação em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	35	10,5
	3.2 Adequação e distribuição da relação orientador/discente.	10	3,0
	3.3 Participação de discentes autores da pós-graduação e graduação, na produção científica do programa.	30	9,0
	3.4 Qualidade das teses e dissertações:	10	3,0
	3.5 Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores.	15	4,5
IV - PRODUÇÃO INTELLECTUAL (Peso 30%)	4.1 Número de publicações qualificadas do programa por docente permanente.	40	12,0
	4.2 Qualidade e visibilidade da produção	30	9,0
	4.3 Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente do Programa.	15	4,5
	4.4 Outras produções consideradas relevantes, à exceção da artística.	15	4,5
V - INSERÇÃO SOCIAL E RELEVÂNCIA (Peso 10%)	5.1 Inserção e impacto regional e nacional do programa.	60	6,0
	5.2 Integração e cooperação com outros programas, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	30	3,0
	5.3 Visibilidade e transparência dada pelo programa a sua atuação.	10	1,0
<b>PPI total</b>			<b>100,0</b>

\* Peso do Item dentro do quesito, definido pelo comitê da área de Ciências Agrárias.

\*\* Peso percentual do item na avaliação total (peso do item X peso do quesito)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em CAPES (2008a).

Detalhando mais as informações do Quadro 2, de acordo com a ficha de avaliação, tem-se:

- **Quesito I – Proposta do Programa**

Não lhe foi atribuído peso na avaliação trienal, por determinação do CTC.

- **Quesito II – Corpo Docente**

No item 2.1 foi avaliada a formação do corpo docente, que deveria ser composto por doutores com a devida qualificação, experiência e maturidade técnico-científica. Verificou-se se a formação dos docentes era diversificada quanto a ambientes e instituições, valorizando os indicadores de atualização da formação e de

intercâmbio com outras instituições. No caso de programas com doutorado, verificou se o corpo docente atraiu estágios seniores, pós-doutorais ou atividades similares e se existiam critérios e procedimentos bem definidos e adequados para o credenciamento de orientadores do Mestrado e do Doutorado.

Avaliou-se, no item 2.2, se o programa tinha base sólida em seu núcleo de professores permanentes, de modo a garantir o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e orientação do programa; avaliou ainda a maturidade e se a experiência era adequada ao perfil do programa. Observou se o programa dependia, em excesso, de professores colaboradores ou visitantes. Considerou a proporção de permanentes em face dos demais docentes em relação às atividades de orientação, docência e publicação científica. Analisou a trajetória da equipe de docentes permanentes, identificando eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação. Atentou para mudanças que podiam expressar queda da qualidade da equipe ou falta de respaldo da IES ao programa. O corpo docente permanente deveria apresentar certa estabilidade.

No item 2.3 verificou se todo o corpo docente possuía o título de doutor, experiência e se apresentava perfil acadêmico e produção adequada ao programa. Avaliou o perfil e adequação dos docentes permanentes quanto à especialidade, abrangência e relação com área de concentração, linhas/projetos de pesquisa, atividades de formação, orientação de teses e dissertações e produção intelectual. Quanto maior a proporção de docentes bolsista de pesquisa do CNPq mais desejável. Quanto à especialização do docente permanente, verificou o percentual com especialidade na área de pesquisa e ensino em que ele atuava no programa.

No item 2.4 observou-se a participação dos docentes nas atividades de docência e se esta era equilibrada quanto à ministração de disciplinas e orientação na pós-graduação.

Avaliou-se, no item 2.5, a participação dos docentes nas atividades de ensino e orientação na graduação (orientação de iniciação científica, monografia, tutoria e estágios formais). Consideraram-se as implicações positivas dessa participação na formação de futuros ingressantes na pós-graduação.

Já no item 2.6 notou-se a participação docente, as formas e o impacto da atuação desses em projetos de pesquisa e sua capacidade de manutenção dos mesmos, seja como bolsista do CNPq, seja na obtenção, seja a captação de financiamentos. Quando oportuno, examinou-se a capacidade de atrair recursos do Pronex<sup>(2)</sup>, projetos temáticos, editais específicos e outras fontes. Foram analisadas a

---

<sup>2</sup> Pronex: Programa de estímulo à pesquisa para núcleos de excelência do CNPq.

quantidade e a participação dos docentes nos projetos tanto em quantidade quanto em distribuição. Os projetos deveriam ser atuais, ter qualidade, abrangência, relevância e vinculação com o programa. A distribuição deveria ser equilibrada entre os docentes, sendo avaliada pela média de projetos por docente.

- **Quesito III – Corpo Discente, Teses e Dissertações**

No item 3.1 avaliou-se o percentual de titulados no ano, ou seja, a quantidade de teses e dissertações concluídas em relação à dimensão do corpo discente, verificando se a proporção era adequada e se as teses e dissertações concluídas indicavam: a) atuação efetiva do corpo docente na orientação, b) boa distribuição entre os orientadores, c) empenho do corpo discente.

Verificou, no item 3.2, se todo discente teve orientador e se todos os docentes permanentes estavam orientando. A distribuição discente/docente deveria ser equilibrada. Considerou ideal que cada orientador tivesse no máximo oito orientandos.

No item 3.3 observou, no que se referiu à pós-graduação e, quando pertinente, à graduação a participação destes no número de artigos publicados e a proporção de discentes autores em confronto com o total de discentes do programa. Foi avaliado se houve equilíbrio entre os discentes autores numa proporção satisfatória ao total de alunos. Avaliaram-se as atividades de bolsistas de iniciação científica, estagiários, monitores, quanto à participação em congressos e produção bibliográfica. Percentual da produção bibliográfica do programa (*Qualis A e B*) com participação de discentes autores e egressos. Para obter conceito MB o Programa deveria, também, ter a participação de alunos da graduação nas publicações (*Qualis A, B, C*, resumos em congressos etc.).

Já no item 3.4 avaliaram-se as teses e dissertações estavam vinculadas às atividades e perfil do programa e era desejável que todo o trabalho de conclusão (teses e dissertações) gerasse publicações. Verificou-se se houve vinculação das teses e dissertações com a(s) área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa. Foram avaliadas, também, a vinculação entre as teses e dissertações com a produção científica e tecnológica do programa e a composição e participação de membros externos nas bancas examinadoras. Os membros das bancas examinadoras deveriam possuir o título de doutor e apresentar perfil e experiência compatível com o nível. Deveriam ser evitadas bancas endogênicas. Foram avaliadas com Muito Bom (MB) as bancas que apresentaram a seguinte composição: a) Banca de Mestrado: quando houvesse a participação de pelo menos um membro externo ao Programa. b) Banca de Doutorado: quando houvesse pelo menos dois membros externos, sendo que um deveria ser externo a IES e o outro externo ao programa.

No item 3.5 avaliou-se a eficiência dos programas através do tempo médio de titulação de Mestres e Doutores.

#### • **Quesito IV – Produção Intelectual**

No item 4.1, a produção foi avaliada tendo por base o *Qualis* da área. A área recomendou que a produção de docentes que participavam em mais de um programa fosse discriminada pelos coordenadores, levando-se em consideração o tipo de colaboração da qual resultou a referida produção. O lançamento de produção sem vínculo efetivo (projetos em cooperação, orientação ou sem vinculação temática) foi deflacionado da produção do programa. Como indicador da produção avaliou-se o número de artigos publicados por docente permanente por ano.

Analisou-se, no item 4.2, a qualidade da produção, que foi avaliada pela produção destacada do programa e pela produção científica de fluxo internacional, conforme *Qualis* da área.

Verificou-se, no item 4.3, a distribuição das publicações entre os docentes. Foi recomendável que todo docente permanente publicasse e que a produção deveria ser equilibrada entre os docentes, áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa. O percentual de docentes improdutivos foi avaliado.

No item 4.4 considerou a existência de outras produções (produção técnica, patentes, produtos etc.) compatíveis com o perfil do programa e corpo docente permanente, bem como, livros e capítulos de livros de editoras reconhecidas. Patentes, produtos e inovações foram estimulados e avaliados.

#### • **Quesito V – Inserção Social e Relevância**

Analisou a atuação do programa no contexto regional, nacional e internacional, considerando-se o impacto científico, tecnológico, econômico, educacional e envolvimento em ações de integração social e de solidariedade.

Foram avaliadas, no item 5.1, novas técnicas, produtos e processos desenvolvidos pelo programa, as ações de extensão do Programa com efetivo envolvimento dos Corpos Docente e Discente, a produção de materiais técnicos e didáticos, bem como atividades de formação de recursos humanos em cursos de *Lato Sensu*/Aperfeiçoamento. Avaliaram-se os prêmios recebidos pelos corpos docente e discente do programa; participações especiais do corpo docente em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAPs, conselhos governamentais etc.); participação do corpo docente como editor de periódicos *Qualis* A ou B, como consultores de periódicos internacionais, em participações internacionais, e como representantes de sociedades de classe. Avaliou-se a participação dos docentes permanentes do programa em parcerias de pesquisa, desenvolvimentos e inovação.

No item 5.2 avaliou-se a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos; em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas.

Analisaram-se, no item 5.3, a divulgação de forma atualizada dos dados internos do programa e os critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e privadas. Divulgação na íntegra das teses e dissertações defendidas pela Web, conforme Portaria 13/2006 da CAPES.

Aos itens são atribuídos atributos (conceitos): Muito Bom (MB); Bom (B); Regular (R); Fraco (F); e Deficiente (D), conforme determinação do CTC e dos acordos entre as grandes áreas. O conceito final varia de 1 a 7. Entretanto, na grande área de Ciências Agrárias I, foi considerado de 2 a 7, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Critérios mínimos para definição de notas

<b>Nota</b>	<b>Conceitos dos quesitos</b>	<b>Critérios mínimos adicionais</b>
7	Todos Muito Bons	Proposta adequada ou MB. 2,0 artigos/DP/ano internacional ou nacional A ou B. 1,5 artigos/DP/ano internacional. Forte inserção internacional e produção científica e tecnológica de grande impacto.
6	Todos Muito Bons	Proposta adequada ou MB. 2,0 artigos/DP/ano internacional ou nacional A ou B. 1,2 artigos/DP/ano internacional Inserção internacional e produção científica e tecnológica destacada na área.
5	Conceito de tendência dominante Muito Bom	Proposta adequada ou MB. 2,0 artigos/DP/ano nacional A ou B 0,8 artigos internacional ou = média da área.
4	Conceito de tendência dominante Bom	Proposta boa. 1,5 artigo/DP/ano em nacional A ou B Produção deve ser bem distribuída entre os docentes.
3	Conceito de tendência dominante Regular	Proposta regular. 1,5 e 1,0 artigo/DP/ano para doutorado e mestrado, respectivamente. Produção deve ser distribuída entre os docentes.
2	Conceito de tendência dominante inferior a Regular	Proposta fraca. 1,5 e 1,0 artigo/DP/ano para doutorado e mestrado, respectivamente.

O indicador da produção científica foi avaliado pelo número de artigos qualificados/docente.  
Fonte: CAPES (2008a).

### **3.7.2 Critérios Utilizados pela UFV para Medir o Desempenho dos Programas e Distribuir os Recursos do PROF**

Por ocasião da elaboração do Projeto de Planejamento Institucional – PPI, para o biênio 2001/2002, que a UFV apresentou à CAPES, definiu-se como política institucional a valorização dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* como formadores de recursos humanos altamente qualificados. Para cumprir esta política,

definiu-se como umas das metas “promover melhoria na qualidade, eficiência e competitividade dos programas de pós-graduação na Universidade Federal de Viçosa” (UFV, 2001). O procedimento seguinte do Conselho Técnico de Pós-Graduação foi a nomeação da Comissão de Planejamento e Gerência do PROF, conforme determinava a Portaria 059/2000 da CAPES. Em consonância com tal meta, a Comissão de Gerência propôs que os recursos do PROF fossem repartidos de forma proporcional ao desempenho do programa em relação ao desempenho global da UFV.

Após discussões no Conselho Técnico de Pós-Graduação, a distribuição dos recursos baseou-se em parâmetros que traduzissem o desempenho dos programas através da eficiência acadêmica, representada pelo Tempo Médio de Titulação, e da produtividade científica dos programas, representada pelas publicações. Foram incluídos também o número de alunos matriculados no programa e o conceito do programa na CAPES, como base para calcular os índices de desempenho utilizados no rateio dos valores monetários destinados a cada programa, passando a vigorar à partir de 2001 (UFV, 2001).

O **Tempo Médio de Titulação** dos alunos do programa é medido pelo número de meses gastos desde a matrícula até a defesa da dissertação ou tese, refletindo assim a eficiência acadêmica.

A **Produtividade Científica** é medida pelo número de artigos científicos, capítulos de livros e livros em texto integral publicados.

O Tempo Médio de Titulação e a Produtividade Científica foram os escolhidos, porque se considerou que eles refletem sinteticamente a capacidade de gerência acadêmica e o impacto científico do programa. Programas que gerenciam bem seus recursos humanos, dosando eficientemente a convivência das disciplinas com os trabalhos de dissertação ou tese, apresentariam TMTs próximos ao ideal. Da mesma forma, programas que definem bem seu escopo, valorizando conteúdos relevantes e atualizados, teriam maior capacidade de efetivar publicações, ampliando e melhorando a produtividade científica (UFV, 2001).

O **Número de Alunos Matriculados** no programa também foi incluído, com vistas a corrigir distorções oriundas da discrepância quanto ao tamanho dos programas. Para calcular o percentual de alunos matriculados no curso foram considerados somente aqueles que estão dentro dos prazos recomendados pelas CAPES (24 meses para o *M.Sc.* e 48 meses para o *D.Sc.*) (UFV, 2001).

A inclusão do **Conceito do Programa na CAPES** permitiu refletir a avaliação da eficiência do programa, fornecendo um parâmetro de eficiência emitido por órgão oficial. A avaliação feita pela CAPES reúne uma série de parâmetros, inclusive os três citados anteriormente que foram utilizados como base para o PROF da UFV, e é

aperfeiçoada trienalmente, seguindo-se a dinâmica de desenvolvimento da pós-graduação do país (UFV, 2001).

Em consonância com as alterações implementadas pela CAPES, que na avaliação de 2004/2006 adotou como item de avaliação o Número de Alunos Titulados em relação ao corpo discente, a UFV, a partir de 2006, passou a adotar o **Índice de Titulação (IT)**, que é o número de **alunos titulados** no ano (*AT*) sobre o número total de **alunos matriculados no programa (AM)**. Considerou-se, portanto, como ideal para o mestrado o índice de 0,50 e para o doutorado 0,25. A justificativa para esses valores é a de que, em um fluxo normal, o ideal para o programa é titular o mesmo número de alunos que ingressaram. No caso do mestrado, se ingressarem 10 alunos por ano e permanecerem no programa por dois anos, têm-se 20 alunos matriculados, quando o ideal é que se titulem os 10.

Assim, ao se proceder conforme (1),

$$IT = \frac{AT}{AM} \quad (1)$$

encontra-se o índice 0,50 para o mestrado e 0,25 para o doutorado. Este índice é considerado mais completo, pois, além do tempo de titulação, contempla também as evasões oriundas de abandonos e desligamentos.

Para fins deste trabalho, considerou-se o TMT, uma vez que essa variável foi utilizada desde o início da implantação do PROF.

Vale ressaltar algumas observações levantadas pelos conselheiros do Conselho Técnico de Pós-Graduação. Houve preocupação de vários conselheiros com a possibilidade de haver perdas abruptas de recursos financeiros de alguns programas de um ano em relação ao ano anterior, podendo inviabilizar o funcionamento deste. O fato de o pagamento de bolsas para os alunos ser sequenciado por até quatro anos – como é o caso do doutorado – causa comprometimento dos orçamentos de períodos futuros dos programas, não podendo estes sofrerem reduções drásticas, sob pena de terem de cortar bolsas de alunos sem que tenham se titulado. Nesse sentido, a fórmula proposta baseou-se na média dos três últimos anos para as variáveis TMT e PC com o objetivo de tornar os índices mais estáveis. Ainda assim, visando eliminar grandes alterações no valor do recurso financeiro final a ser repassado para cada programa, estabeleceu-se o percentual de 5% em relação ao ano anterior, como limite máximo para redução de repasses aos programas.

Ressalta-se ainda que os programas com conceitos 6 e 7 (Genética e Melhoramento, Fitopatologia, Fitotecnia e Solos e Nutrição de Plantas), em 2005, optaram por ser atendidos pelo PROEX, uma vez que este permite maior flexibilidade ainda na utilização dos recursos, carregando os respectivos valores que recebiam do PROF. Para fins desse trabalho, eles foram considerados, visto que seus

desempenhos estão relacionados com a política, vigente desde 1998, aplicada pela UFV para todos os programas de pós-graduação.

Nos anos de 1998 a 2000, ainda não vigoravam estes critérios e a distribuição dos recursos tendeu-se a seguir o fator histórico, repetindo os valores recebidos pelos programas enquanto participantes do sistema DS/PROAP.

### 3.7.2.1 Procedimentos de Cálculo dos Índices de Desempenho

Uma vez que alguns programas mantêm somente o nível de mestrado, enquanto outros mantêm os níveis de mestrado e doutorado, os cálculos foram feitos separadamente para cada nível (*M.Sc.* e *D.Sc.*). Do valor global dos recursos financeiros destinados pela CAPES à UFV, retirou-se 1% (um por cento) para custear despesas da PPG e a outra parte, 99% (noventa e nove por cento), é dividida entre os níveis de mestrado e de doutorado na proporção de 50% para cada nível (UFV, 2001). Como existia menor número de programas com doutorado em relação ao mestrado, isto compensava o fato de o valor da bolsa de *D.Sc.* ser maior que a de *M.Sc.*, proporcionando, mais ou menos, um mesmo número de bolsas para cada programa em cada nível.

Para mensurar o desempenho e decidir o valor que cada programa recebe, é necessário calcular os índices relativos para os níveis de mestrado e de doutorado e, posteriormente, multiplicá-los pelo montante destinado a cada nível.

Os índices relativos para os níveis de mestrado e doutorado (*IRMSc* e *IRDSc*) são obtidos utilizando-se as variáveis (UFV, 2001):

- a - Produção Científica (*PC*) com peso 1.
- b - Tempo Médio de Titulação (*TMT*) com peso 1.
- c - Número de Alunos Matriculados (*NAM*) com peso 1.
- d - Conceito CAPES (*CC*), com peso 0,5.

Ficou decidido o peso 0,5 para a variável Conceito CAPES (*CC*), tendo em vista que as variáveis anteriores já exerciam influência neste, uma vez que elas foram consideradas pela CAPES para o cálculo do referido conceito.

O cálculo é feito separadamente para os níveis de Mestrado e Doutorado, com base nos somatórios dos índices relativos:

$$IRMSc = \frac{IRPC + IRTMT + IRNAM + (IRCC \times 0,5)}{3,5} \quad (2a)$$

$$IRDSc = \frac{IRPC + IRTMT + IRNAM + (IRCC \times 0,5)}{3,5} \quad (2b)$$

em que:

*IRMSc* = Índice relativo para o nível de mestrado.

*IRDSc* = Índice relativo para o nível de doutorado.

*IRPC* = Índice relativo de produção científica.

*IRTMT* = Índice relativo de TMT.

*IRNAM* = Índice relativo de número de alunos.

*IRCC* = Índice relativo de conceito CAPES.

Para melhor compreensão, cada índice será detalhado a seguir.

### **a) Índice Relativo de Produção Científica (*IRPC*)**

Dentro da política de incentivar a qualidade e a competitividade dos programas de pós-graduação, o Índice Relativo de Produção Científica (*IRPC*) visa mensurar a eficiência científica do programa, que reflete a capacidade de difusão do conhecimento e da formação de recursos humanos qualificados. Pretende-se com ele medir o impacto científico do programa (UFV, 2001).

Na definição do Índice Relativo de Produção Científica (*IRPC*), para fins do PROF, a Comissão de Planejamento e Gerência decidiu considerar somente os livros, os capítulos de livros e os artigos publicados em periódicos constantes do relatório anual que cada programa envia para a CAPES (UFV, 2001).

Os periódicos são ponderados de acordo com a sua respectiva classificação no *Qualis* combinado com seu Fator de Impacto.

O Fator de Impacto (*FI*) é um índice que é calculado levando-se em conta fatores como número de artigos publicados em determinado periódico e número de citações a estes artigos no mesmo intervalo de tempo. Corresponde ao número de citações que um periódico recebe em dois anos anteriores ao ano do cálculo, dividido pelo número de todos os artigos neles publicados neste mesmo período. Anualmente, essa base é elaborada pelo *Journal Citation Report* (JCR), que é uma publicação que se dedica a avaliar o impacto científico (Fator de Impacto) de periódicos com circulação internacional (USP, 2008).

O *Qualis* é o resultado do processo de classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos. Tal processo foi concebido pela CAPES para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação e baseia-se nas informações fornecidas pelos programas e pela Coleta de Dados. Esta base de dados fica disponível constantemente no sítio da CAPES e constitui importante fonte de informação para as diferentes áreas do conhecimento. A classificação é feita ou coordenada pelo representante de cada área e passa por processo anual de atualização. Os veículos de divulgação citados pelos programas de pós-graduação são enquadrados em categorias indicativas da qualidade – A, B ou C e do âmbito de

circulação dos mesmos – local, nacional ou internacional. As combinações dessas categorias compõem nove alternativas indicativas da importância do veículo utilizado, e, por inferência, do próprio trabalho divulgado (CAPES, 2008c).

Mediante proposta apresentada pela Comissão de Gerência do PROF, o Conselho de Pós-Graduação da UFV aprovou a valoração indicada na Tabela 2 para mensurar a produção científica dos programas.

Tabela 2 – Pontuação de produção científica em periódicos, livros e capítulos de livros

Periódicos Classificação <i>Qualis</i>		Pontuação	Livros / Capítulos de livros	Valor
Internacional	A	1,2	Livro	1,8
	B	0,8		
	C	0,6		
Nacional	A	0,6	Capítulo de livro	0,6
	B	0,4		
	C	0,1		

Fonte: Adaptado pelo autor, com base em (UFV, 2001)

Para operacionalizar o cálculo, a Comissão de Planejamento e Gerência solicitou a todas as coordenações, cópias do relatório anual enviado à CAPES, contendo as informações sobre as publicações e procedeu à classificação, conforme a Tabela 2. Após a valoração individual de cada artigo baseado na pontuação apresentada na Tabela 2, foi acrescentada à produção científica a soma dos índices de Fator de Impacto de todos os periódicos com artigos, correspondendo ao Fator de Impacto Acumulado do Programa (UFV, 2001).

Operacionalmente, no Quadro 3 encontram-se os resultados ilustrativos do cálculo da produção científica dos programas de pós-graduação.

Quadro 3 – Cálculo da produção científica dos programas (*valores ilustrativos*)

Programa	Publicações por Programa								Valoração das Publicações, segundo o PROF/UFV								Fator Impacto Acumulado	Total Geral	
	Liv	Cap	Internacional			Nacional			Livro	Cap	Internacional			Nacional					total
			A	B	C	A	B	C			A	B	C						
Agroquímica	1	0	33	0	1	14	8	1	1,8	0	39,6	0	0,6	8,4	3,2	0,1	53,7	37,47	91,2
Biol Celular e Estrutural	3	3	37	0	0	0	1	0	5,4	1,8	44,4	0	0	0	0,4	0	52	35,31	87,3
Bioquímica Agrícola	1	7	37	3	4	7	1	4	1,8	4,2	44,4	2,4	2,4	4,2	0,4	0,4	60,2	46,25	106,5
Botânica	0	2	11	2	1	8	5	6	0	1,2	13,2	1,6	0,6	4,8	2	0,6	24	9,660	33,7

Fonte: Elaborado pelo autor com base em (UFV, 2008c). (Parte da tabela).

O montante apurado foi dividido pelo número de orientadores permanentes do programa obtendo-se sua produção *per capita*. Para evitar grandes variações entre um

ano e outro, os valores foram calculados pela média dos três últimos anos (UFV, 2001).

O Índice Relativo de Produção Científica (*IRPC*) é a Produção *per capita* do programa dividida pelo somatório da produção *per capita* da UFV, assim expressa:

$$IRPC = \frac{IPC_i}{\sum_i^n IPC} \quad (3)$$

em que:

*IRPC* = Índice relativo de produção científica do programa.

*IPC<sub>i</sub>* = Índice de produção científica *per capita* do programa.

*IPC* = Índice de produção Científica *per capita*.

No Quadro 4 encontra-se um exemplo de cálculo do Índice Relativo de Produção Científica.

Quadro 4 – Cálculo do índice relativo de produção científica (*valores ilustrativos*)

Programa	Número de Orientadores				Produção Científica					
	Ano1	Ano2	Ano3	Média (M1)	Ano1	Ano2	Ano3	Média (M2)	Per capita M2/M1	Índice Relativo
Agroquímica	18	15	10	14,3	91,2	48,9	37,0	59,0	4,1	0,035
Bioquímica Agrícola	14	14	11	13,0	106,5	52,8	71,0	76,7	5,9	0,051
Botânica	16	14	15	15,0	33,7	60,3	44,1	46,0	3,1	0,054
Entomologia	17	17	16	16,7	163,7	160,4	178,7	167,6	10,1	0,096

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em (UFV, 2008c) (Parte da tabela).

### b) Índice Relativo de TMT (*IRTMT*)

Um programa eficiente não deve extrapolar o patamar recomendado, nem é aconselhável que o curso apresente tempos de titulação demasiadamente baixos. Assim, o cálculo é feito de forma a coibir ambos os excessos. Para isso, programas cujo TMT é igual ao valor recomendado são considerados 100% eficientes. Programas apresentando valores de TMT inferiores ao recomendado não são premiados, mas permanecem com eficiência de 100%. Espera-se, dessa forma que nenhum programa force seus estudantes a defender dissertações/teses em tempo curto. Valores de TMT acima do máximo recomendado são convertidos em percentagem, para expressar uma eficiência menor que 100% (UFV, 2001).

O Índice de TMT também é calculado com base na média dos três últimos anos para evitar grandes distorções.

Programa com TMT menor ou igual a 24 e 48 meses para o mestrado e doutorado, respectivamente, tem referencial máximo igual a 1 (100%). Cursos com TMT maior que 24(*M.Sc.*) ou 48(*D.Sc.*) meses têm referencial proporcional a 1, visto que, na UFV, o prazo mínimo regimental para titulação no *M.Sc.* é de 12 meses e no *D.Sc.* é de 24 meses até o prazo considerado ideal, em que a eficiência do programa é de 100%.

$$\text{Assim, o } ITMT = 1 \text{ se: } \begin{cases} 12 \leq TMT \leq 24 \text{ meses para o } M.Sc. \\ 24 \leq TMT \leq 48 \text{ meses para o } D.Sc. \end{cases}$$

$$\text{e o } ITMT < 1 \text{ se: } \begin{cases} TMT > 24 \text{ meses para o } M.Sc. \\ TMT > 48 \text{ meses para o } D.Sc. \end{cases}$$

Ressalta-se que ao extrapolar o tempo, o programa passa a ter eficiência inferior a 100%, conforme (4) e (5).

$$\text{Para o mestrado: } ITMT = \frac{24}{TMT_p} \text{ limitado a } 1 \quad (4)$$

$$\text{Para o doutorado: } ITMT = \frac{48}{TMT_p} \text{ limitado a } 1 \quad (5)$$

em que:

$ITMT$  = Índice de TMT do programa.

$TMT_p$  = TMT do programa.

Nos períodos de titulação maiores que 24 meses para o *M.Sc.* e 48 meses para o *D.Sc.*, o  $ITMT$  irá se reduzindo à medida em que o tempo decorrido para a obtenção da titulação se alongar (UFV, 2001).

O Índice Relativo de TMT ( $IRTMT$ ) é encontrado pela expressão:

$$IRTMT = \frac{ITMT_i}{\sum_i^n ITMT} \quad (6)$$

em que:

$IRTMT$  = Índice relativo de TMT do programa.

$ITMT_i$  = Índice de TMT do programa.

$ITMT$  = Índice de TMT.

### c) Índice Relativo do Conceito CAPES ( $IRCC$ )

O Índice Relativo do Conceito da CAPES ( $IRCC$ ) é obtido como segue: Cursos com conceito maior ou igual a 5 para o mestrado ou igual a 7 para o doutorado têm

referencial máximo 1 (100%). Menor que 5 (*M.Sc.*) ou menor que 7 (*D.Sc.*) têm referencial proporcional a 1, uma vez que programas que mantêm somente o nível de mestrado têm conceito máximo de 5, com a máxima eficiência.

Assim:

$$\begin{array}{l} \text{ICC} = 1 \text{ se } \left\{ \begin{array}{l} 5 \leq \text{CC} \leq 7 \text{ para o } M.Sc. \\ \text{ou} = 7 \text{ para o } D.Sc. \end{array} \right. \\ \text{ICC} < 1 \text{ se } \left\{ \begin{array}{l} \text{CC} < 5 \text{ para o } M.Sc. \\ \text{ou } \text{CC} < 7 \text{ para o } D.Sc. \end{array} \right. \end{array}$$

$$\text{O cálculo para o Mestrado é: } ICCMSc = \frac{\text{Conceito}}{5} \text{ limitado a 1} \quad (7)$$

$$\text{e para o Doutorado é: } ICCDSc = \frac{\text{Conceito}}{7} \quad (8)$$

O Índice Relativo do Conceito CAPES - *IRCC* é encontrado dividindo-se o valor do Índice do Conceito CAPES do programa (*ICC<sub>p</sub>*) pelo somatório dos índices de todos os programas da UFV, conforme (9).

$$IRCC = \frac{ICC_i}{\sum_i^n ICC} \quad (9)$$

em que:

*IRCC* = Índice relativo do conceito CAPES.

*ICC<sub>i</sub>* = Índice do conceito CAPES do programa.

*ICC* = Índice de conceito CAPES.

#### **d) Índice Relativo de Números de Alunos Matriculados (*IRNAM*)**

Para fazer o levantamento do número de alunos matriculados, foram considerados todos os alunos, com vínculo, regularmente matriculados nos programas de pós-graduação da UFV no início do primeiro semestre de cada ano letivo. Para este fim foram excluídos os estudantes que estavam com o tempo superior a 24 meses para o *M.Sc.* e 48 meses para o *D.Sc.*, os sem vínculo (ou especiais), bem como os de pós-doutoramento. O Índice Relativo de Números de Alunos Matriculados (*IRNAM*) é igual ao número de alunos matriculados no programa dividido pelo somatório dos alunos de todos os programas, conforme a expressão:

$$IRNAM = \frac{NAM_i}{\sum_i^n NAM} \quad (10)$$

em que:

*IRNAM* = Índice relativo de número de alunos matriculados.

*NAM<sub>i</sub>* = Número de alunos matriculados no programa.

NAM = Número de alunos matriculados.

No Quadro 5 encontra-se um exemplo, com valores ilustrativos, dos cálculos dos índices de desempenho, com a apuração do montante de recursos obtidos por cada um dos programas, para o nível de mestrado.

Quadro 5 – Cálculo dos índices de desempenho dos programas, para o nível de mestrado, com os respectivos valores alocados (*valores ilustrativos*)

ÍNDICE MESTRADO														
Programa	Prod Cient relat	T M T						Nº. Alunos		Conceito			Índice final	R\$ CUSTEIO
		Ano1	Ano2	Ano3	media	%	relat	real	Relat	real	%	relat		
Agroquímica	0,035	23,3	24,5	27,5	25,10	0,96	0,048	28	0,040	5	1,00	0,052	0,0425	109.333,79
Bioquímica Agrícola	0,051	21,1	20,8	24	21,97	1,00	0,050	12	0,017	4	0,80	0,041	0,0397	102.073,19
Botânica	0,054	23,6	24,8	25,4	24,60	0,98	0,049	24	0,035	4	0,80	0,041	0,0451	116.020,17
Ciência da Nutrição	0,041	24	24	24	24,00	1,00	0,050	23	0,033	3	0,60	0,031	0,0399	102.706,50
Ciência e Tec. Alimentos	0,041	28,4	28,3	30,3	29,00	0,83	0,042	29	0,042	4	0,80	0,041	0,0414	106.464,89
Ciência Florestal	0,040	25,9	28,2	28,5	27,53	0,87	0,044	70	0,101	5	1,00	0,052	0,0600	154.324,16
Economia Doméstica	0,022	25,8	34,5	34,6	31,63	0,76	0,038	24	0,035	3	0,60	0,031	0,0316	81.202,95
Economia Aplicada	0,018	22,7	27,2	31	26,97	0,89	0,045	34	0,049	4	0,80	0,041	0,0378	97.325,76
Engenharia Agrícola	0,045	24,2	26,6	30,3	27,03	0,89	0,045	47	0,068	5	1,00	0,052	0,0522	134.343,23
Engenharia Civil	0,016	26,3	30,6	34,4	30,43	0,79	0,040	28	0,040	4	0,80	0,041	0,0333	85.783,25
Entomologia	0,096	23,5	23,7	24,3	23,83	1,00	0,050	30	0,043	5	1,00	0,052	0,0615	158.242,72
Extensão Rural	0,017	26,9	30,3	30,6	29,27	0,82	0,041	31	0,045	5	1,00	0,052	0,0366	94.233,36
Física Aplicada	0,063	20	17,8	24	20,60	1,00	0,050	9	0,013	3	0,60	0,031	0,0405	104.323,37
Fisiologia Vegetal	0,080	22,1	27	25,3	24,80	0,97	0,049	18	0,026	5	1,00	0,052	0,0515	132.621,73
Fitopatologia	0,055	26	26,4	27,9	26,77	0,90	0,045	21	0,030	6	1,00	0,052	0,0447	115.053,85
Fitotecnia	0,051	26	29,2	30,7	28,63	0,84	0,042	50	0,072	7	1,00	0,052	0,0546	140.511,34
Genética e Melhoramento	0,054	25,1	26,3	24,8	25,40	0,94	0,048	30	0,043	7	1,00	0,052	0,0487	125.400,53
Medicina Veterinária	0,037	24,5	25	27,3	25,60	0,94	0,047	56	0,081	4	0,80	0,041	0,0531	136.586,85
Meteorologia Agrícola	0,050	24	31,2	35,8	30,33	0,79	0,040	11	0,016	4	0,80	0,041	0,0360	92.660,82
Microbiologia Agrícola	0,025	26	26,1	28,1	26,73	0,90	0,045	31	0,045	5	1,00	0,052	0,0402	103.387,40
Solos e Nut. de Plantas	0,038	28,6	26,2	25	26,60	0,90	0,045	30	0,043	6	1,00	0,052	0,0434	111.621,47
Zootecnia	0,072	24,2	26,8	26	25,67	0,94	0,047	59	0,085	5	1,00	0,052	0,0656	168.726,83
<b>Totais</b>	<b>1,0</b>					19,9	<b>1,0</b>	695	<b>1,0</b>		19,4	<b>1,0</b>	<b>1,0000</b>	2.572.948,16

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em (UFV, 2008c).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Análise da Evolução das Variáveis Utilizadas pelo PROF/UFV como indicadores de desempenho

Em resposta ao novo modelo de gestão implementado pelo PROF, os programas têm melhorados seus desempenhos e obtidos melhores índices de produtividade, refletindo em melhoria na qualidade geral da Pós-Graduação na UFV. Tais variáveis são as constantes das planilhas de distribuição dos recursos e, neste caso, são os indicadores de desempenho da Instituição, visto que são aferidas anualmente, no momento que se aplica a planilha para mensurar o desempenho de cada programa para fins de rateio dos recursos. A cada aplicação anual da planilha, procede-se a uma avaliação de desempenho. Na Tabela 3 é mostrada a evolução das variáveis no período de 1998 a 2007.

Tabela 3 – Evolução das variáveis consideradas no PROF no período de 1998 a 2007 relativas aos programas de pós-graduação da UFV

Variáveis	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	<i>i</i>	%
Índice Anual de Publicações <i>per capita</i> da UFV com valoração do PROF	2,47	2,75	2,87	3,08	2,78	3,30	3,74	3,79	4,52	4,57	7,07	85,0
TMT Mestrado <sup>(1)</sup>	31,0	31,6	30,5	27,7	26,6	24,4	23,6	24,1	24,4	24,4	-2,62	-21,3
TMT Doutorado <sup>(1)</sup>	55,0	54,6	51,8	52,9	48,2	48,6	48,5	47,3	45,3	46,1	-1,94	-16,2
Alunos Matriculados M.Sc.	772	734	761	721	713	805	806	828	930	1075	3,74	39,2
Alunos Matriculados D.Sc.	504	554	617	640	635	690	678	715	742	850	5,97	68,7
Alunos Matriculados Total	1276	1288	1378	1361	1348	1495	1484	1543	1672	1925	4,67	50,9

<sup>(1)</sup> = média da UFV. *i* = Taxa Geométrica de crescimento anual. % = Crescimento percentual total.

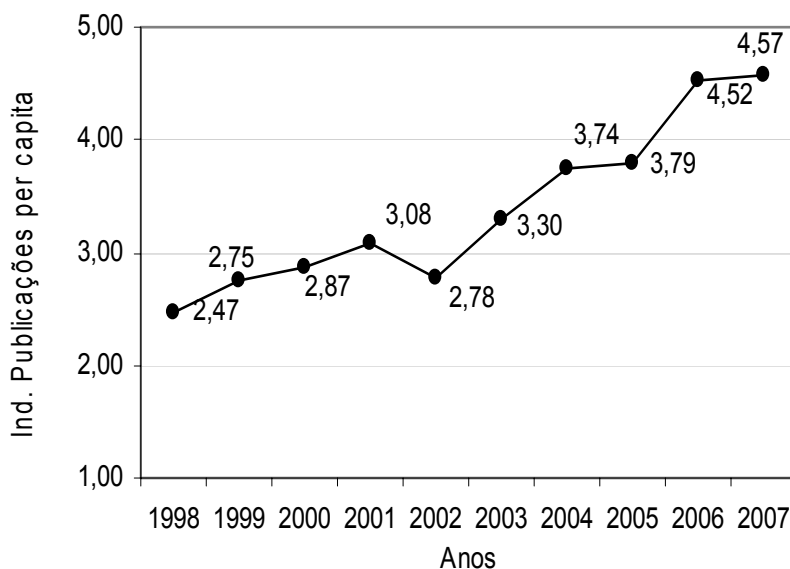
Fonte: Resultado de pesquisa.

Observa-se, na Tabela 3, que todas as variáveis evoluíram positivamente de acordo com o que se esperava dos programas de pós-graduação, buscando melhor desempenho para atingir melhores índices. Ao se proceder à análise de cada variável, verifica-se com mais detalhes a sua evolução individual.

O índice anual de publicações *per capita* de todos os orientadores que atuam na pós-graduação da UFV, com valoração utilizada no PROF, passou de 2,47 em 1998 para 4,57 em 2007 (Figura 1), evidenciando aumento de 85,0%, com taxa média de crescimento anual de 7,07% (Tabela 3).

O melhor desempenho da produção científica reflete o melhor impacto científico do programa. Isto gera benefícios para o programa e para a Instituição, principalmente em termos de avaliações trienais da CAPES. Não obstante, a

sociedade torna-se a maior beneficiária, uma vez que as publicações são resultados de pesquisas que poderão apresentar efeitos benéficos para os diferentes segmentos sociais.



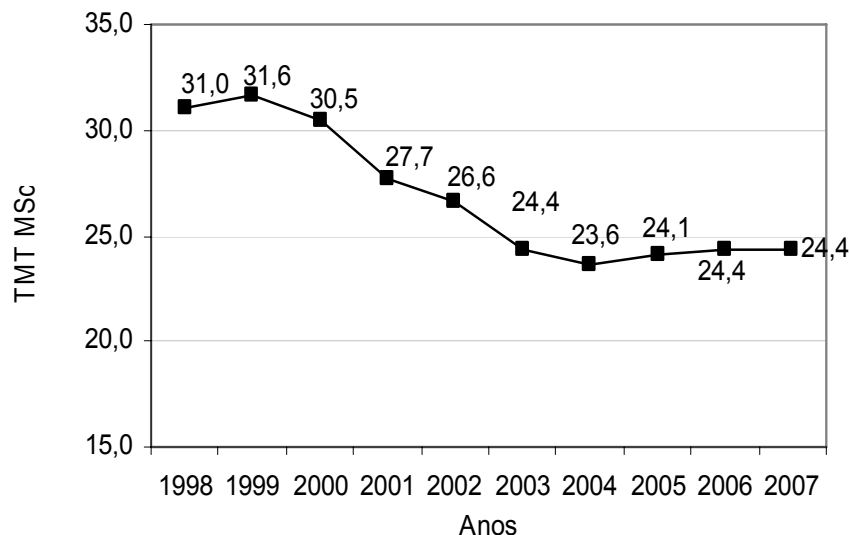
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 1 – Evolução do índice anual de publicações *per capita* com valorização do PROF.

Em relação ao Tempo Médio de Titulação, notou-se que, após a implantação do PROF na UFV, os alunos passaram a se titular em menor tempo, melhorando o desempenho em termos de eficiência acadêmica. Os TMTs, tanto do mestrado quanto do doutorado, diminuíram. O do *M.Sc.* passou de 31,6 meses média em 1999 para 24,4 meses média em 2007. O do *D.Sc.* passou de 55,0 meses média em 1998 para 46,1 meses média em 2007, evidenciando reduções de 21,3% e 16,2%, respectivamente, com taxa anual média de -2,62% para o *M. Sc.* e de -1,94% para o *D.Sc.* (Tabela 3). Ambos se ajustaram dentro dos padrões considerados ideais.

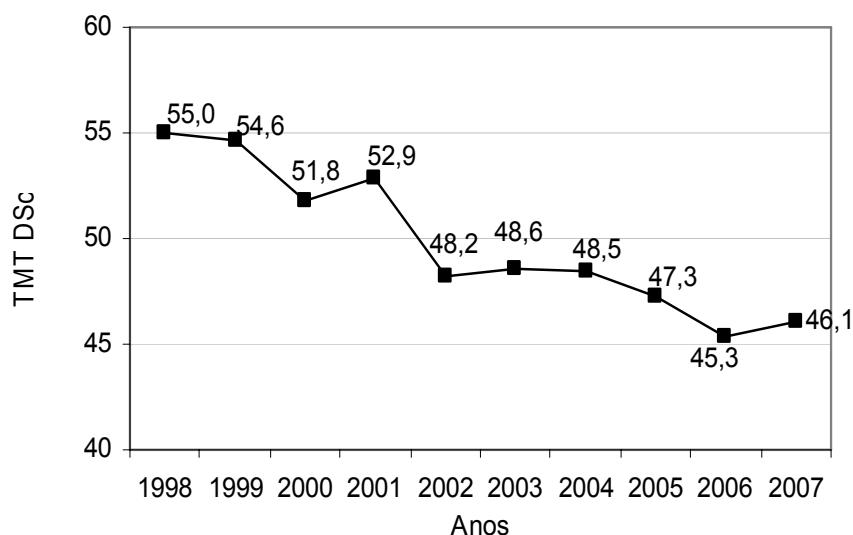
Nas Figuras 2 e 3 é evidenciada a evolução do TMT médio da UFV para os níveis de mestrado e doutorado, respectivamente.

Conforme observado, a CAPES considera o TMT (item 3.5 do Capítulo 3) uma medida de eficiência dos programas, sugerindo como ideais 24 e 48 meses para o *M.Sc.* e *D. Sc.* respectivamente, principalmente quanto à disponibilização de bolsas. No entanto, programas que conseguiram TMT de até 30 meses para o *M.Sc.* e 54 meses para o *D.Sc.* obtiveram nota máxima na avaliação trienal 2004/2006, ou seja, MB.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 2 – Evolução do TMT para o nível de mestrado (média UFV).



Fonte: Dados da pesquisa.

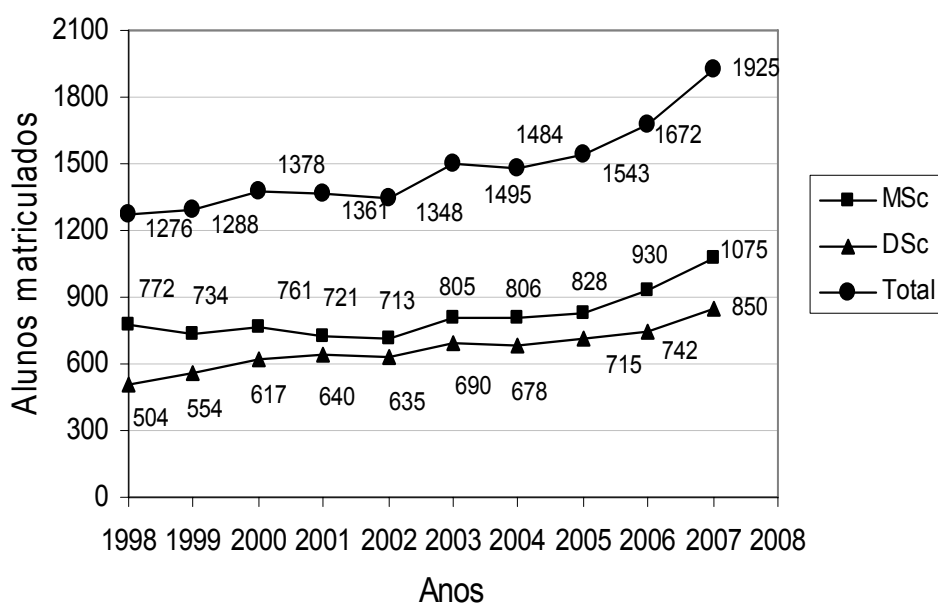
Figura 3 – Evolução do TMT para o nível de doutorado (média UFV).

Para as instituições e programas, o menor tempo para formação de mestres e doutores reflete menor utilização dos insumos e de recursos gastos na manutenção dos alunos efetivamente nos programas. Ele também reflete-se em outro índice de avaliação da CAPES, que é o Índice de Titulação (item 3.1), que consiste no número de titulados no ano em relação ao corpo discente. Ao se titularem mais rápido, provoca aumento no numerador e redução do denominador, ajudando o programa e a Instituição nas avaliações trienais da CAPES. Para a sociedade como um todo, ao se titular mais rápido, sem a perda da qualidade, reflete em maior quantidade de recursos humanos treinados no mercado. Isto está em conformidade com Doherty (2002) ao

afirmar que o desempenho pode ser medido através de indicadores. Nesse caso, ao titular seus pós-graduandos em menor tempo o programa está se tornando mais eficiente, pois os resultados estão sendo atingidos utilizando-se menos insumos.

Deve-se ressaltar que a orientação dos programas de pós-graduação está voltada não apenas para não deixar extrapolar os prazos, mas também pela evolução do nível qualitativo dos trabalhos desenvolvidos e pela melhoria na formação dos recursos humanos.

Em relação ao número de alunos regularmente matriculados na pós-graduação, este passou de 1.276 em 1998 para 1.925 em 2007, evidenciando o crescimento de 50,9%, com taxa anual média de 4,67% (Tabela 3). Quanto aos alunos do mestrado, passaram de 772 para 1.075, registrando aumento de 39,2% e taxa média anual de 3,74%. Já no nível de doutorado, passaram de 504 para 850, com aumento de 68,7% e taxa anual média de 5,97%, evidenciando maior expansão no nível de doutorado. Na Figura 4 encontra-se a evolução desta variável.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4 – Evolução do número de alunos matriculados nos programas de pós-graduação na UFV no período de 1998 a 2007.

Em síntese, observa-se que todas as variáveis analisadas registraram melhor desempenho. Os resultados positivos podem ser reflexos da melhor gestão das coordenações dos programas, assim como as diretrizes traçadas pela Comissão de Planejamento e Gerência do PROF na UFV.

## 4.2 Evolução dos Conceitos, após o Ingresso da UFV no PROF

Na Tabela 4 encontram-se os conceitos dos programas da UFV referentes as avaliações dos triênios 1995/1997, 1998/2000, 2001/2003 e 2004/2006, respectivamente.

Tabela 4 – Evolução dos conceitos CAPES dos programas da UFV

	Ordem	Programas de Pós-Graduação	Triênios			
			1995-1997*	1998-2000	2001-2003	2004-2006
Programas consolidados	1	Agroquímica	5	5	5	↓ 4
	2	Botânica	4	4	4	4
	3	Ciência e Tec. Alimentos	5	↓ 4	↑ 5	5
	4	Ciência Florestal	6	↓ 5	5	↓ 4
	5	Economia Doméstica	3	3	↑ 4	4
	6	Economia Aplicada	4	4	4	4
	7	Engenharia Agrícola	5	5	5	5
	8	Engenharia Civil	3	↑ 4	4	4
	9	Entomologia	5	5	↑ 6	↑ 7
	10	Extensão Rural	5	5	5	↓ 4
	11	Fisiologia Vegetal	5	5	↑ 6	6
	12	Fitopatologia	6	6	6	6
	13	Fitotecnia	7	7	↓ 6	↓ 5
	14	Genética e Melhoramento	7	7	7	↓ 6
	15	Medicina Veterinária	4	4	↑ 5	5
	16	Meteorologia Agrícola	3	↑ 4	↑ 5	↓ 4
	17	Microbiologia Agrícola	5	5	↑ 6	6
	18	Solos e Nut. de Plantas	6	6	6	6
	19	Zootecnia	6	↓ 5	↑ 7	7
Programas novos	20	Bioquímica Agrícola			↑ 5	5
	21	Ciência da Nutrição			3	↑ 4
	22	Física Aplicada			3	↑ 4
	23	Ciência da Computação				3
	24	Biologia Cel. e Estrutural				↓ 3
	25	Administração				3
	26	Biologia Animal				**
	27	Economia				**
<b>Média dos Programas Consolidados</b>			<b>4,95</b>	<b>4,89</b>	<b>5,32</b>	<b>5,05</b>
<b>Média geral</b>			<b>4,95</b>	<b>4,89</b>	<b>5,09</b>	<b>4,71</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em CAPES (2008a) e UFV (2008c).

\*Última avaliação antes do PROF, vigência da DS/PROAP.

\*\*Programas que iniciaram suas atividades em 2006 e ainda não tiveram avaliações trienais.

O conceito do programa corresponde a um indicador de desempenho utilizado na planilha de rateio do PROF na UFV e ao mesmo tempo é o resultado da avaliação de desempenho trienal realizado pela CAPES.

Na comparação do triênio 1995-1997 com 1998-2000, dos 19 programas avaliados dois melhoraram seus conceitos e três diminuíram, mantendo-se inalterados os restantes. Houve leve redução no conceito médio da UFV. Neste período, o PROF

ainda estava em fase de implementação e as suas políticas ainda não estavam bem definidas. Ressalta-se que o PROF ainda se encontra em período de avaliação por parte da CAPES, daí o número reduzido de universidades convidadas, até o momento, para este projeto alternativo de gestão e alocação de recursos.

Comparando-se o triênio de 1998-2000 com o de 2001/2003, dos 22 programas avaliados, nove melhoraram seus conceitos, doze mantiveram-se inalterados e apenas um teve seu conceito reduzido, registrando melhor desempenho do conceito médio da UFV. Neste período, as políticas adotadas pelo PROF estavam em pleno funcionamento. Pode-se observar que as variações dos índices foram mais acentuadas e, como conseqüência, houve variação positiva nos conceitos, bem como no conceito médio da Instituição.

Deve-se esclarecer que dos 22 programas constantes do PROF, avaliados no triênio 2001/2003, quatro já tinham o conceito máximo (Agroquímica = 5, Extensão Rural = 5, Fitotecnia = 7 e Genética e Melhoramento = 7). Dos 18 programas passíveis de promoção, nove conseguiram elevação de conceito na CAPES, ou seja, 50%. Esses resultados vêm demonstrar que a gestão operacional e a alocação de recursos, conforme definido pelo PROF, têm feito com que os gestores dos programas de pós-graduação da UFV estabeleçam metas visando à melhor desempenho na aplicação. Isto porque, além da distribuição dos recursos com base na produtividade, o sistema induz ao planejamento institucional da pós-graduação e aos próprios programas a se organizarem e discutirem com seus pares enfatizando a melhoria dos índices. A resposta positiva dos programas, elevando seus conceitos junto a CAPES, é o objetivo maior das universidades.

Na comparação do triênio 2001/2003 com o de 2004/2006, dos 25 programas avaliados, três deles melhoraram as notas-conceito e cinco tiveram os conceitos reduzidos, provocando queda do conceito médio da UFV. Observa-se que, neste período, os índices já haviam atingido níveis satisfatórios, como é o caso do TMT. Ainda assim, os índices de produção científica e alunos matriculados continuavam aumentando. Este desempenho não tão positivo quanto à anterior deve-se também ao aumento nos itens de avaliação que diferenciam as notas-conceito dos programas feitos pelos comitês assessores da CAPES, em termos de rigor nas exigências de avaliação dos programas de pós-graduação no País.

No total das três últimas avaliações trienais (período 1998 a 2006), o desempenho da UFV foi de 14 elevações de conceitos contra 10 reduções.

#### 4.2.1 Análise Comparativa da Evolução dos Índices do PROF e dos Conceitos

Verificam-se, na Tabela 5, os índices de desempenho utilizados no cálculo do rateio entre os 22 programas existentes em 2001, para o período de 2001 a 2007. Os índices utilizados são os correspondentes ao nível de mestrado, uma vez que nem todos os programas têm os dois níveis. Os índices referentes ao nível de doutorado para o ano de 2007, podem ser analisados no anexo 1.

Tabela 5 – Evolução dos índices de desempenho dos programas do nível de mestrado

<b>Programas</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Agroquímica	0,03966	0,04293	0,04261	0,04249	0,04430	0,04245	0,04853
Botânica	0,04071	0,03989	0,04366	0,04509	0,04374	0,04451	0,04154
Ciência e Tec. Alimentos	0,04266	0,03802	0,03963	0,04138	0,04551	0,04898	0,04851
Ciência Florestal	0,05323	0,05539	0,05762	0,05998	0,05475	0,04991	0,04673
Economia Doméstica	0,03274	0,03032	0,03136	0,03156	0,03455	0,03699	0,03733
Economia Aplicada	0,04761	0,05086	0,04475	0,03783	0,03663	0,03188	0,03039
Engenharia Agrícola	0,06032	0,06353	0,05086	0,05221	0,04956	0,04496	0,04340
Engenharia Civil	0,02812	0,03108	0,03366	0,03334	0,03455	0,03061	0,02901
Entomologia	0,06462	0,06122	0,06318	0,06150	0,06723	0,06519	0,06404
Extensão Rural	0,02801	0,03120	0,03581	0,03662	0,03767	0,03855	0,03961
Fisiologia Vegetal	0,04092	0,04449	0,04562	0,05154	0,05359	0,05184	0,05760
Fitopatologia	0,05149	0,04894	0,04739	0,04472	0,04633	0,04838	0,04889
Fitotecnia	0,07897	0,06531	0,05342	0,05461	0,05180	0,05669	0,04261
Genética e Melhoramento	0,04825	0,04939	0,04931	0,04874	0,04379	0,04939	0,04544
Medicina Veterinária	0,04731	0,04953	0,05662	0,05309	0,05255	0,04963	0,04838
Meteorologia Agrícola	0,02905	0,03116	0,03802	0,03601	0,03816	0,03547	0,03461
Microbiologia Agrícola	0,04026	0,03730	0,03775	0,04018	0,03867	0,03955	0,04469
Solos e Nut. de Plantas	0,05087	0,04849	0,04785	0,04338	0,03897	0,04005	0,04562
Zootecnia	0,06606	0,06539	0,06449	0,06558	0,06266	0,06460	0,07082
Bioquímica Agrícola	0,04312	0,04257	0,04065	0,03967	0,04448	0,04663	0,05072
Ciência da Nutrição	0,03854	0,04181	0,04256	0,03992	0,04168	0,04154	0,03848
Física Aplicada	0,02748	0,03120	0,03318	0,04055	0,03882	0,04220	0,04305
<b>Total</b>	<b>1,00000</b>	<b>1,00000</b>	<b>1,00000</b>	<b>1,00000</b>	<b>1,00000</b>	<b>1,00000</b>	<b>1,00000</b>
<b>Média</b>	<b>0,04545</b>	<b>0,04545</b>	<b>0,04545</b>	<b>0,04545</b>	<b>0,04545</b>	<b>0,04545</b>	<b>0,04545</b>
<b>Variância</b>	<b>0,000181</b>	<b>0,000132</b>	<b>8,76E-05</b>	<b>8,67E-05</b>	<b>7,69E-05</b>	<b>8,2E-05</b>	<b>9,54E-05</b>
<b>Desvio-padrão</b>	<b>0,013454</b>	<b>0,011499</b>	<b>0,00936</b>	<b>0,009311</b>	<b>0,00877</b>	<b>0,009055</b>	<b>0,009765</b>
<b>Coefficiente de variação</b>	<b>29,60%</b>	<b>25,30%</b>	<b>20,59%</b>	<b>20,48%</b>	<b>19,29%</b>	<b>19,92%</b>	<b>21,48%</b>
<b>Máximo</b>	<b>0,07897</b>	<b>0,06539</b>	<b>0,06449</b>	<b>0,06558</b>	<b>0,06723</b>	<b>0,06519</b>	<b>0,07082</b>
<b>Mínimo</b>	<b>0,02748</b>	<b>0,03032</b>	<b>0,03136</b>	<b>0,03156</b>	<b>0,03455</b>	<b>0,03061</b>	<b>0,02901</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

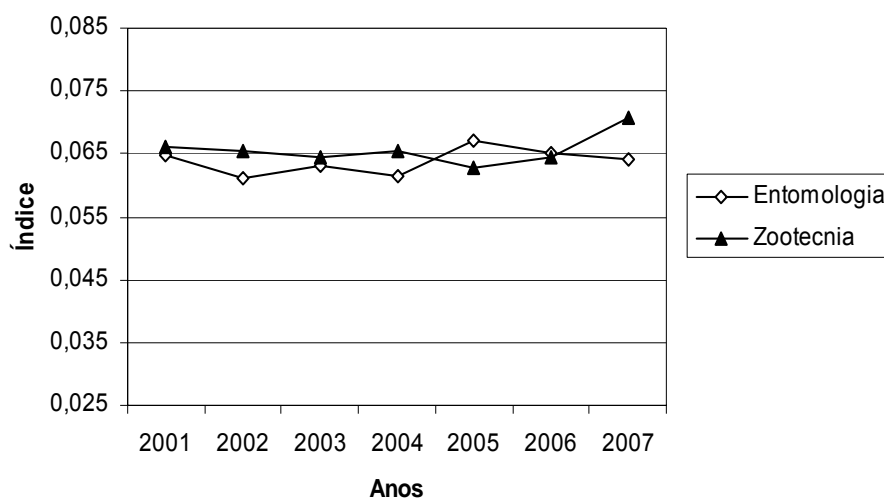
Como os índices são relativos, não foi feita inclusão de curso iniciado após 2001, pois provocaria a redução automática dos mesmos, visto que a soma é a unidade, o que poderia gerar viés de consolidação. Outro fator que deve ser observado é que se um programa aumenta a sua produtividade e melhora seu índice, ele automaticamente provoca redução dos índices de outros, mesmo que estes mantenham sua produtividade constante.

Ao analisar o desvio-padrão e o coeficiente de variação, verifica-se redução destes em quase todo o período analisado, constatando que os índices estão mais próximos da média e que a distribuição dos recursos tem se tornado mais equitativa entre os programas. Neste caso, em nível de mestrado.

Para mensurar o desempenho dos programas para fins de cálculo do rateio dos recursos do PROF na UFV geram-se índices anuais com base em indicadores do ano em curso (nos casos do NAM e do CC) e com base na média dos três anos anteriores (casos do TMT e da PC). A CAPES, por sua vez, gera conceitos como resultados das avaliações trienais com base em quesitos e itens referentes ao desempenho de três anos para vigorar no triênio seguinte. Assim, não parece apropriado calcular a correlação entre os índices gerados pelo PROF e os conceitos emitidos pela CAPES, pois a base temporal tem referências diferentes.

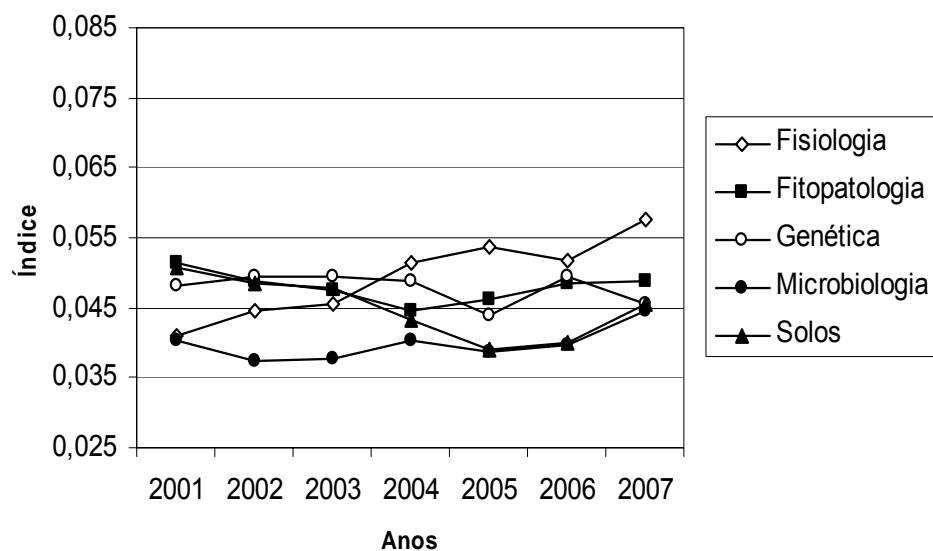
Não obstante, ao se agruparem os programas com conceitos iguais, pode-se verificar que os índices do PROF estão condizentes com os conceitos emitidos pela CAPES. Os valores dos índices estão relacionados com os conceitos (Figuras 5, 6, 7 e 8). Os índices médios para o ano de 2007, para os programas com conceitos 7, 6, 5 e 4, são respectivamente 0,06743, 0,04854, 0,04672 e 0,038930. O que equivale a dizer que cada curso com conceito 7 recebe, em média, 6,74% dos recursos destinados ao nível de mestrado; cada curso com conceito 6 recebe, em média, 4,85%; os com conceito 5 recebem, em média, 4,67% e aqueles com conceito 4 recebem 3,90%.

Os cursos com conceito 3 não foram analisados nesta série de gráficos, tendo em vista que na UFV não existia curso desse nível, com atividades iniciadas antes de 2001. Vale salientar que os programas nível 3 tiveram índice médio igual a 0,03625, calculado na planilha do PROF do ano de 2007 (UFV, 2008c).



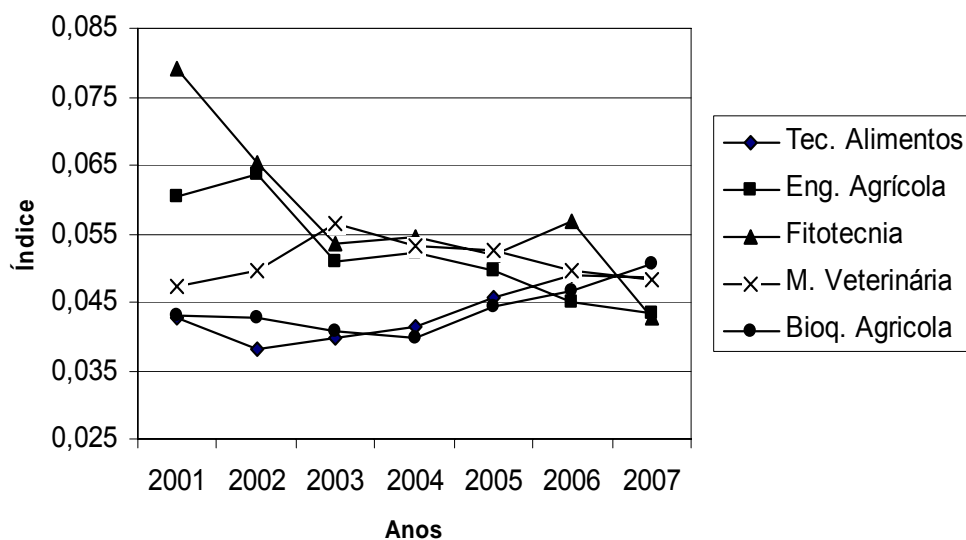
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 5 – Evolução dos índices de desempenho da base PROF/UFV dos programas com conceito 7 no triênio 2004/2006.



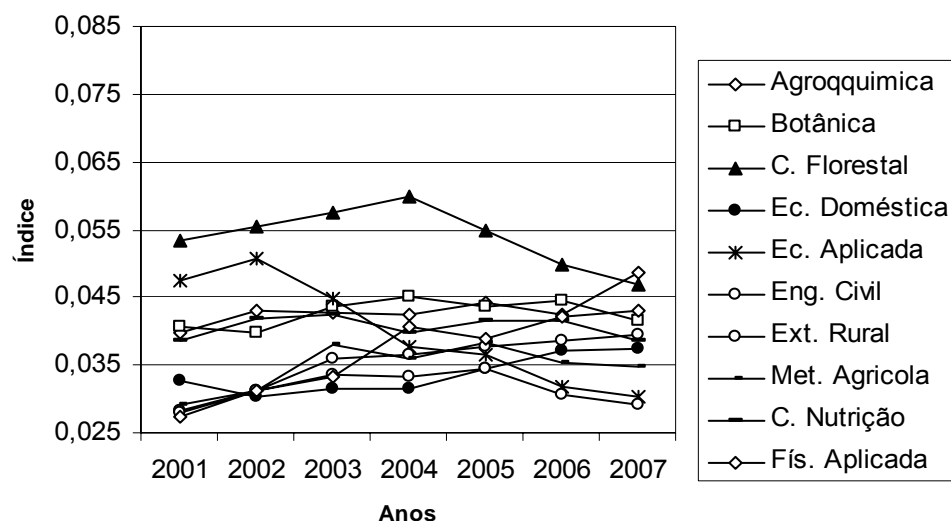
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 6 – Evolução dos índices de desempenho da base PROF/UFV dos programas com conceito 6 no triênio 2004/2006.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 7 – Evolução dos índices de desempenho da base PROF/UFV dos programas com conceito 5 no triênio 2004/2006



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 8 – Evolução dos índices de desempenho da base PROF/UFV dos programas com conceito 4 no triênio 2004/2006.

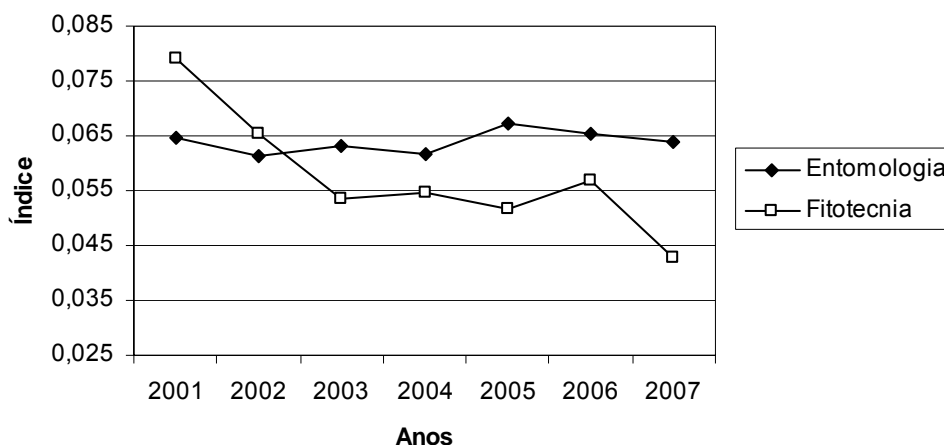
Observa-se que os índices, às vezes, se misturam entre os diversos níveis com a valoração atribuída de acordo com o PROF. É possível encontrar programas com índices maiores e que estão classificados com conceitos menores e vice-versa. Isto ocorre em virtude da classificação realizada pela CAPES, que pode variar segundo os critérios definidos pelos comitês de áreas. Há situação em que determinado programa com determinado nível de produtividade seja classificado com conceito diferente, dependendo da área a qual ele esteja vinculado.

Mesmo recebendo conceitos iguais na avaliação trienal 2004/2006 da CAPES, verifica-se que os índices dos programas de Fitotecnia e Engenharia Agrícola (Figura 7) bem como os de Ciência Florestal e Economia Aplicada (Figura 8) vêm apresentando quedas no período analisado, podendo, no caso desse efeito se manter, gerar conseqüências em avaliações futuras. O acompanhamento desses índices pelos gestores do PROF poderia desencadear ações junto aos coordenadores dos referidos programas visando à identificação pormenorizada dos problemas e suas correções.

#### 4.2.2 Estudo de Caso: Entomologia e Fitotecnia

De acordo com os conceitos emitidos pela CAPES nos três últimos triênios, os programas de Entomologia e Fitotecnia registraram desempenhos inversos. O programa de Fitotecnia saiu de conceito 7 e caiu para 5 e, ao contrário, o programa de Entomologia registrou elevação, ou seja, saiu do conceito 5 subindo para 7. Os índices dos programas de acordo com o PROF também registraram procedimentos semelhantes aos dos conceitos (Figura 9).

O programa de Entomologia manteve seus índices de desempenho próximos de 0,065, que, de acordo com os critérios do PROF, é compatível com o dos programas de conceito 7. O programa de Fitotecnia teve em 2001 o índice 0,07897 caindo para 0,04261 em 2007, que, neste ano, está próximo aos dos programas de conceito 4 (Figura 9). Vale salientar que apesar da nota/conceito ser utilizada para o cálculo do índice, no caso em análise, isto não influenciou, visto que o índice usado foi o do nível de mestrado, o que, para o cálculo do PROF, os conceitos 5, 6 e 7 recebem o mesmo valor igual a 100% ou 1.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 9 – Evolução dos índices de desempenho da base PROF/UFV dos programas de Fitotecnia e Entomologia.

A discrepância entre os programas com conceitos diferenciados e opostos, nas três últimas avaliações, leva ao seguinte questionamento: qual a razão de dois programas, tradicionais e consolidados, sujeitos às mesmas normas, terem trajetória inversa? Isto induz a pensar que as gestões dos programas poderiam ter sido diferentes. Na tentativa de verificar o que aconteceu foram levantados os dados dos programas na PPG e na CAPES, consultadas as fichas de resultados de avaliações dos programas dos dois últimos triênios, aplicados questionários e feitas entrevistas com os respectivos coordenadores atuais e os anteriores.

#### 4.2.2.1 Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia

O Programa de Pós-graduação em Fitotecnia, que tinha conceito 7, nas duas últimas avaliações trienais realizadas pela CAPES, recebeu conceitos 6 e 5 consecutivamente.

Diante do fato, as perguntas formuladas no questionário visaram perscrutar o comportamento do programa. Foram feitas perguntas ao coordenador e ao ex-coordenador sobre o comportamento do programa perante a CAPES. A primeira

pergunta foi: “A que o senhor atribui esta alteração nos conceitos obtidos pelo programa na CAPES?”

O atual coordenador do programa de Fitotecnia disse que pode ter sido pelo fato de “os critérios da CAPES terem se tornados mais rígidos”.

O coordenador anterior, do mesmo programa, fez a seguinte consideração:

Nas avaliações da CAPES, o nosso programa sempre obteve o conceito Muito Bom em todos os quesitos. A alteração no conceito da CAPES no triênio 2004/2006 e no triênio anterior, deveu-se exclusivamente ao número de publicações internacionais por docente permanente ano. Tivemos as seguintes médias: em 2004: 0,96; 2005: 1,06 e 2006: 1,21. A média, portanto, no triênio foi de 1,07; inferior aos 1,2 que nos manteriam no conceito 6.

De acordo com os critérios da Ficha de Avaliação do Programa da área de Ciências Agrárias para o triênio 2004/2006, para atingir o nível 7 dever-se-ia obter, em todos os quesitos, o conceito Muito Bom e ter 1,5 artigos/DP/ano Internacional e, para o nível 6, 1,2 artigo Internacional (CAPES, 2008c). Segundo o parecer do comitê de avaliação constante da ficha de avaliação do programa:

[...]“trata-se de um programa consolidado e com proposta muito boa. Os quesitos referentes ao corpo docente, discente, teses e dissertações e inserção social foram bem avaliados de acordo com os critérios da área. O número médio anual de artigos *Qualis* A e B por docente permanente do Programa analisado foi de 4,40. O número médio de artigos publicados em periódicos *Qualis* Internacional por Docente Permanente - DP no triênio foi de 1,07 (superior à média da área = 0,59). Portanto, a Comissão recomenda o conceito 5” (CAPES, 2008c).

No triênio anterior, de acordo com o parecer do Conselho Técnico Científico – CTC, percebe-se que o conceito 7 não foi mantido devido à falta de publicação internacional. Com base no resultado homologado pelo CTC, em reunião de 16/12/2004, o parecer foi o seguinte: “embora a Comissão de Área tenha proposto conceito 7 para o Programa, o CTC decidiu atribuir-lhe o conceito 6, pois a produção intelectual ainda não atingiu os parâmetros para esse nível. A produção intelectual foi de 1,04 artigo internacional A” (CAPES, 2008c).

A segunda pergunta inquireu sobre as principais dificuldades que o programa enfrentou nesse período. Ao que o coordenador respondeu: “o programa não acompanhou as exigências da avaliação”. O ex-coordenador afirmou:

A dificuldade principal está na inserção internacional do programa uma vez que as pesquisas, em muitas das nossas áreas de concentração, interessam ao agro-negócio brasileiro e pouco ao meio científico internacional. As revistas em que publicamos nossos artigos têm baixo impacto internacional. Mesmo publicando em mais de 40 periódicos diferentes, o programa não obteve o mínimo de publicações internacionais. Outra dificuldade está relacionada à definição dos critérios da CAPES, depois que já foram entregues dados do Coleta da CAPES. Por exemplo: os critérios da última avaliação foram definidos em outubro de 2005. Assim, os anos de 2004 e 2005 ficaram perdidos em termos de planejamento. Verifica-se que com todo o esforço da coordenação em apoiar as publicações internacionais (tradução de artigos, material de consumo e equipamentos), o programa atingiu a média para o conceito 6 apenas no último ano do triênio.

Na terceira pergunta questionou-se sobre as causa(s) fundamental(is). O coordenador afirmou que “entre os orientadores, existem alguns com produtividade muito baixa, o que reduziu a média do programa”. Já o ex-coordenador esclareceu que “a causa fundamental está relacionada à reduzida inserção internacional das nossas pesquisas e, conseqüentemente, ao grande número de orientadores permanentes que não publicaram em revistas internacionais”.

Respondido o questionário, outras questões surgiram. Novos contatos foram feitos com os coordenadores, visando elucidar mais o assunto. Em entrevista, o atual coordenador do programa de Fitotecnia relatou os problemas operacionais enfrentados, por exemplo, no momento de se elaborarem os relatórios para atender ao Coleta da Capes - (*software* que é utilizado para a confecção de relatório anual de cada programa de pós-graduação para a CAPES), afirmando que estes necessitavam ser mais bem elaborados, visando cumprir adequadamente as novas exigências da CAPES. Em termos de gestão administrativa, informou que, em reunião, a Comissão Coordenadora do Programa decidiu readequar o tamanho do núcleo de docentes permanentes. Foi detectado que havia docentes que estavam cadastrados e não estavam orientando, nem atuando efetivamente na pós-graduação e que, por isso, não apresentavam publicações satisfatórias. Como medida de gestão administrativa decidiu-se reduzir, gradativamente, o Núcleo de Docente Permanente, que era de 37 docentes na avaliação de 2001/2003, 33 docentes no triênio de 2004/2006, passando para 26, no ano de 2007, o que, por sua vez, provocou elevação na produção *per capita*. Visando agregar valor ao trabalho, fez consultas nas planilhas de distribuição e detectou que outros programas também readequaram o tamanho do núcleo de docentes permanentes, reformulando a estrutura do programa, como é o caso dos programas de Zootecnia e Economia Aplicada entre outros.

#### **4.2.2.2 Programa de Pós-Graduação em Entomologia**

O Programa de Entomologia, nas últimas duas avaliações trienais realizadas pela CAPES, que tinha conceito 5, recebeu conceitos 6 e 7 consecutivamente. As perguntas foram formuladas ao coordenador do programa que está na coordenação por três mandatos seguidos, ou seja, seis anos.

A que o senhor atribui esta alteração nos conceitos obtidos pelo programa junto a CAPES?

a) ingressos de novos orientadores vindos de outros departamentos, b) aumento no número de publicações em revistas internacionais de impacto, c) descentralização de recurso entre os orientadores, d) descentralização de poder entre os membros da comissão coordenadora, e) choque de gestão - foram feitos ajustes diminuindo regras e aumentando o poder dos orientadores na gestão própria dos recursos. Cada orientador recebe uma cota de recursos baseado no número de orientados. A coordenação somente fica com 10% dos recursos para funcionamento da secretaria. Isso acabou

com os privilégios aos "amigos" do coordenador; f) administração de egos - a coordenação trata a maior parte do seu tempo administrando conflitos entre colegas. O coordenador precisa saber ouvir e estimular o melhor de cada um, integrando todos no objetivo principal que é a evolução do curso. A moeda de troca é que se o curso sobe todos ganham (aumentou o número de bolsistas produtividade do CNPq, aumentou o sucesso de aprovação de projetos solicitados e aumentou o número de estudantes mais capacitados vindo de outras instituições); g) ingresso de orientador no programa foi mudado (tem que ter no mínimo 04 artigos/ano publicados em revista de fator de impacto maior que 0.8, ministrar uma disciplina regular no curso, demonstrar que possui infra-estrutura laboratorial para receber orientados, possuir bolsa de produtividade do CNPq ou equivalente); h) ingresso dos estudantes tem que passar em prova que é aplicada via internet oferecida no Brasil todo (veja detalhes no site <http://www.pos.entomologia.ufv.br/>), depois avalia-se o Currículo e, para o nível de Doutorado, faz-se ainda uma entrevista.

#### O Programa enfrentou alguma dificuldade nesse período? Quais?

a) gastar o recurso do PROF via Diretoria de Material da UFV, b) gerenciar o relatório da CAPES com pouco recurso humano na secretaria do programa - no relatório o coordenador precisa estar presente o tempo todo para fazer a adequação dos dados que são digitados pela secretaria. Sem a atuação do coordenador os dados são filtrados equivocadamente e não são apresentados nos formulários certos e conseqüentemente as informações são distorcidas na hora da avaliação pelo comitê da CAPES.

#### Houve causa(s) fundamental(is)?

O aumento do conceito se deveu ao programa ter um grupo coeso em fase produtiva, sem aposentadorias, à ingresso de orientadores jovens (Sperber, Simon) e orientadores já experientes (Goreti, Paulo de Marco), à gestão de recursos ser descentralizada dando "poder" aos orientadores e conseqüentemente dando transparência. Alias, transparência é fundamental ter, mas principalmente mostrar que tem. O Coordenador tem que sempre, por e-mail ou por reunião, passar todas as informações que são tomadas pela Comissão. Ao saber de tudo que se passa no âmbito das decisões, os conflitos diminuem ou simplesmente não ocorrem.

Em entrevista, o coordenador afirmou que a coesão do Núcleo de Docentes Permanentes e o choque de gestão com planejamento de longo prazo, vislumbrando o conceito 7, foram de vital importância para o sucesso. Também afirmou que o protocolo para ingresso de novos orientadores no programa firmado entre eles, com as exigências mínimas, exigiu de todos o compromisso com a produtividade. Outro fator relevante relatado foi a necessidade de o coordenador e a Comissão Coordenadora estarem acompanhando de perto a elaboração do relatório para a avaliação, para torná-lo o mais completo e o mais adequado possível às exigências da CAPES.

O parecer do CTC, constante da ficha de avaliação para o triênio 2001/2003, foi o seguinte:

O Programa está plenamente consolidado. No triênio recebeu o conceito adequado e muito bom em todos os quesitos avaliados, evidenciando o empenho do programa em evoluir em alguns quesitos que não estavam plenamente adequados. Tem expressiva inserção nacional com marcantes gestões visando intensificar a inserção em nível internacional. No triênio, as titulações mantiveram-se com índices de TMT e fluxo adequados, resultando em 1,18 titulações/NRD6/ano. Merece destaque a expressiva produção bibliográfica em periódicos nacionais e de modo particular em internacionais. O programa tem demonstrado possuir potencial para se tornar um programa com padrão de excelência de acordo com os critérios da CAPES. O Programa no último triênio (2001-2003) pontuou o máximo de 500 pontos na

média de todos os quesitos avaliados, superando a média dos próprios programas com conceito 7. Dessa forma, os indicadores apresentados dão suporte ao comitê para sugerir a recomendação de mudança do Conceito do programa de 5 para 6.

O parecer do CTC, constante da ficha de avaliação para o triênio 2004/2006, foi o seguinte:

Verifica-se na proposta do programa uma consolidação efetiva e sólida no período avaliado. Observa-se grande interação internacional com mobilidade de docentes do programa em atividades em instituições do exterior, e vice-versa, bem como a grande participação de discentes em atividades no exterior e também a participação de estudantes estrangeiros em atividades do programa. O programa mantém projetos de pesquisa em colaboração com diversos países. Além disso, existem vários intercâmbios internacionais possibilitando muitas oportunidades de aprimoramento do corpo docente. Outro aspecto importante é a existência de docentes com várias atividades em revistas científicas, inclusive em revistas internacionais de alta qualidade. Do corpo docente permanente, 100% está envolvido em projetos de pesquisa, sendo que 72% dos projetos contam com financiamento externo, demonstrando capacidade de manutenção e captação de financiamento para a pesquisa. Ressalta-se ainda que 82% dos DP são bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. O número médio anual de artigos (*Qualis* A+B) publicados pelos docentes no triênio foi de 4,87 e em periódicos *Qualis* Internacional foi de 2,95. O fator de impacto médio das publicações internacionais do programa foi de 0,93. Portanto, o Comitê de Avaliação recomenda o conceito 7.

Pode-se constatar que a redução dos conceitos do programa de fitotecnia se deveu ao fato de não ter acompanhado as exigências da CAPES. A produção de artigos internacionais per capita foi a causa principal dessa redução. A elevação dos conceitos do programa de Entomologia deveu-se à gestão com planejamento de longo prazo, fazendo com que o programa apresentasse índices superiores aos exigidos.

Em termos de gestão administrativa, a baixa produção de artigos internacionais por alguns orientadores levou o programa de Fitotecnia a alterar a sua estrutura, reduzindo de 37 para 26 seus orientadores do quadro permanente, visando melhorar a média per capita.

Quanto aos procedimentos operacionais, em ambos os programas, os recursos humanos nas secretarias foram apontados como problema. Tendo a comissão coordenadora que efetuar esforços extras para atender às exigências da burocracia, especialmente junto ao relatório coleta da CAPES.

#### **4.3 Crescimento da Pós-Graduação na UFV**

Tentou-se apresentar, por abordagem quantitativa, o desempenho da pós-graduação em termos de crescimento no período de 1998 a 2007, realizada mediante análises comparativas do número de alunos regularmente matriculados em todos os programas de pós-graduação da UFV e do número de programas que iniciaram atividades neste período. Em termos de desempenho qualitativo, pretendeu-se mostrar como procederam as publicações, bem como os veículos utilizados para torná-las públicas no referido período.

Em razão do aumento de alunos matriculados e do número de programas, houve crescimento quantitativo. O aumento do número de trabalhos publicados e da melhoria na qualidade dos veículos de publicação revelou melhoria na qualidade da produção científica.

#### 4.3.1 Evolução Quantitativa da Pós-Graduação na UFV

O número de alunos matriculados na pós-graduação da UFV aumentou de 1.276 em 1998 para 1.925 alunos em 2007, evidenciando aumento de 50,68%. Este crescimento pode ser visto no Apêndice A, isto é, a evolução na série temporal do período, tanto para os programas existentes em 1998, início do PROF, como para os programas criados posteriormente.

Ao subdividir os alunos matriculados em dois grupos, o dos programas consolidados (existentes na época da criação do PROF) e o grupo dos programas novos (que iniciaram após 1998) constatou-se que o aumento do número de alunos na UFV se deve muito mais à abertura de novos programas do que à ampliação de vagas nos programas consolidados (Tabela 6).

Tabela 6 – Evolução do número de alunos matriculados no mestrado e no doutorado para os programas consolidados e novos nos anos de 1998 e 2007

Programas	Ano 1998			Ano 2007			Crescimento		
	<i>M.Sc.</i>	<i>D.Sc.</i>	Total	<i>M.Sc.</i>	<i>D.Sc.</i>	Total	<i>M.Sc.</i>	<i>D.Sc.</i>	Total
Consolidados	772	504	1276	845	670	1515	9,46	32,94	18,73
Novos				230	180	410	29,79	35,71	32,13
<b>Total</b>	<b>772</b>	<b>504</b>	<b>1276</b>	<b>1075</b>	<b>850</b>	<b>1925</b>	<b>39,25</b>	<b>68,65</b>	<b>50,86</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Houve aumento do número de alunos regularmente matriculados na pós-graduação da UFV na ordem de 50,86%, e que 39,25% referem-se ao acréscimo do número de alunos matriculados no nível de mestrado e 68,65% no nível de doutorado. Do total de 50,86% de aumento, 18,73% referem-se à ampliação de vagas dos programas consolidados e 32,13% à abertura de novos programas. Observa-se, ainda, que a expansão do número de alunos de doutorado foi bem maior que a de mestrado, 68,65% contra 39,25%, respectivamente. O número de doutorandos aumentou, tanto pela ampliação de vagas em programas consolidados, como pela criação de programas novos, 32,94% e 35,71%, respectivamente.

O melhor desempenho da pós-graduação deve-se também à expansão do número de programas que foram criados no período, conforme evidenciado no Apêndice 1 e de forma resumida na Tabela 7.

Tabela 7 – Número de programas oferecidos pela UFV, em nível de mestrado e doutorado, nos anos de 1998 e 2007

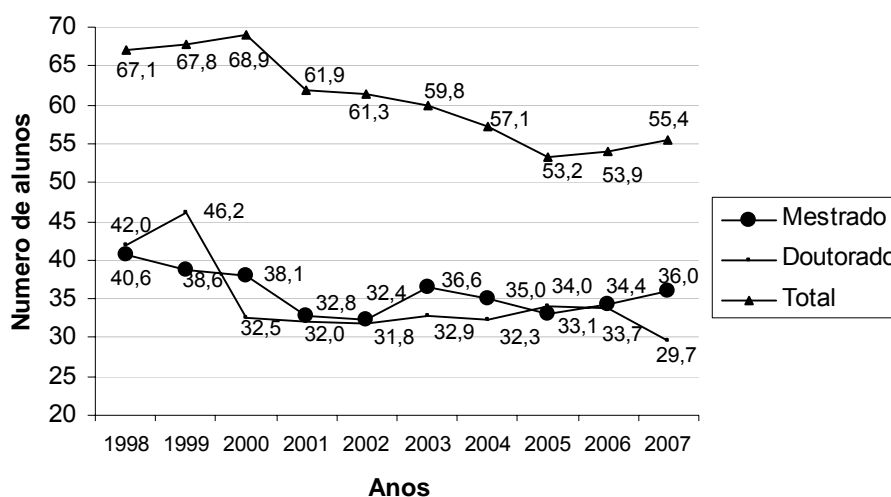
Nível	Número de programas		Evolução (%)
	Ano 1998	Ano 2007	
Mestrado	19	30	57,89
Doutorado	12	20	66,67
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>50</b>	<b>61,29</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao número de programas de pós-graduação oferecidos pela UFV pode-se verificar aumento de 61,29%. O número de programas de mestrado aumentou em 57,89%, passando de 19 em 1998 para 30 em 2007, e o de doutorado teve acréscimo de 66,67%, passando de 12 em 1998 para 20 em 2007.

A criação de programas de nível de doutorado, aliada à ampliação do número de vagas em programas consolidados, pode ser indicativo de que a política da Instituição esteja voltada para a valorização desse nível.

Como pode ser observado na Figura 10, apesar da evolução positiva tanto em número de alunos como em programas, houve redução do número médio de alunos por programa de pós-graduação. Isto porque, a criação de novos cursos foi proporcionalmente superior ao crescimento do número de alunos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 10 – Evolução do número médio de alunos por programa para o período de 1998 a 2007.

#### 4.3.2 Evolução da Produção Científica

Um dos parâmetros para analisar o desempenho em termos de qualidade da pós-graduação é a quantidade e a qualidade da produção científica, expressa em número de trabalhos publicados e na qualidade dos veículos de publicação.

Nesse quesito, a UFV tem respondido bem às expectativas. Constantemente a mídia tem mostrado a evolução positiva de sua produção científica. Por exemplo, Escobar (2007) afirma que a produção científica da UFV, no período de 1996 a 2006, cresceu 640%, baseando-se em informações da CAPES.

Em se tratando da evolução da produção científica da UFV, as Tabelas 8a e 8b retratam os dados no período de 2002 a 2007. Não obstante o recorte se referir ao período de 1998 a 2007, os dados de produção científica de 1998 a 2001 não puderam ser analisados, somente utilizados para fins dos cálculos dos índices, conforme mostrado no tópico 4.2, em razão de não estarem organizados de forma mais criteriosa como os de 2002/2007.

Tabela 8a – Produção científica dos programas de Pós-graduação da UFV por tipo de publicação e fator de impacto no período de 2002/2007

Anos	Publicações										Fator de impacto acumulado da UFV*
	Livro	Capítulo	Inter A	Inter B	Inter C	Total Inter	Nac A	Nac B	Nac C	Total Nac	
2002	27	87	316	49	1	366	267	120	199	586	220,92
2003	38	114	252	5	1	258	449	69	168	686	231,70
2004	48	120	309	10	41	360	404	101	92	597	291,09
2005	55	102	355	2	43	400	362	173	165	700	343,88
2006	56	178	645	12	48	705	518	112	129	759	484,43
2007	67	289	607	25	53	685	392	149	113	654	590,47
<b>Cresc (%)</b>	<b>148,15</b>	<b>232,18</b>	<b>92,09</b>	<b>48,9</b>	<b>5200,</b>	<b>87,16</b>	<b>46,82</b>	<b>24,17</b>	<b>43,2</b>	<b>11,60</b>	<b>167,28</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

\* Fator de Impacto Acumulado da UFV corresponde ao somatório de todos os fatores de impactos dos periódicos internacionais.

Ao comparar o ano de 2002 com 2007, verifica-se que houve aumento significativo em todos os componentes da produção científica de maior importância. Ocorreu aumento de 148,15% na produção de livros e de 232,18% na produção de capítulos de livros. Na produção de periódicos registraram-se aumentos de 87,16% e 11,60%, respectivamente, em publicações internacional e nacional (Tabela 8a).

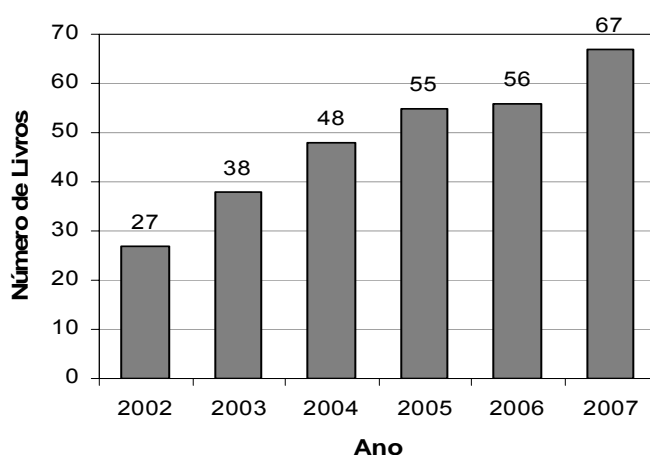
Tabela 8b – Produção científica dos programas de pós-graduação da UFV, por tipo de publicação e fator de impacto, período de 2002/2007, *per capita*

Ano	Orientadores	Publicações				Fator de Impacto	Artigos Totais
		Livro	Capitulo	Internacional	Nacional		
2002	347	0,078	0,251	1,055	1,689	0,637	2,744
2003	331	0,115	0,344	0,779	2,073	0,700	2,852
2004	333	0,144	0,360	1,081	1,793	0,874	2,874
2005	394	0,140	0,259	1,015	1,777	0,873	2,792
2006	407	0,138	0,437	1,732	1,865	1,190	3,597
2007	431	0,155	0,671	1,589	1,517	1,370	3,107
Cresc. %	24,21	99,79	167,44	50,68	-10,15	115,19	13,24

Fonte: Dados da pesquisa.

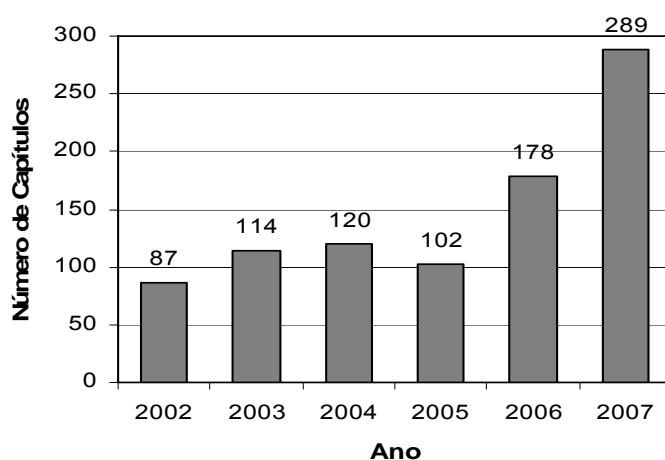
Analisando os dados de forma relativa aos orientadores, pode-se constatar que há evolução positiva relevante e ocorreu crescimento de quase cem por cento na produção de livros e de 167,44% na produção de capítulos de livros. Na produção de periódicos registrou-se aumento de 50,68% nas publicações internacionais e redução de 10,15% nas nacionais. O Fator de Impacto per capita registrou aumento de mais de 115% (Tabela 8b). Vale salientar que houve crescimento de quase 25% no número de orientadores. Conforme mostrado, esse aumento se deve mais à abertura de programas novos que, normalmente, são pouco produtivos. Mesmo assim, todos os itens referentes à produção científica, com exceção dos artigos nacionais, cresceram de forma *per capita*. Isto reflete a responsabilidade da Instituição no que se refere à disseminação do conhecimento científico.

Nas Figuras 11 e 12 é mostrada a evolução das publicações de livros e capítulos de livros, no período 2002/2007.



Fonte: Dados de pesquisa.

Figura 11 – Publicações de livros dos programas de pós-graduação da UFV, no período 2002/2007.

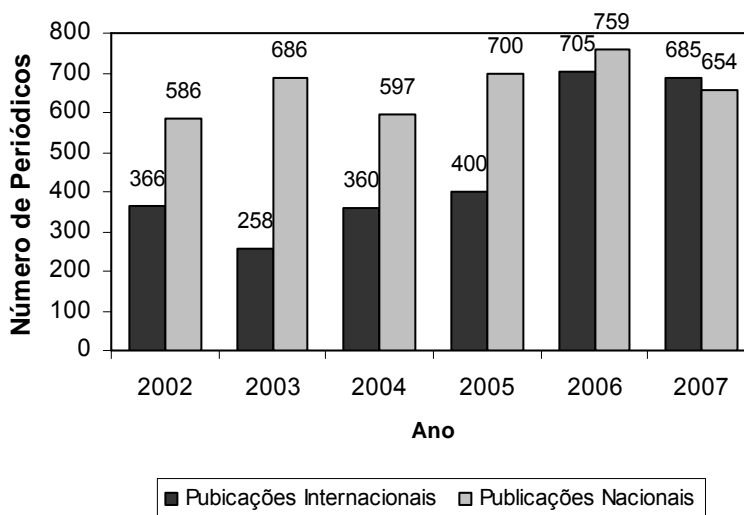


Fonte: Dados de pesquisa.

Figura 12 – Publicações de capítulos de livros dos programas de pós-graduação da UFV, no período 2002/2007.

Observa-se que a publicação de livros foi crescente em todo o período analisado. Quanto à publicação de capítulos de livros, houve pouca variação entre os anos 2002 e 2005, mas notou-se um crescimento significativo no período de 2005 a 2007. O crescimento total na publicação de livros foi de 148,15% e em capítulos de livros ficou na ordem de 232,18% (Tabela 8a e Figuras 11 e 12).

Na Figura 13 e Tabela 8a pode-se verificar a evolução da publicação em periódicos internacionais e nacionais para o período 2002 a 2007.



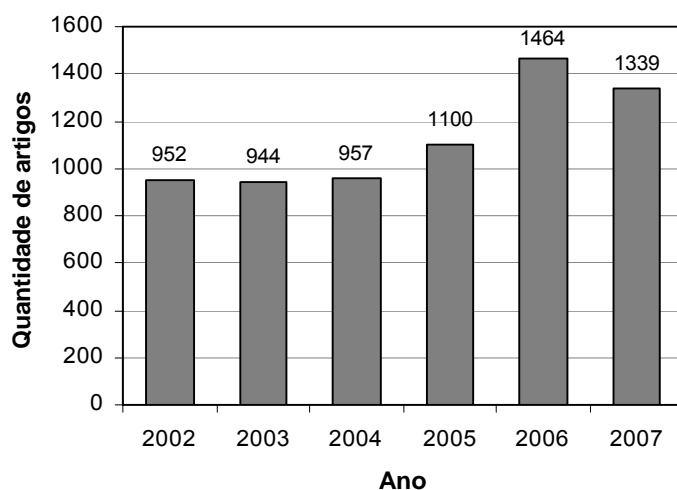
Fonte: Dados de pesquisa.

Figura 13 – Evolução das publicações dos programas de pós-graduação da UFV em periódicos internacionais e nacionais, no período 2002/2007.

Houve crescimento das publicações veiculadas em periódicos Internacionais superior às publicações em periódicos nacionais, o que revela melhoria da qualidade dos veículos de publicações e, como consequência, melhoria na qualidade dos artigos. O número de publicações em periódicos internacionais, no ano de 2007, ultrapassou o número de publicações em periódicos nacionais, 685 contra 654, respectivamente (Figura 13).

No que se refere à quantidade total de artigos, a UFV registrou aumento de 40,65%, passando de 952 artigos no ano de 2002 para 1.339 em 2007 (Figura 14).

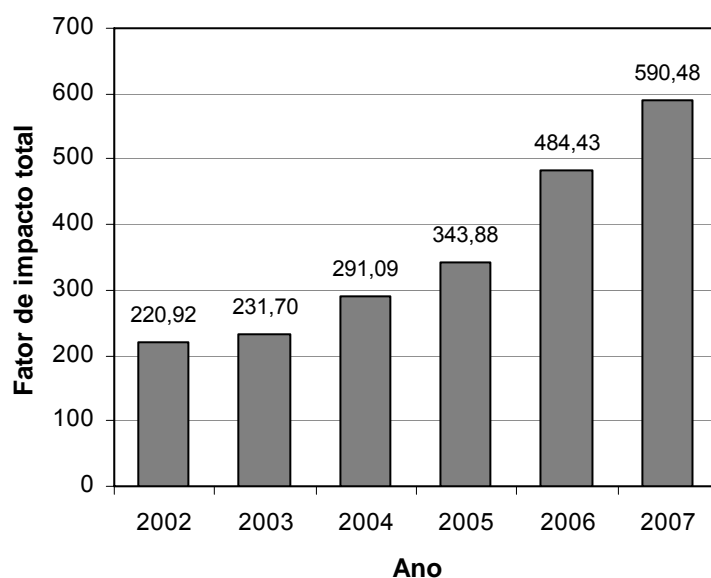
A qualidade das publicações pode ser analisada também de conformidade com a classificação *Qualis* em A, B e C. Observa-se que houve decréscimo na publicação em periódicos internacionais B, na ordem de 48,98%, mas, compensado por acréscimo significativo nos classificados como A, na ordem de 92,09%. Esta migração também pode ser observada nas publicações classificadas como nacionais. As classificadas como C diminuíram na ordem de 43,22%, enquanto as nacionais classificadas como A aumentaram na ordem de 46,82%, e as classificadas como B aumentaram na ordem de 24,17% (Tabela 8).



Fonte: Dados de pesquisa.

Figura 14 – Evolução do total de artigos publicados pelos programas de pós-graduação da UFV em periódicos internacionais e nacionais no período 2002/2007.

O melhor desempenho em termos de qualidade dos veículos de publicação fica evidenciado também ao se analisar a evolução do índice de Fator de Impacto Acumulado da UFV, que cresceu 167,28% no período 2002/2007 (Figura 15 e Tabela 8). Ressalta-se que quanto mais o periódico é citado pelos pesquisadores em seus trabalhos publicados, maior é o seu fator de impacto e melhor é considerada sua qualidade.



Fonte: Dados de pesquisa.

Figura 15 – Somatório do fator de impacto dos periódicos com as publicações dos programas de pós-graduação da UFV, no período 2002 a 2007.

Segundo Salomon (2008), a produção científica do Brasil caiu em relação a 2006. Quanto às publicações internacionais, cientistas brasileiros, em 2007, publicaram 26.369 artigos que é inferior a 26.661, registrado em 2006. Observa-se que, na UFV, também houve redução na produção de artigos científicos no ano de 2007 em relação a 2006 (Tabela 8), tanto em periódicos nacionais como internacionais. Todavia, o Índice de Fator de Impacto acumulado da UFV continuou crescendo. É uma evidência de que a Instituição está se preocupando com a qualidade de suas publicações.

#### **4.4 Necessidade de Revisão das Variáveis Componentes do PROF**

Objetivou-se neste tópico analisar a necessidade de inclusão de novas variáveis ou da substituição de algumas na fórmula utilizada para distribuição dos recursos do PROF na UFV, de forma a se ajustar aos atuais quesitos e itens utilizados pela CAPES. Para isso foi necessário analisar os quesitos e seus respectivos itens utilizados na avaliação dos programas para o triênio 2004/2006, que foram apresentados no Capítulo 3 - Referencial Analítico (Quadro 2). A partir daí, procedeu-se à confrontação entre as variáveis utilizadas na fórmula de cálculo do PROF e as variáveis/critérios de avaliação da CAPES, e, posteriormente, à proposição de ajustes.

##### **4.4.1 Confrontação dos Critérios da CAPES e do PROF e a Proposição de Ajustes**

O **quesito I** da ficha de avaliação referiu-se à **Proposta do Programa**. Como não lhe foi atribuído peso na avaliação trienal, por determinação do CTC, não há necessidade de inclusão de itens do mesmo, como variáveis do PROF.

O objetivo do **quesito II – corpo docente**, proposto pela CAPES, foi analisar a formação, composição, qualificação, atuação do corpo docente perante os programas, participação na graduação e em projetos de pesquisa, com um peso significativo proposto pelo CTC de 30% podendo variar em 5%, a depender da grande área.

Dentre os indicadores utilizados pelo PROF na UFV, a composição e atuação do corpo docente não são consideradas. Entretanto, há que se considerar que, na UFV, todos os docentes que atuam na pós-graduação são doutores ou pós-doutores, com formação na área de atuação em variadas instituições do país e do exterior e trabalham sob o regime de dedicação exclusiva. Todos eles atuam tanto na pós-graduação como na graduação, lecionando e orientando. Praticamente todos possuem pelo menos um projeto de pesquisa registrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Atendendo, em sua totalidade, as exigências da CAPES.

Torna-se desnecessário, portanto, incluir no PROF parâmetros relacionados ao corpo docente, uma vez que todos os programas receberiam índices máximos, não servindo como diferencial para mensurar qualidade, produtividade ou eficiência.

O **quesito III – corpo discente, teses e dissertações** visou avaliar o percentual de titulados em relação ao corpo discente, a adequação dos corpos discente e docente, a participação de discentes nas publicações, a qualidade das teses e dissertações e o tempo médio de titulação.

Nesse quesito, o PROF contempla o item 3.1, que se refere a **orientações de teses e dissertações concluídas no período de avaliação em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente**, e o item 3.5, que trata da **eficiência do programa na formação de mestres e doutores**, ao utilizar o índice de titulação como variável de cálculo.

Ao relacionar o índice de titulados com o TMT, observa-se que, se o TMT aumentar para níveis acima do considerado ideal (24 e 48 meses para o *M.Sc.* e *D.Sc.*), o índice de titulação diminuirá, uma vez que deixa de titular o aluno no período relacionado, prejudicando o programa. No caso da UFV, outro fator importante é que o TMT é acompanhado pelo *software* Sistema Gestor de Pesquisa e Pós-graduação – SGPPG, que detecta e informa para os orientadores e à coordenação sobre o fato. Assim, na UFV, nenhum programa extrapola a margem de TMT estipulada pela CAPES. Vale notar que, após o ingresso no PROF, o TMT da UFV se ajustou ao tempo considerado ideal desde o ano de 2003 (Figuras 2 e 3). Em 2007, o TMT foi de 24,4 meses para o Mestrado e 46,1 meses para o Doutorado, sendo que a CAPES avalia com nota máxima (MB) o TMT médio do programa de até 30 meses para o mestrado e 54 meses para o doutorado (CAPES 2008a).

Em relação aos itens 3.2 (**adequação e distribuição docente/discentes**) e 3.4 (**qualidade das teses e dissertações**), o SGPPG analisa essa relação, facilitando a tomada de decisão pela coordenação dos programas de Pós-Graduação. Permite assim que se faça essa adequação, com o objetivo de controlar algum desequilíbrio que possa estar ocorrendo. Quanto às teses e dissertações, no momento da composição das bancas, o sistema detecta a indicação de bancas consideradas endógenas. Não se aprovam bancas de dissertação que não possuam um membro externo ao programa, nem banca de tese que não tenha um membro externo ao programa e um membro externo à instituição.

O item 3.3 (**participação de discentes autores da pós-graduação e graduação, na produção científica do programa**) é um parâmetro com significativa importância na avaliação, valendo nove por cento da avaliação total. Ela pode ser

entendida como fator de qualidade e acredita-se ser interessante a inclusão desse item no PROF, por exemplo, o percentual de discentes na publicação total.

O **quesito IV – Produção Intelectual** visou mensurar a quantidade e a qualidade da produção científica como forma de disseminação do conhecimento científico, bem como a distribuição dessas entre os docentes permanentes do programa. Este quesito reflete o princípio da eficiência do programa em termos de impacto científico.

De forma geral, o PROF possui mecanismo considerado eficiente para mensurar a produção científica. Conforme visto no referencial analítico, tópico 3.7.2.1, os trabalhos são classificados e mensurados com pesos correspondentes à qualidade. Um fator importante a considerar é que o PROF, no período analisado, foi além da avaliação da CAPES, pois acrescentou também o fator de impacto dos periódicos em seus cálculos, alertando aos seus pesquisadores da importância de se publicar em veículos mais conceituados.

De acordo com o item 4.3, a CAPES preocupa-se com a distribuição das publicações entre os docentes. Para ela é importante que as publicações sejam equitativamente distribuídas entre os docentes permanentes, medindo também o percentual de docentes improdutivos.

Nesse caso, propõe-se que seja inserida no cálculo da produção científica uma penalização para o programa que mantiver em seu quadro orientador sem produção. Este mecanismo poderia servir como respaldo para o coordenador na identificação de orientadores sem publicação visando propor ações corretivas, a fim de melhorar o desempenho *per capita* e equitativo do programa junto à CAPES.

O **quesito V – Inserção Social e Relevância** analisou a atuação e o impacto do programa no contexto regional, nacional e internacional. Conforme definido pelo próprio comitê de área este é um quesito de avaliação mais qualitativo. Assim, não há como inseri-lo no cálculo do PROF, devido à dificuldade de mensuração.

Como pode ser visto, da confrontação das variáveis utilizadas no PROF e pela CAPES, percebe-se a existência de pequenas alterações apenas.

#### **4.4.2 Ajustamentos no Cálculo**

Em relação à necessidade de substituição de variáveis, acredita-se não ser preciso, pois essas foram bem definidas e justificadas na época da implantação da metodologia. Todavia, pode-se pensar em alguns ajustes.

Vale refletir, por exemplo, sobre a possibilidade de alteração dos pesos das

variáveis na fórmula de cálculo. O número de alunos matriculados tem relação direta com as necessidades de bolsas, além de melhorar a eficiência do programa quanto à utilização dos insumos. Assim, acredita-se que essa variável deva receber maior peso. Nesse caso, as coordenações devem preocupar-se em não aumentar o número de estudantes em detrimento da qualidade, almejando apenas o aumento de recursos financeiros.

Outro fator a salientar é o fato de ter sido definido, na época, o montante de 50% para cada nível. Uma vez que sete programas que oferecem os níveis de mestrado e doutorado (Entomologia, Fisiologia Vegetal, Fitopatologia, Genética e Melhoramento, Microbiologia Agrícola, Solos e Nutrição de Plantas e Zootecnia) optaram por ser atendidos pelo PROEX em 2008, houve redução proporcional no número de programas em nível de doutorado em relação ao mestrado. Com isso, na distribuição dos recursos para o ano de 2008, participaram do cálculo do rateio 20 programas de mestrado e apenas 9 de doutorado. Os três cursos criados em 2007 e 2008 (Educação Física, Estatística Aplicada e Matemática) ainda não entraram no rateio. Com a proporção de 67% do valor atual da bolsa de mestrado (R\$1.200,00) em relação à de doutorado (R\$1.800,00), um número pequeno de programas de doutorado (9) e de mestrado (20) gera uma proporção de 45%, inferior à proporção do valor das bolsas. Se a distribuição persistir à base de 50% para cada nível, o nível de mestrado ficará prejudicado. Assim, parece apropriado se pensar em nova distribuição num percentual mais adequado que os atuais de 50% para cada nível, conforme as equações 11a e 11b.

$$FDS = \frac{VBD \times NCD}{VBD \times NCD + VBM \times NCM} \quad (11a)$$

$$FMS = \frac{VBM \times NCM}{VBD \times NCD + VBM \times NCM} \quad (11b)$$

em que:

*FDS* = Fração do orçamento para o nível de doutorado.

*FMS* = Fração do orçamento para o nível de mestrado.

*VBD* = Valor da bolsa de doutorado (R\$).

*VBM* = Valor da bolsa de mestrado (R\$).

*NCD* = Número de programas de doutorado.

*NCM* = Número de programas de mestrado.

Acredita-se que as novas frações propostas permitiriam melhor atender à intenção inicial do PROF quanto à igualdade de números de bolsas por programa para cada nível. Simulando uma distribuição dos recursos para o ano de 2008, o nível de

mestrado ficaria com 59,7% dos recursos e o nível de doutorado com 40,3%. Isso geraria um valor equivalente à média 105,8 meses/bolsas para cada programa para cada nível. Com a nova distribuição, constatou-se que os programas do nível de mestrado ganhariam em média 7,97% a mais e os programas com os níveis de mestrado e doutorado deixariam de receber em média 2,97% de seus recursos.

#### 4.5 Opinião dos Coordenadores sobre o PROF

Visando complementar esse estudo, a opinião dos coordenadores foi essencial para esclarecer alguns pontos sobre a percepção deles em relação ao PROF. Para isso, foi desenvolvido um questionário contendo nove perguntas relacionadas ao PROF. Os questionários foram enviados, via e-mail, às 30 coordenações existentes em 2007/2, época do recorte desse trabalho, obtendo respostas de 24 coordenadores, ou seja, 80%. É pertinente esclarecer que vários coordenadores não responderam todas elas, alegando que o programa era novo ou que não possuíam conhecimentos sobre o tema perguntado. Nesse sentido, ao transcrever as justificativas apresentadas, pode-se detectar níveis de conhecimentos variados, por parte dos coordenadores, em relação ao PROF.

Inicialmente tentou-se verificar qual a avaliação dos coordenadores em relação ao PROF, como forma de financiamento e gerenciamento dos programas de pós-graduação (Tabela 9).

Das vinte e duas respostas válidas, verificou-se que 86,36% dos respondentes classificaram o programa como ótimo e bom, revelando boa aceitação do programa pelos coordenadores.

Tabela 9 – Avaliação dos coordenadores em relação ao PROF

Classificação	Frequência absoluta válida	Frequência absoluta acumulada válida	Frequência relativa válida	Frequência relativa acumulada válida
Ótimo	10	10	45,45	45,45
Bom	9	19	40,91	86,36
Regular	2	21	9,09	95,45
Ruim	1	22	4,55	100,00
Péssimo	0	22	0,00	100,00
Total	22		100,00	

Fonte: Dados de pesquisa.

Visou-se também, comparar o atendimento feito aos programas de pós-graduação pelo PROF, em relação ao atendimento da DS/PROAP. Das respostas válidas, 13 coordenadores (93%) consideraram o atendimento do PROF melhor que o da DS/PROAP, e apenas um (7%) achou esse atendimento pior.

Ressalta-se o comentário de dois coordenadores. O primeiro afirmou que “ou devemos procurar passar para o PROEX ou não devemos deixar retroceder ao modelo mais rígido”. O segundo alegou que “o PROF é claramente superior a DS/PROAP, que seriam as alternativas, caso a UFV saísse do programa, por isso, acho que UFV deve lutar pela manutenção do PROF”.

Objetivou-se investigar se foi registrada mudança na gestão financeira dos recursos após a adoção do PROF. Dos respondentes, 13 coordenadores (93%) disseram sim e um (7%) respondeu não. Na Tabela 10 encontram-se, as justificativas fornecidas por eles.

Tabela 10 – Justificativa dos coordenadores sobre mudança na gestão financeira dos programas após adoção do PROF

<b>Sim</b>	Frequência
Maior flexibilidade e autonomia dos programas no uso dos recursos, com maior possibilidade de atender as suas demandas pontuais.	10
Com a adoção do PROF, as coordenações passaram a ter mais liberdade para gastar os recursos através da alocação de recursos para bolsas e custeio, otimizando o atendimento das necessidades de cada programa individualmente. Ninguém melhor que o coordenador para detectar a peculiaridade do seu programa.	1
Com o PROF a administração do recurso ficou mais flexível e mais clara. É possível fazer a gestão de bolsas e material de custeio. Por exemplo, se ocorrer defesa antecipada a diferença do tempo de pagamento dessa bolsa pode ser transformada em fomento.	1
<b>Não</b>	
O programa passou a receber menos recursos financeiros, o que foi péssimo.	1

Fonte: Dados de pesquisa.

Vale registrar a argumentação mais bem elaborada por um dos coordenadores em relação à mudança na gestão financeira:

A flexibilidade que o PROF permite na aplicação dos recursos de custeio (bolsas e fomento) exige da coordenação planejamento cuidadoso e priorização de ações, em sintonia com os parâmetros de avaliação da CAPES e da distribuição interna dos recursos do PROF. O próprio programa decide quanto vai aplicar em bolsas e fomento (respeitados os limites da CAPES). Pode-se ainda, trocar com outros programas, recursos de custeio em recursos de capital e vice versa, caso haja disponibilidades. No caso de programas em que quase a totalidade dos recursos é empregada na concessão de bolsas, é essencial a garantia de recursos para itens imprescindíveis como a viabilização de participação de membros externos nas bancas de dissertação e tese, auxílio às publicações, viagens a campo para coleta de dados etc. O planejamento financeiro passa a ser crucial para o bom desempenho do Programa e não mais os gastos à medida que vão aparecendo as demandas, como anteriormente.

Investigou-se se foi registrada mudança, dessa vez, na gestão administrativa do programa de pós-graduação, após a adoção do PROF. Dos respondentes, 11 coordenadores (73%) disseram “sim” e 4 (27%) responderam “não”. A Tabela 11 apresenta, as justificativas. Os que responderam “não” não justificaram.

Tabela 11 – Justificativas dos coordenadores sobre mudança na gestão administrativa dos programas após adoção do PROF

<b>SIM</b>
Com a adoção de critérios internos definidos e claros de distribuição de recursos, a gestão do programa exigiu o estabelecimento de metas e de mecanismos para o cumprimento dessas metas, sob pena de o programa ter os seus recursos reduzidos no caso de uma baixa performance. Antes éramos mais passivos e, agora, a coordenação tem um instrumento de pressão (no bom sentido) para atuar sobre docentes e discentes improdutivos e gerir de maneira mais ativa e adequada o Programa. O registro de dados passou a ser uma preocupação constante. Entretanto, o coordenador que assume este papel pode encontrar resistências que precisam ser transpostas com firmeza.
Necessidade de planejamento da aplicação de recursos ao longo de cada ano. As regras são muito rígidas e a administração financeira na UFV cria todo tipo de dificuldade no uso dos recursos, além das grandes dificuldades já previstas no regimento do PROF.
O fato de o recurso ser distribuído por uma planilha onde os quesitos são principalmente a avaliação da produção intelectual e o desempenho dos docentes e discentes faz com que os participantes do programa fiquem atentos a esses índices e, de certo modo, a coordenação, quanto à cobrança de desempenho destes.
Ao ter uma comissão interna, a própria instituição passa a ter maior autonomia para definir critérios para alocação dos recursos.
O PROF permitiu e exigiu que existissem critérios para distribuir recursos dentro da Instituição. O plano criado privilegiou o mérito de gestão e de evolução dos programas de pós-graduação, fazendo com que os que melhorassem seus índices tivessem mais recursos ao longo dos anos. O que deu estímulo aos pesquisadores e discentes e, com isso, a gestão da coordenação foi facilitada.
Permite ajustamento dinâmico, rápido e efetivo do número de bolsas à realidade da demanda do programa, principalmente em função das bolsas de outras agências de fomento.

Fonte: Dados de pesquisa.

Merece destaque a argumentação do coordenador ao alegar que a gestão administrativa do PROF permite ajustamento dinâmico, rápido e efetivo no atendimento à demanda por bolsas, em razão das bolsas de outras agências existentes no programa.

Quanto à gestão operacional e financeira do PROF de forma descentralizada, local e colegiada, de acordo com as normas definidas pela CAPES para funcionamento do PROF, foi solicitado aos coordenadores, na questão quinta, que citassem pontos positivos e negativos (Tabelas 12a e 12b).

Tabela 12a – Pontos positivos apresentados pelos coordenadores em relação às normas do PROF definidas pela CAPES

<b>Pontos Positivos</b>	<b>Frequência</b>
Maior autonomia e flexibilidade para as IFES e para os programas na gestão e alocação dos recursos entre bolsas e fomento e, no caso de bolsas, entre os níveis de mestrado e doutorado.	16
Permite traçar política Institucional para os programas de pós-graduação com planejamento geral e acompanhamento das atividades e proximidade da tomada de decisões, o que facilita a compreensão e o atendimento das demandas.	4
Maior autonomia por parte da IFES para elaboração dos critérios para distribuição dos recursos entre os programas. Distribuição local mais equilibrada e justa, tendo em vista que a Instituição pode definir os critérios de distribuição dos valores para os Programas.	3
Recurso depositado diretamente para gestão na Instituição.	1
Otimização do uso dos recursos, com menos desperdício e menos devolução de recursos à CAPES	1

Fonte: Dados de pesquisa.

Dois pontos positivos mereceram destaque:

O PROF permitiu que o Programa, por exemplo, fizesse a distribuição do recurso por cotas para cada orientador. Essa cota era baseada no número de orientados e em outros critérios de produtividade. Isso deu transparência na gestão dos recursos internamente e deu autonomia a cada orientador para usar o recurso dentro do que lhe melhor conviesse.

Esse processo permitiu que os orientadores e discentes participassem da elaboração do modelo de gestão do recurso e isso aglutinou mais o grupo e permitiu um trabalho mais fluente no cotidiano da pesquisa.

Tabela 12b – Pontos negativos apresentados pelos coordenadores em relação às normas do PROF definidas pela CAPES

Pontos Negativos	Frequência
A rigidez na realocação, devido à necessidade de previsão/definição de rubricas, nos últimos anos.	5
Transfere atividades adicionais para a Instituição com aumento da carga de trabalho da PPG, do coordenador e da secretaria do programa.	2
Os recursos não acompanham o aumento do número de programas de pós-graduação da Instituição.	1
Necessidade de devolução do saldo não utilizado no final do período de 12 meses.	1
Número de diárias para congresso é atrelado a, no máximo, três.	1

Fonte: Dados de pesquisa.

Comentários sobre pontos negativos:

O PROF distribui uma miséria de recursos, insuficientes para alavancar os novos cursos. No meu entendimento, os novos cursos é que deveriam ser mais beneficiados pelo aporte de novos recursos, principalmente para bolsas e capital.

Os recursos são muito concentrados em Custeio, com pouco ou nenhum capital para os cursos novos. No nosso caso, temos necessidade de capital, nossa ferramenta de trabalho são computadores, softwares e livros, que não são adquiríveis com os recursos de Custeio.

Também foi solicitada manifestação sobre pontos positivos e negativos quanto aos critérios/normas definidos pela gestão do PROF na UFV (Tabelas 13a e 13b).

Tabela 13a – Pontos positivos apresentados pelos coordenadores em relação aos critérios/normas do PROF definidas na UFV

Pontos Positivos	Frequência
Transparência sobre os critérios no processo de distribuição e alocação de recursos dentro da UFV.	7
Autonomia para as coordenações fazerem os seus acertos internos e gestão individual com possibilidade de atender demandas pontuais e de forma democrática.	5
Permitir que critérios que privilegiam a produtividade e o desempenho do programa fossem usados para a distribuição de recursos.	4
A existência de um grupo gestor dos recursos na Instituição.	1
Possibilidade de contato direto com o gestor financeiro do PROF, o que facilita o planejamento.	1
Constância das regras de distribuição dos recursos ao longo dos últimos oito anos.	1

Fonte: Dados de pesquisa.

Tabela 13b – Pontos negativos apresentados pelos coordenadores em relação aos critérios/normas do PROF definidas na UFV

Pontos Negativos*	Frequência
<p><i>Relacionados a critérios de distribuição dos recursos</i></p> <p>Os critérios de alocação de recursos para os cursos novos são os mesmos para os cursos já consolidados.</p> <p>Os critérios usados para distribuição de recursos entre os diferentes programas da UFV.</p> <p>A distribuição de recursos é feita de forma desigual, ou seja, os recursos distribuídos para cada aluno são menores para os programas maiores.</p> <p>A distribuição de recursos é feita de forma linear, sem considerar as diferenças entre as áreas.</p> <p>Impossibilidade de considerar as especificidades dos programas na matriz de alocação de recursos.</p> <p>Alguns dos critérios adotados privilegiam áreas consolidadas.</p> <p>Os critérios para divisão dos recursos pela UFV nem sempre são coerentes com os de avaliação da CAPES, isto é, quando o nosso programa passou para o maior conceito (de 5 para 6) recebeu menos recursos do PROF.</p> <p>Os programas ficam sujeitos aos parâmetros estabelecidos pela Instituição para a distribuição do PROF. Destarte, alguns destes parâmetros podem não ser vantajosos ao programa, dependendo de sua situação no momento do julgamento. Por exemplo, podemos citar fatos em que o programa aumenta de conceito na última avaliação CAPES, mas não tem incremento no valor do recurso (ou até mesmo tem diminuição), dependendo de sua situação no momento da divisão do PROF.</p>	8
<p><i>Relacionados à competição entre programas</i></p> <p>Sentimentos esporádicos de “concorrência” por recursos, por parte de diversos programas, em particular quando da criação de novos programas.</p> <p>Proliferação de grande número de novos programas, com o objetivo de dividir os recursos, uma vez que os programas novos, em sua maioria, são criados com os mesmos professores, que assim atuam em dois programas iguais no conteúdo e diferentes somente no nome.</p> <p>A entrada de novos programas ou cursos no sistema deveria ser acompanhada de mais recursos, pelo menos para programas que entram com conceito 4, estimulando a solidariedade entre programas.</p> <p>Redução de recursos para os programas grandes e consolidados para custear outros.</p> <p>Muitos orientadores sentem-se pressionados por exigências, como maior número de publicações internacionais, diminuição do TMT etc.</p>	5
<p><i>Relacionados à montante</i></p> <p>A distribuição de bolsas deveria levar em consideração a necessidade de um curso novo de chamar bons alunos. Sem bolsa isso é impossível, pelo menos em certas áreas.</p> <p>Número de bolsas pequeno (em virtude da alocação dos recursos).</p> <p>Valor dos repasses pequeno para cursos novos e seminovos</p>	3

\* Os pontos negativos foram agrupados em categorias.  
 Fonte: Dados de pesquisa.

Segundo a CAPES, o PROF foi criado com o objetivo principal de aumentar a eficiência na alocação dos recursos, visando melhorar o desempenho em termos de eficiência e qualidade dos programas. No seu entendimento, isto ocorreu? Cerca de 81% dos coordenadores disseram “sim” e 19% responderam que não. As justificativas encontram-se na Tabela 14.

Tabela 14 – Justificativas apresentadas pelos coordenadores em relação à melhoria no desempenho quanto à eficiência e qualidade dos programas

<b>Sim</b>
<p>O Programa está utilizando 90% do recurso para pagamento de bolsas. Atendendo assim, um maior número de estudantes carentes.</p> <p>A responsabilidade pela distribuição dos recursos permite ajustes internos.</p> <p>Os critérios adotados na UFV para distribuição dos recursos auxiliam aos coordenadores quanto à cobrança feita aos participantes do programa na manutenção e, ou, melhoria da produtividade intelectual e vinculação do docente/discente, não perdendo de vista o tempo de titulação. A partir do momento que o recurso é distribuído em função da produtividade e desempenho dos docentes/discentes, o argumento para manutenção e melhoria dos programas torna-se um bom apelo para a busca do recurso e, conseqüentemente, melhoria da qualidade.</p> <p>No nosso programa houve grande expansão no número de alunos, no número de orientadores e nas áreas de concentração, não sei se inteiramente devido ao PROF, mas, certamente, facilitado por ele.</p> <p>Devido ao fato de ter que aumentar a produtividade dos programas de acordo com a forma de distribuição de recurso.</p> <p>A eficiência aumentou em termos de fluxo de discentes e redução do tempo da titulação. Todavia, a qualidade não melhorou em termos científicos e de formação de recursos humanos, principalmente por limitação de “tempo de amadurecimento” dos estudantes considerados médios, cuja proporção tende a crescer com a massificação da pós-graduação.</p> <p>O PROF nos possibilitou a aquisição de equipamentos necessários ao bom desenvolvimento do Programa; a concessão de mais bolsas de estudos, aumentando assim o corpo discente; a participação de professores e discentes em eventos; a participação de professores de outras instituições em nossas bancas de tese.</p> <p>Os programas da UFV tornaram-se maiores, mais produtivos (mais produção científica) e mais eficientes (menor tempo de titulação).</p> <p>Os avanços acadêmico-científicos na pós-graduação, conseguidos na UFV desde a implantação do PROF, foram consideráveis e só confirmam a adequabilidade deste programa como fomentador da qualidade da pós-graduação. O estabelecimento de parâmetros-guia para a pós-graduação permite a correção de rumos, por parte das coordenações, e direciona a pós da Instituição como um todo, permitindo melhor gestão.</p>
<b>Não</b>
<p>No caso de programas novos, os critérios da UFV para distribuição de recursos restringem as oportunidades de melhorar a dotação orçamentária dos referidos programas.</p> <p>Por causa dos problemas na distribuição dos recursos.</p>

Fonte: Dados de pesquisa.

Foram solicitadas, também, sugestões para alterações no modelo de gestão e nos critérios de distribuição dos recursos adotados pela Comissão de Planejamento e Gerência do PROF na UFV (Tabela 15).

Tabela 15 – Sugestões apresentadas pelos coordenadores para alterações no modelo de gestão e nos critérios do PROF na UFV

---

Rever os critérios de alocação de recursos para programas novos (com até cinco anos de existência).

A Comissão local deve ouvir os programas e ajustar a distribuição de recursos às situações específicas de cada programa. Acho que não é possível usar um conjunto único de regras para todos os cursos de todas as áreas da UFV

Os cursos novos deveriam receber tratamento diferenciado para conseguirem mudar de nível com maior facilidade. Na universidade, o capital mais importante é o humano. Da mesma forma que precisamos de bons professores, há necessidade de bons alunos. Estes estão se dirigindo para outras universidades que fornecem bolsa. No nosso caso, o exemplo mais típico é o da UFJF. Muitos bons alunos estão indo para esse programa, que é novo também, mas têm maior número de bolsas.

Privilegiar os programas que possuem nota inferior a 5, a fim de permitir seu crescimento.

Viabilizar a consolidação de cursos novos e cursos conceito 3 e 4, ou seja, considerar isso na distribuição dos recursos.

Áreas diferentes têm diferentes critérios de avaliação de desempenho na CAPES. Portanto, considero que não se deve usar um único critério para avaliar o mérito dos nossos programas. A avaliação deve continuar sendo a base da nossa distribuição de recursos, mas deve ser diferenciada e seguir os critérios de avaliação usados na CAPES para avaliar as diferentes áreas.

A comissão deve estar atenta para sempre melhorar o sistema, sempre baseando-se em critérios de produtividade e nunca em distribuição equânime. Os programas devem ser cobrados em metas a serem cumpridas e receberem sempre em função do atingido. Isso permite uma competição saudável interna entre os programas e permite uma auto-avaliação da forma de gestão empregada em cada coordenação. Dessa maneira, desvios de gestão ou má gestão podem ser evidenciados e corrigidos.

Caracterizar muito bem o que é um programa novo.

Acredito que o modelo não deve ser alterado. Um dos fatores de sucesso é exatamente a constância das regras, que permite aos coordenadores planejarem no médio prazo e perceber, após dois ou três anos, os benefícios do seu planejamento.

Deveriam tentar considerar as diferenças entre as áreas nos critérios.

Inserção de item que avaliasse a demanda do Programa seria essencial, pois alguns cursos altamente demandados teriam mais recursos para absorver estudantes com o aumento do número de bolsas.

Maior participação da comissão de gerência no acompanhamento dos programas, mediante análise de relatórios anuais da CAPES, visando sugerir ações que possam minimizar quedas de conceitos.

A CPG-PROF deve estabelecer um sistema específico de acompanhamento dos programas recém-implantados, e contribuir para sua consolidação.

---

Fonte: Dados de pesquisa.

Analisando a Tabela 15 pode-se observar, de acordo com as sugestões apresentadas, que alguns coordenadores carecem de maior conhecimento sobre o mecanismo de funcionamento do PROF na UFV. Enquanto alguns reafirmam a necessidade da alocação de recursos através de critérios de produtividade e o benefício do planejamento devido a constâncias dos critérios, outros solicitam privilégios ou tratamentos diferenciados, por exemplo, para programas novos, sem saber que os mesmos já existem. É importante também lembrar que a tônica do sistema PROF, tanto em nível da CAPES quanto da UFV, foi implementar um sistema de planejamento com metas e critérios preestabelecidos, visando adiantar-se à avaliação da CAPES e não vir à reboque dela.

Questionou-se, ainda, se a UFV deveria continuar no convênio PROF. Cerca de 96% disseram sim e 4% não. As justificativas encontram-se na Tabela 16.

Tabela 16 – Justificativas apresentadas pelos coordenadores para a UFV continuar no convênio PROF

<b>SIM</b>
<p>Parece ser adequado e possibilita tratar as necessidades de recursos dos programas em conjunto.</p> <p>O PROF dá autonomia interna a PPG e aos programas, o que é muito bom. Precisa ser melhorado e os recursos necessitam ser em maior volume etc.</p> <p>Acho o sistema justo, uma vez que distribui os recursos de acordo com o mérito dos programas.</p> <p>Há maior autonomia no uso dos recursos do que os programas anteriores.</p> <p>O sistema, apesar de necessitar aprimoramento, é eficiente.</p> <p>Porque permite gestão dos programas baseados em critérios de produtividade e aferição de desvios.</p> <p>A gestão colegiada e participativa na alocação de recursos é um avanço que deve ser mantido e aperfeiçoado.</p> <p>O PROF é claramente superior a DS/PROAP, que seriam as alternativas.</p> <p>Porque é um convênio que está funcionando bem.</p> <p>Não tenho dúvidas de que a adoção do PROF contribuiu para aumentar a qualidade dos nossos programas de pós-graduação.</p> <p>A gestão do PROF na UFV tornou os programas mais eficientes e mais produtivos ao estabelecer um horizonte de planejamento para as coordenações, ao beneficiar os programas mais produtivos e eficientes e ao dar flexibilidade às coordenações para administrar os seus recursos.</p> <p>O PROF, apesar de todas as dificuldades encontradas, foi importante para o aprimoramento da pós-graduação na UFV e vem norteando as ações dos programas. Os avanços foram de ordem tanto quantitativa quanto qualitativa ( aumento da produtividade científica, redução no TMT, aumento de conceito em alguns cursos etc.).</p>
<b>Não</b>
<p>O programa PROF incentiva a grande proliferação de programas iguais com nomes diferentes.</p>

Fonte: Dados de pesquisa.

#### Outras informações também foram apresentadas:

Acho que deveríamos receber mais informações sobre o PROF e seu funcionamento.

Devemos trabalhar com a CAPES para aperfeiçoar o PROF e não voltar ao modelo de dependência total de números de bolsas e recursos de bancada. Mesmo não tendo trabalhado com o regime anterior, eu acho que o PROF oferece vantagens de flexibilidade. A maior responsabilidade da instituição deve ser encarada como autonomia, e nesse sentido, o PROF pode ser aperfeiçoado, aproximando-se do PROEX em flexibilidade, uma vez que a UFV já demonstrou ser competente para essa autonomia.

O PROF provou todo o poder e flexibilidade para quem fez um planejamento adequado. Em 1999, nosso programa tinha apenas nível de mestrado e recursos PROF equivalentes a quatro bolsas de mestrado. Em 2007, o programa tinha nível de mestrado e doutorado e recursos equivalentes a 10 bolsas de doutorado e 10 de mestrado. Em primeiro lugar, destaco que o programa PROF dá poder aos programas a aumentar os seus recursos dentro dos recursos distribuídos à Instituição, por meio de um planejamento adequado. Em segundo lugar destaco a flexibilidade. No período 1999-2003, tínhamos relativamente poucos recursos, e praticamente todos os recursos eram alocados a bolsas, estratégia que adotamos para o programa crescer. As verbas de custeio eram basicamente bancadas por meio de projetos de pesquisa. Após 2003, com a elevação dos recursos do programa, aumentamos o número de bolsistas do programa ao mesmo tempo em que reduzimos a percentagem da verba que era alocada para bolsas, permitindo maior participação de estudantes em congressos.

Um fator relevante detectado diz respeito às atividades da Comissão de Planejamento e Gerência – CPG/PROF. Quando da elaboração do Projeto de Planejamento Institucional – PPI, a CPG, juntamente com os coordenadores, analisou as deficiências de cada programa e, visando corrigir tais deficiências, estipulou as metas individuais por programa. Porém, é necessário verificar se tais metas foram atingidas e se a deficiência desapareceu, o que parece não estar ocorrendo na UFV. Um coordenador aborda o assunto da seguinte forma:

A Comissão de Planejamento e Gerência do PROF deveria interagir mais com as coordenações e ter um papel mais ativo, não só no momento da elaboração do PPI, mas também no acompanhamento dos programas, identificando possíveis problemas e avanços. Sugerir estratégias e ações que possam ser ampliadas para os diversos programas da UFV e não ficar apenas na discussão de parâmetros para a divisão dos recursos. Em suma, deveria haver maior empenho para fornecer subsídios, visando ao aprimoramento da Política Institucional de Pós-Graduação na UFV.

Outro coordenador aborda o tema alegando que deveria haver “maior participação da Comissão de Planejamento e Gerência no acompanhamento dos programas, mediante análise de relatórios anuais da CAPES, visando sugerir ações que possam minimizar quedas de conceitos”. Numa visão menos acurada parece que está havendo um bom trabalho de planejamento, mas não está sendo completado com as atividades de acompanhamento e controle por parte da CPG/PROF. Como observa Doherty (2002), a avaliação de desempenho é definida com a intenção de verificar se as metas e os objetivos foram alcançados, assegurando-se que proporcione um melhoramento contínuo, visto que provoca investigações adicionais e possíveis ações corretivas.

Constatou-se, portanto, que faltam ações complementares dos gestores do PROF, por exemplo: 1) Orientar e acompanhar, através de reuniões periódicas, a evolução dos cursos, para evitar que tenham seus conceitos revistos para baixo pela CAPES, complementando as atribuições do coordenador; 2) Maior participação, com o propósito de dar apoio junto aos programas que tiveram conceitos rebaixados pela CAPES, visando o retorno ao conceito maior; 3) Promoção de seminários internos de avaliação da pós-graduação na UFV, para subsidiar o planejamento, com vistas ao alcance das metas e correções de deficiências.

Observou-se ainda, ao analisar os questionários, que alguns coordenadores manifestaram preocupação quanto à competitividade interna entre os programas, em especial entre os programas consolidados e os programas novos. Alguns argumentos de coordenadores foram que o PROF “gerou certo grau de competitividade e conflitos de interesses entre os programas de pós-graduação”. Outro coordenador afirmou haver “sentimentos esporádicos de concorrência por recursos, por parte de diversos programas, em particular quando da criação de novos programas”. Outro alegou que o PROF patrocinou a “proliferação de grande número de novos programas, com o

objetivo de dividir os recursos”. Outro afirma haver “redução de recursos para os programas grandes e consolidados para custear outros” Outro diz que “a entrada de novos programas ou cursos no sistema deveria ser acompanhada de mais recursos”. E, ainda, que “os recursos não acompanham o aumento do número de programas de pós-graduação da Instituição”.

Diante de tais argumentos, consultaram-se alguns membros da Comissão de Planejamento e Gerência CPG/PROF. Eles julgaram procedentes tais preocupações, visto que a CAPES, ao aprovar um curso novo, oferece, para o mestrado, duas bolsas e recursos de fomento para o primeiro ano de seu funcionamento e, para o doutorado, somente duas bolsas. Sabendo que o nível de mestrado exige dois anos e o de doutorado exige quatro anos, a CPG/PROF, para não ver estagnado o número de bolsas nos anos consecutivos, acabou assumindo o ônus na manutenção das novas bolsas. Apesar de a CAPES não atinar para o fato e visando não interromper o fluxo de entradas de bolsistas nos programas novos, a CPG/PROF admitiu que os programas não poderiam ter menos que quatro bolsas em cada nível e em cada programa. Assim, o segundo ano do mestrado e o segundo, terceiro e quarto anos do doutorado acabou retirando do orçamento os recursos para manterem o ingresso de novos bolsistas nos cursos novos e seminovos.

Além disso, segundo os critérios do PROF na UFV, assim que o programa titula os seus primeiros alunos, ele deixa de ser considerado curso novo/seminovo e começa a fazer parte do rateio. Como a dotação orçamentária permanece a mesma e mais programas passam a participar da partilha, a parcela de cada um é reduzida. Daí a sensação de concorrência registrada pelos coordenadores dos programas consolidados. Tal condicionante pôde ser comprovado ao analisar as planilhas de distribuição dos recursos.

#### **4.6 Considerações sobre Resultados e Pressupostos Teóricos**

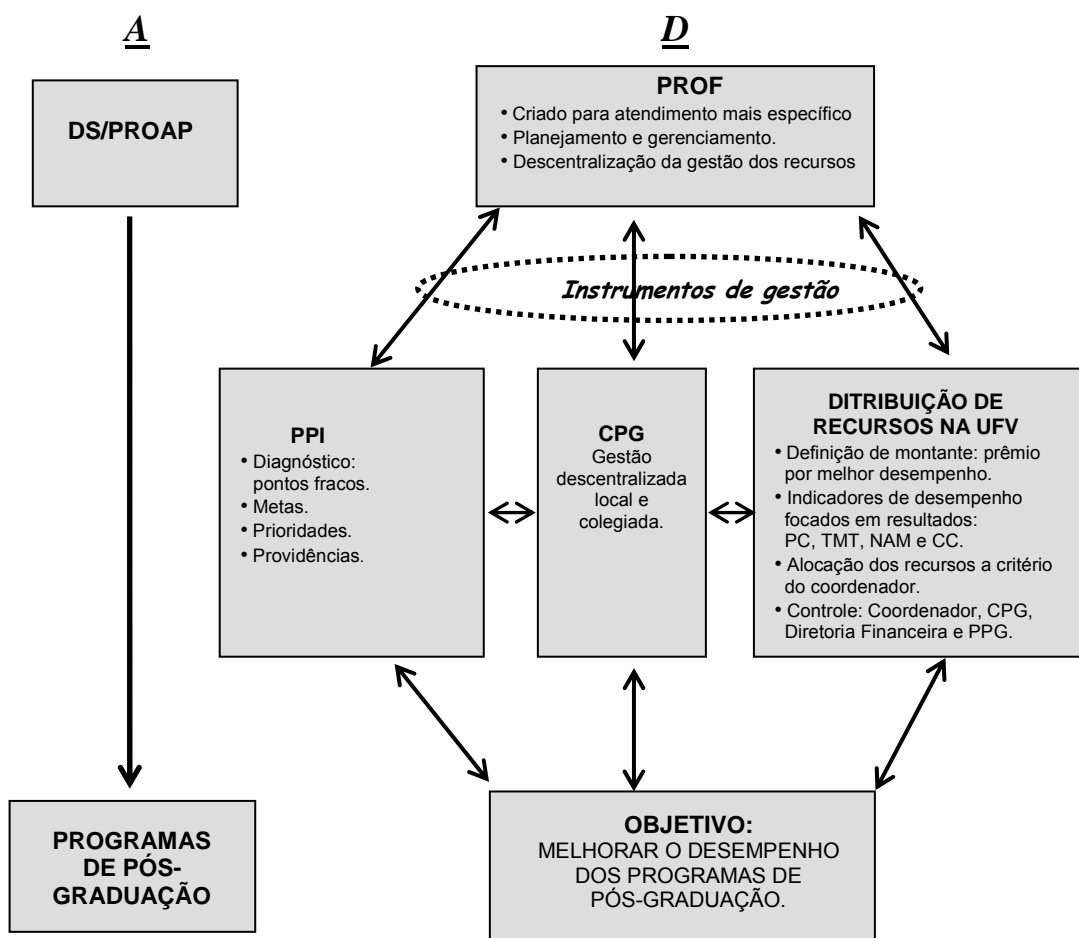
A nova estrutura de gestão implementada pelo PROF na UFV contempla ferramentas destinadas a conferir-lhe eficiência e flexibilidade na busca de melhores resultados. Conforme pode ser visualizado na Figura 16, ela utiliza instrumentos como o Projeto de Planejamento Institucional – PPI, a Planilha de Distribuição dos Recursos e a Comissão de Planejamento e Gerência - CPG.

No PPI, faz-se o diagnóstico da pós-graduação detectando os pontos fracos a serem impactados pela política de gestão, estipulam-se as metas a serem atingidas, as prioridades de ação e as providências a serem tomadas visando atingir tais metas e sanar possíveis deficiências dos programas.

A Planilha de Distribuição de Recursos é baseada em indicadores focados em resultados, para mensurar a produtividade dos programas para promover a alocação dos recursos premiando o bom desempenho.

A CPG é encarregada de definir a política de pós-graduação a ser implementada pela instituição, bem como gerenciar o PPI e a Planilha, visando atingir o objetivo maior que é melhorar o desempenho dos programas.

Esse novo modelo é condizente com a administração pública gerencial proposta por Pereira (1996), por ser descentralizada e voltada para resultados, envolve mudança de estratégia de gerência, delegação de autoridade e flexibilização dos princípios burocráticos, além da avaliação de desempenho.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 16 – Ilustração do mecanismo de gestão antes (A) e depois (D) do PROF na UFV.

Analisando a gestão do PROF na UFV, pôde-se constatar a presença dos elementos fundamentais da administração pública gerencial, tal como entendida por Pereira (1996). As mudanças das estratégias de gerência estão representadas pela atuação de seus instrumentos de gestão ao qual PROF exige, para que a Instituição possa se convenir, uma vez que a mesma deve possuir estrutura organizacional capaz de implementar e acompanhar o programa. Já a delegação de autoridade faz-se

presente na autonomia que foi dada às IFES para definirem suas políticas de ação. No que diz respeito à descentralização, a gestão dos recursos deixou de ser exclusividade da CAPES passando esta função para a IFES, em especial para a Comissão de Planejamento e Gerência. Ela é também voltada para resultados, na medida em que os recursos são distribuídos à base de indicadores de produtividade (PC, TMT, NAM e CC). A flexibilização dos princípios burocráticos, como pôde ser analisado, representa o ponto forte do PROF segundo a opinião dos coordenadores. A avaliação de desempenho é feita tanto pela IFES como pela CAPES. Trataremos cada elemento mais pormenorizadamente.

#### **a) Mudança na estratégia de gerência**

O propósito principal do PROF foi oferecer atendimento mais específico às universidades e aos programas de pós-graduação. Para tanto, foram necessárias mudanças na forma de gerenciamento das estratégias. Saindo de uma situação em que a CAPES definia todas as funções relacionadas a orçamento e financiamento e passou-se para o novo modelo em que a IFES assume a condução desse processo (GREMSKI, 2001). Assim, a IFES amplia sua capacidade de definir políticas da pós-graduação, sendo obrigada a pensar de forma sistêmica, necessitando de planejamento, acompanhamento e avaliação de desempenho. Segundo Pereira (1996), um dos objetivos da Administração Gerencial é aumentar a eficiência, mediante a mudança na estratégia de gerência e implantação de novos controles.

#### **b) Delegação de autoridade**

Nesse modelo, as IFES gozam de autonomia para definir suas políticas de ação, autonomia no gerenciamento e na utilização dos recursos, de forma a atender às suas necessidades e dos seus programas, com maior possibilidade de atendimento das demandas pontuais.

Santos e Cardoso (2001) afirmam que uma das ferramentas mais utilizadas nesse tipo de gestão é a mensuração e a avaliação por meio de um conjunto de indicadores-chave, com possibilidade de reconhecer e premiar o bom desempenho. Em se tratando da UFV, os recursos são repartidos de forma proporcional ao desempenho de cada programa em relação ao desempenho global da Instituição. Assim, critérios adicionais, próprios da Instituição, foram utilizados para proceder à distribuição dos recursos entre os programas com o objetivo de premiá-los pelos seus melhores desempenhos. Em nível de coordenação, o coordenador tem autonomia para definir como e onde alocá-los.

#### **c) Descentralização**

A descentralização da gestão dos recursos financeiros ocorreu devido às necessidades de atendimento mais específico aos programas de pós-graduação,

estando em conformidade com Arretche (1997), considerando que o poder de decisão estaria mais próximo do público-alvo. A gestão descentralizada é supervisionada pela CPG que coordena a elaboração do PPI e seus relatórios e o levantamento dos indicadores de desempenho para fins de efetuar a distribuição dos recursos de custeio e capital, conforme descrito na Portaria 64 da CAPES e na Ata 341 do Conselho Técnico de Pós-Graduação da UFV.

A descentralização da Gestão Financeira pode, portanto, ser analisada antes e depois da implantação do PROF. Antes, a definição dos montantes, a alocação dos recursos e o controle na sua aplicação eram tarefas realizadas diretamente pela CAPES, sem interferência da Instituição. Sob o PROF, a Instituição define o montante de cada programa. A alocação e a gestão dos recursos são feitas pelos coordenadores dos programas. O controle é exercido pelos coordenadores, pela diretoria financeira da UFV e pela PPG. Sendo encaminhado à CAPES um relatório anual discriminando as aplicações e procedendo a prestação de contas.

#### **d) Flexibilização**

Após distribuídos os recursos, os coordenadores procedem à alocação entre bolsas e custeio/fomento, definindo o montante que será atribuído para o pagamento de bolsas para os níveis de mestrado e de doutorado e quanto para custear as despesas diversas de manutenção dos programas. Entre os programas, pode-se ainda trocar recursos de custeio com capital, caso haja necessidade a mais de algum deles. Uma das diferenças entre o modelo atual e o anterior está justamente na flexibilidade da qual o coordenador desfruta, o que facilita a alocação dos recursos onde eles são mais necessários. Isto está em conformidade com Pereira (1996), ao afirmar que uma estratégia descentralizada proporciona adaptação mais fácil, promove a mobilização, a motivação local e aumenta a flexibilidade, contribuindo para melhorar a implementação das ações.

Segundo 93% dos coordenadores dos programas de pós-graduação da UFV, um dos pontos fortes do PROF é a maior flexibilidade e autonomia das IFES e dos programas no uso dos recursos, com maior possibilidade de atendimento das suas demandas pontuais. A flexibilização na utilização dos recursos gerou a participação e o envolvimento dos programas e, como consequência, a democratização da gestão, conforme preceitua Heringer (2002).

#### **e) Avaliação de desempenho**

Em termos de avaliação de desempenho da pós-graduação na UFV, antes da implantação do PROF, a CAPES realizava um acompanhamento anual dos programas, e as avaliações eram efetivadas, trienalmente, com a mensuração dos quesitos e itens e a indicação do conceito de acordo com o desempenho de cada

programa. Atualmente, além do acompanhamento anual e da tradicional avaliação trienal da CAPES, a cada aplicação da planilha, uma vez por ano, é efetivada uma avaliação do desempenho dos programas. São levantados os dados referentes aos indicadores e calculados os índices, e aqueles programas com melhores produtividades são premiados com maiores montantes.

Concomitantemente, ao proceder a elaboração do relatório parcial e final do PPI, faz-se também a avaliação do desempenho de cada programa, das áreas e da Instituição, revelando os procedimentos realizados e as metas atingidas naquele período, procedendo às correções de rumos visando o melhoramento contínuo, o que está em conformidade com Doherty (2002).

Analisando o novo modelo com uma visão mais sistêmica, ele está compatível com o que preceitua Santos e Cardoso (2001), ao afirmar que tornar as metas operacionais, reconhecer e premiar o bom desempenho e integrá-las ao processo de planejamento das instituições públicas, influenciando sua atuação e definição de prioridades é, na verdade, o maior desafio no processo de avaliação de desempenho. Observa-se que isto está em conformidade com o PPI e a metodologia de rateio dos recursos financeiros na UFV, considerados instrumentos gerenciais do PROF. No PPI, faz-se o diagnóstico, detecta os pontos fracos, definem-se as metas bem como os procedimentos a serem adotados em conformidade com a planilha que mensura os indicadores para premiar o bom desempenho do programa.

Os elementos analisados neste tópico estão relacionados aos conteúdos dos tópicos anteriores, a saber: os indicadores de desempenho analisados nos tópicos 4.1 e 4.2 referem-se àqueles utilizados nas planilhas de distribuição dos recursos, na UFV. O tópico 4.3 refere-se ao desempenho global da Instituição, sendo considerado objetivo primordial do sistema como um todo. O tópico 4.4 refere-se à necessidade de adequação dos indicadores de desempenho utilizados pelo PROF na UFV com os quesitos e itens que mensuram o desempenho do programa perante o órgão oficial que é a CAPES. O tópico 4.5 refere-se à opinião dos coordenadores em relação ao desempenho do sistema PROF e dos programas.

Entende-se, portanto, que a administração pública gerencial descentralizada caracteriza o ambiente e a gestão do PROF na UFV. A avaliação de desempenho mensura os objetivos desejados por este programa.

Assim, pode-se considerar que o PROF, conforme implementado na UFV, é um exemplo de Administração Pública Gerencial que vem dando certo e pode ser considerado uma experiência positiva.

## 5 RESUMO E CONCLUSÕES

O Programa de Fomento à Pós-graduação – PROF foi planejado visando tornar mais explícita e mais bem fundamentada a relação de parceria que deve predominar na interação da CAPES com as IFES e, mais especificamente, com as Pró-Reitorias e Programas de Pós-Graduação. O objetivo principal foi permitir atendimento mais adequado das necessidades ou especificidades dos Programas de Pós-Graduação. Para isso, o convênio apresenta flexibilidade na aplicação dos recursos e permite a alocação diferenciada entre os programas pelas IFES.

O PROF, ao apresentar tal flexibilidade, faculta ao programa, no âmbito da instituição, definir seu valor de aplicação entre bolsas e fomento de acordo com a peculiaridade do programa e, no caso de bolsas, pode-se definir o número a ser alocado para o nível de mestrado e para o de doutorado. Outra facilidade que o PROF proporciona é a conversão do valor de bolsa em fomento, caso o aluno defenda sua dissertação ou tese antes do tempo previsto, ou mesmo de fomento em bolsa, se houver necessidade de complementação do número de bolsas, quando novos bolsistas ingressarem no programa. É possível também, haver troca de recursos de custeio em capital e vice versa, entre os programas, caso haja necessidade e disponibilidade entre eles. Assim, ficou comprovado que a autonomia da IFES e a flexibilidade na aplicação dos recursos representam o ponto forte do PROF.

A adesão ao PROF exigiu que os Programas de Pós-Graduação e a Pró-Reitoria da UFV se adequassem ao novo modelo, reformulando sua gestão, de forma a se enquadrarem ao sistema proposto. Isto exigiu grande volume de trabalho no que se refere ao planejamento, organização, direção e controle de todos os envolvidos. Com a gestão descentralizada, coordenada dentro da própria Universidade, acreditava-se que a pós-graduação tivesse desempenho superior ao que vinha sendo registrado. A idéia central era desenvolver um processo de planejamento de atividades que, ao ser implementado, levasse a mudança nos programas, refletindo, ao final, na melhoria do desempenho global da Pós-Graduação.

Na UFV, ficou definido que a distribuição dos recursos do PROF se baseasse em parâmetros que traduzissem a eficiência acadêmica, representada pelo tempo médio de titulação, e a produtividade científica dos programas, representada pelas publicações. Foram incluídos também o número de alunos matriculados no programa e o conceito do programa na CAPES. Os índices resultantes desses indicadores mensuram o desempenho dos programas.

Ao buscarem atender ao novo modelo de gestão implementado pelo PROF, os programas obtiveram melhores índices de produtividade, refletindo em melhoria na qualidade geral da pós-graduação na UFV.

Todas as variáveis evoluíram positivamente de acordo com o que se esperava dos programas de pós-graduação para atingir melhores índices. Os melhores desempenhos refletiram a melhor gestão das coordenações dos programas, assim como as diretrizes traçadas pela UFV.

Houve desempenho positivo em relação aos conceitos emitidos pela CAPES, considerando todo o período em análise. O desempenho maior ocorreu na avaliação referente ao triênio de 2001/2003. Nove programas melhoraram seus conceitos, doze mantiveram-se inalterados e apenas um reduziu. Nesse período, as políticas adotadas pelo PROF estavam em pleno funcionamento. Pôde-se observar que as mudanças nas variáveis também foram mais acentuadas nessa época, como resultados das políticas de gestão adotadas no PROF.

Ao se agruparem os programas com conceitos iguais pôde-se observar como os valores dos índices obtidos no PROF se movimentaram na mesma direção que os conceitos da CAPES.

Verificou-se a necessidade de os coordenadores e as respectivas comissões coordenadoras estarem acompanhando, de perto, a elaboração do relatório para a avaliação, a fim de torná-lo o mais completo e o mais adequado possível às exigências da CAPES. Assim, a qualidade dos recursos humanos nas secretarias e a adequabilidade dos relatórios apresentam influência decisiva nas avaliações.

A pós-graduação da UFV registrou desempenho positivo no período em análise, em razão do aumento do número de alunos matriculados, da expansão do número de programas e do aumento do número de trabalhos publicados. A melhoria na qualidade dos veículos de publicação revelou melhoria na qualidade da produção científica. Houve crescimento das publicações veiculadas em periódicos internacionais que superou as publicações em periódicos nacionais no ano de 2007. Isto revela melhoria na qualidade dos veículos de publicações e, como consequência, melhoria na qualidade dos artigos. O que fica evidenciado também ao se analisar a evolução do índice de Fator de Impacto Acumulado da UFV, que cresceu no período em análise.

Com relação à necessidade de revisão das variáveis na fórmula utilizada para o rateio do PROF na UFV, de forma a se ajustar aos atuais quesitos e itens utilizados pela CAPES, observou-se que o PROF possui mecanismos considerados eficientes. Vale ressaltar que ele incorporou em seus cálculos parâmetros ainda não utilizados nas avaliações da CAPES, que é o Índice de Fator de Impacto dos periódicos relativos às publicações dos docentes da UFV. Isso revela o rigor avaliativo da UFV na gestão e na distribuição dos recursos do PROF junto aos Programas.

Não obstante, alguns ajustes podem ser sugeridos. A participação de discentes autores da pós-graduação e graduação na produção científica do programa pode ser entendida como fator de qualidade e acredita-se ser interessante a inclusão deste item

como variável de cálculo na fórmula de distribuição dos recursos do PROF, como, por exemplo, o percentual de discentes na publicação total. Também para a CAPES é importante que as publicações sejam equitativamente distribuídas entre os docentes permanentes, o que permite medir também o percentual de docentes sem produção. Nesse caso, propõe-se que seja deduzido do Índice de Produção Científica do programa um percentual equivalente à média *per capita* do programa, para cada orientador sem publicação e, ou, orientação no período analisado. Este indicador pode servir como forma de dar respaldo ao coordenador na identificação de orientadores sem produção e propor ações, visando correções de rumos, a fim de melhorar o desempenho *per capita* e equitativo do programa.

Pode-se também pensar na possibilidade de alteração do peso da variável número de alunos matriculados, considerando a relação direta com as necessidades de bolsas, o que tende a gerar melhoria na eficiência do programa quanto à utilização dos insumos.

Parece ser mais apropriado utilizar-se o novo percentual para a divisão do orçamento entre os níveis de mestrado e doutorado para se ter uma distribuição mais adequada dos recursos, visando atender melhor à intenção inicial do PROF com relação a números iguais de bolsas para cada programa e cada nível.

Outro ponto que merece destaque é a alegação de alguns coordenadores de que, dados os atuais critérios de distribuição, os cursos consolidados ajudam a financiar os cursos novos. Ao mesmo tempo, os coordenadores de cursos novos disseram que o PROF utiliza-se de critérios que privilegiam os cursos consolidados. Ficou comprovado que, a partir do segundo ano de funcionamento, até o momento em que os cursos novos entram no rateio, parte dos recursos é transferida dos cursos consolidados para os cursos novos. Acredita-se, portanto, ser necessária a interferência dos Pró-Reitores junto a CAPES visando programar a liberação de bolsas contemplando não somente o primeiro ano de funcionamento dos cursos, mas também os anos seguintes até as primeiras titulações, sem interromper o fluxo de entrada de bolsista no programa.

Ficou registrada a carência quanto à melhor atuação da Comissão de Planejamento e Gerência – CPG/PROF, juntamente com os coordenadores, no que se refere ao acompanhamento e análises das deficiências dos programas, visando corrigi-las e evitar quedas de conceitos. Assim, a comissão deveria interagir mais com as coordenações e ter um papel mais ativo, identificando possíveis problemas e avanços. Sugerir estratégias e ações que possam ser ampliadas para os Programas da UFV. Em suma, deveria haver maior empenho para fornecer subsídios, visando o aprimoramento da Política Institucional de Pós-Graduação na UFV.

Ao analisar a opinião dos coordenadores dos programas em relação ao PROF verificou-se ótima aceitação destes, além de considerar o atendimento do PROF melhor que ao do DS/PROAP. Deixaram clara a existência de mudanças, tanto administrativas como financeiras, em termos de gestão. A principal mudança positiva registrada foi a delegação de maior autonomia e flexibilidade para as IFES e para os programas na gestão e alocação dos recursos entre bolsas e fomento e, no caso de bolsas, entre os níveis de mestrado e doutorado. Em termos negativos, a consideração foi relativa a rigidez na realocação, devido à necessidade de previsão/definição de rubricas, nos últimos anos. Alegaram ainda ter havido melhor desempenho dos programas quanto à eficiência e qualidade dos programas, afirmando que a UFV deve continuar no convênio PROF.

Diante do exposto, pode-se denotar que o PROF tem atingido seus objetivos na UFV e contribuído significativamente para a melhoria do desempenho de seus programas de pós-graduação. Como a pesquisa restringiu-se ao âmbito da UFV, os resultados não poderão ser generalizados para outras Instituições. Sugere-se, assim, que sejam realizados estudos dessa natureza em outras Instituições conveniadas ao PROF e, se possível, estudos comparativos, em relação ao desempenho, com outras instituições equivalentes, conveniadas ao DS/PROAP.

## 6 REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, M.. O mito da descentralização como indutor de maior democratização e eficiência das políticas públicas. In: GERSCHAMAN, S.; VIANNA, M. L. W. **A miragem da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 127-154. 228p.
- BELLONI, I; MAGALHÃES, H e SOUSA, L. C. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003. 96 p.
- BORBA, J. **Ciência Política**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2006, 128 p.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Portaria n. 59, de 11 de julho de 2000.
- \_\_\_\_\_. Portaria n. 64, de 18 de novembro de 2002a.
- \_\_\_\_\_. Relatório de Gestão – 2001. Brasília, 2002b.
- \_\_\_\_\_. **Pós-Graduação de qualidade para apoiar o desenvolvimento do Brasil**. Brasília, 2005. 82 p.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Avaliação trienal 2004 - 2006**. Disponível em [http://www.capes.gov.br/avaliacao/criterios/avaliacao\\_trienal\\_2007.html](http://www.capes.gov.br/avaliacao/criterios/avaliacao_trienal_2007.html)>. Acesso em 05 maio 2008a.
- \_\_\_\_\_. Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/bolsas/nopais/prof.html>>. Acesso em 08 maio 2008b.
- \_\_\_\_\_. **Classificação de periódicos, anais, revistas e jornais**. Disponível em <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em 25 jun. 2008c.
- CARVALHO, A. M. Globalização, Estado e Políticas Públicas. In: **Participação Social e Gestão Pública: as armadilhas da política de descentralização**. Belo Horizonte: Segrac, 2002, 147 p, p. 83-95.
- DOHERTY, T. L. & HORNE, T. **Managing Public Services: implementing changes – A Thoughtful Approach to the Practice of Management**. London: Routledge. 2002. 547 p.
- ESCOBAR, H. Produção científica cresce mais de 200% nas grandes universidades. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 ago. 2007. Caderno Pesquisa, p. A13.
- GAMA, A. A. S, NOME, F. J. e MACHADO, J. C. Avaliação dos programas de pós-graduação em química no Brasil. **Química Nova**, São Paulo, v.22, n.3, p.443-447. jun. 1999.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007, 175 p.
- GARRISON, R. H. **Contabilidade gerencial**. 9 ed. Tradução José Luiz Paravato. Rio de Janeiro: LTC, 2001, 643 p.

GREMSKI, W. **Sugestões para algumas etapas que devem preceder o ingresso de uma IES no Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF.** UFPR. 2001. Palestra não publicada, 11 p.

GREMSKI, W. **Indicações das razões para o sucesso e fracasso do PROF na instituição.** Disponível em [www.profrelatorio2001-2002](http://www.profrelatorio2001-2002). Acesso em 15 ago. 2006.

HERINGER, R. R. Estratégias de Descentralização e Políticas Públicas. In: **Participação social e gestão pública: as armadilhas da política de descentralização.** Belo Horizonte: Segrac, 2002, v.1, p. 75-82.

LAPA, J. S. e NEIVA, C. C. Avaliação em educação: comentários sobre desempenho e qualidade. In: **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação.** Rio de Janeiro: A Fundação, 1996, v 4, n 12, p 213-236.

LEITE, M. F. B. et al. Análise dos programas de pós-graduação em administração reconhecidos pela CAPES: uma análise multivariada por análise de cluster. **FACEF Pesquisa**, Franca, v.10, n.1, p.21-34, 2007.

LINS, M. P. E; ALMEIDA, B. F; BARTHOLO JUNIOR, R. Avaliação de desempenho na pós-graduação utilizando a análise envoltória de dados: o caso da engenharia de produção. **Revista brasileira de pós-graduação**, Brasília, n 1, Jul 2004.

MARINHO, A. e FAÇANHA, L. O. **Programas Sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação.** Texto para discussão n. 0787. Rio de Janeiro, abr 2001. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2001/tdo787.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/tdo787.pdf). Acesso em 09 maio 2008.

MORAES, A. **Direito Constitucional.** São Paulo: Atlas, 2002.

MOREIRA, N. P. **Análise da eficiência dos programas de pós-graduação acadêmicos em Administração, Contabilidade e Turismo.** 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Universidade Federal de Viçosa.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1996.

PEREIRA, L. C. B. **Da administração pública burocrática à gerencial.** Revista do serviço público, Brasília, a.47, v.120, n.1, p.7-39, jan./abr. 1996.

PEREIRA, L. C. B. e SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial.** 7 ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006. 316p.

PRADO, F. O. **Análise institucional: um estudo dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP.** 2007. 235 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- USP, Ribeirão Preto.

SALOMON, M. Produção científica cresce 133% em 10 anos no país. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 jul. 2008. Caderno Publicidade. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u419160.shtml>. Acesso em 14 jul 2008.

SANTOS, L. A. e CARDOSO, R. L. S. **Avaliação de desempenho da ação governamental no Brasil: problemas e perspectiva.** XV Concurso de Ensayos

del CLAD "Control y Evaluación del Desempeño Gubernamental". Caracas, 2001. Disponível em < <http://www.google.com.br/search?hl=ptR&q=AVALIA%C3%87%-C3%83O+DE+DESEMPENHO+DA+A%C3%87%C3%83O++&btnG=Pesquisar&meta=>>. Acesso em 18 de novembro 2008.

TORRES, M. D. F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**, FGV, 2004, 220 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Relatórios UFV: Tabela 22 - Pós-graduação (stricto sensu) – número de matriculados e diplomados, por área, programa e nível, 1998 a 2007**. Disponível em <<http://www.cpd.ufv.br /relatorioufv/tabela22.asp>>. Acesso em 05 maio 2008a

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. **Sistema Gestor de Pesquisa e Pós-Graduação: Teses/Dissertações defendidas e aprovadas e tempo médio de titulação por programa**. Disponível em < <http://www.cpd.ufv.br/sgppg/> >. Acesso em 05 de maio 2008b.

\_\_\_\_\_. **Catálogo de Pós-Graduação 2008**. Divisão de Gráfica Universitária - UFV. Viçosa-MG. 2008c. 255 p.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Comissão de Planejamento e Gerência do PROF. **Distribuição de Recursos do PROF**. 2001 a 2008. Documento em arquivo na PPG/UFV. Viçosa-MG: UFV 2008c.

\_\_\_\_\_. Conselho Técnico de Pós-Graduação. **Ata número 381 da reunião realizada no dia 23 de abril de 2001**. Viçosa-MG: UFV, 2001. Livro 1. p. 37-48.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. Instituto de Geociências. Serviço de biblioteca e documentação. **O que é o Fator de Impacto?** Disponível em <[http://biblioteca.igc.usp.br/ fator\\_impacto/fator\\_impacto.htm](http://biblioteca.igc.usp.br/ fator_impacto/fator_impacto.htm)>. Acesso em 25 jun. 2008.

VERGARA, Sylvia. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005, 96 p.

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A

Evolução do número de alunos matriculados nos programas de pós-graduação da UFV no período de 1998 a 2007.

Programa	1998			1999			2000			2001			2002			2003			2004			2005			2006			2007			
	MS	DS	Total	MS	DS	Total	MS	DS	Total	MS	DS	Total	MS	DS	Total	MS	DS	Total	MS	DS	Total	MS	DS	Total	MS	DS	Total				
C u r s o s  c o n s o l i d a d o s	Agroquímica	38		38	38		38	36		36	29	0	29	26	0	26	30	0	30	31	0	31	36	0	36	32	0	32	43		43
	Botânica	21		21	22		22	21	0	21	24	0	24	22	0	22	29		29	25		25	29		29	34		34	35		35
	Ciência e Tecnol Alimentos	72	27	99	57	41	98	63	47	110	47	49	96	36	57	93	37	54	91	38	50	88	38	45	83	46	55	101	55	61	116
	Ciência Florestal	69	43	112	70	43	113	70	45	115	61	46	107	54	46	100	63	57	120	78	50	128	70	46	116	63	44	107	61	47	108
	Economia Doméstica	25		25	26		26	30	0	30	29	0	29	30	0	30	31	0	31	33	0	33	37	0	37	38	0	38	42	0	42
	Economia Aplicada	42	31	73	43	33	76	63	33	96	67	36	103	65	26	91	49	31	80	45	37	82	36	38	74	25	34	59	24	36	60
	Engenharia Agrícola	60	57	117	56	64	120	54	76	130	55	74	129	55	76	131	44	84	128	51	83	134	52	86	138	54	80	134	52	83	135
	Engenharia Civil	38		38	30		30	25	0	25	23	0	23	23	0	23	33		33	34		34	37		37	38		38	31		31
	Entomologia	35	15	50	29	24	53	37	32	69	31	36	67	33	37	70	33	48	81	33	47	80	34	49	83	40	48	88	42	56	98
	Extensão Rural	43		43	43		43	34	0	34	30	0	30	23	0	23	34	0	34	37	0	37	46	0	46	49	0	49	56	0	56
	Fisiologia Vegetal	17	28	45	16	29	45	15	31	46	13	32	45	16	27	43	17	28	45	21	22	43	21	24	45	23	27	50	29	30	59
	Fitopatologia	23	38	61	25	39	64	22	48	70	27	45	72	28	40	68	31	36	67	25	38	63	26	39	65	26	33	59	24	37	61
	Fitotecnia	69	69	138	64	65	129	71	72	143	72	72	144	57	70	127	49	69	118	57	67	124	52	75	127	57	70	127	60	74	134
	Genética e Melhoramento	31	56	87	29	61	90	25	57	82	21	57	78	26	60	86	35	66	101	32	58	90	25	34	59	40	61	101	42	68	110
	Medicina Veterinária	30		30	35		35	38	0	38	37	0	37	47	0	47	69	0	69	63	0	63	63		63	61		61	58		58
	Meteorologia Agrícola	16		16	20		20	20	0	20	16	0	16	14	0	14	19		19	15		15	15		15	17		17	20		20
	Microbiologia Agrícola	34	11	45	37	13	50	37	17	54	34	23	57	28	26	54	32	28	60	35	31	66	27	37	64	28	32	60	37	33	70
Solos e Nutrição Plantas	27	55	82	28	54	82	28	59	87	28	58	86	39	59	98	46	58	104	38	54	92	34	53	87	30	48	78	48	51	99	
Zootecnia	82	74	156	66	88	154	68	98	166	56	102	158	52	100	152	63	96	159	59	81	140	55	89	144	67	83	150	80	94	174	
<b>Sub-total 1</b>	<b>772</b>	<b>504</b>	<b>1276</b>	<b>734</b>	<b>554</b>	<b>1288</b>	<b>757</b>	<b>615</b>	<b>1372</b>	<b>700</b>	<b>630</b>	<b>1330</b>	<b>674</b>	<b>624</b>	<b>1298</b>	<b>744</b>	<b>655</b>	<b>1399</b>	<b>750</b>	<b>618</b>	<b>1368</b>	<b>733</b>	<b>615</b>	<b>1348</b>	<b>768</b>	<b>615</b>	<b>1383</b>	<b>839</b>	<b>670</b>	<b>1509</b>	
C u r s o s  n o v o s	Bioquímica Agrícola						4	2	6	9	10	19	9	11	20	15	17	32	12	21	33	15	25	40	27	29	56	31	30	61	
	Ciência da Nutrição								6		6	21		21	35		35	30	0	30	37		37	36		36	39	0	39		
	Física Aplicada								6		6	9		9	11	0	11	8		8	14		14	15		2	17	15	5	20	
	Botânica DS														6	6		15	15		22	22		25	25		33	33		33	
	Engenharia Civil DS														6	6		12	12		23	23		26	26		31	31		31	
	Meteorologia Agrícola DS														6	6		12	12		18	18		25	25		27	27		27	
	Ciência da Computação															6		6	14		14	27		14	27		27	39	0	39	
	Medicina Veterinária																				4	4		11	11		11		23	23	
	Biologia Celular e Estrutural																					5	8		13	22	9	31	27	21	48
	Administração																					10		10	21		21	23	0	23	
	Biologia Animal																							7		7	7	27	0	27	
	Economia																							7		7	7	13	0	13	
	Educação Física																											5	0	5	
Estatística Ap.e Biometria																											11	0	11		
Agroquímica DS																												10	10		
Zootecnia (M.Sc. Profissional)																												6	6		
<b>Sub-total 2</b>							<b>4</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>21</b>	<b>10</b>	<b>31</b>	<b>39</b>	<b>11</b>	<b>50</b>	<b>61</b>	<b>35</b>	<b>96</b>	<b>56</b>	<b>60</b>	<b>116</b>	<b>95</b>	<b>100</b>	<b>195</b>	<b>162</b>	<b>127</b>	<b>289</b>	<b>236</b>	<b>180</b>	<b>416</b>	
<b>Total</b>	<b>772</b>	<b>504</b>	<b>1276</b>	<b>734</b>	<b>554</b>	<b>1288</b>	<b>761</b>	<b>617</b>	<b>1378</b>	<b>721</b>	<b>640</b>	<b>1361</b>	<b>713</b>	<b>635</b>	<b>1348</b>	<b>805</b>	<b>690</b>	<b>1495</b>	<b>806</b>	<b>678</b>	<b>1484</b>	<b>828</b>	<b>715</b>	<b>1543</b>	<b>930</b>	<b>742</b>	<b>1672</b>	<b>1075</b>	<b>850</b>	<b>1925</b>	
<b>Média por programa</b>	<b>40,6</b>	<b>42,0</b>	<b>67,1</b>	<b>38,6</b>	<b>46,2</b>	<b>67,8</b>	<b>38,1</b>	<b>32,5</b>	<b>68,9</b>	<b>32,8</b>	<b>32,0</b>	<b>61,9</b>	<b>32,4</b>	<b>31,8</b>	<b>61,3</b>	<b>36,6</b>	<b>32,9</b>	<b>59,8</b>	<b>35,0</b>	<b>32,3</b>	<b>57,1</b>	<b>33,1</b>	<b>34,0</b>	<b>53,2</b>	<b>34,4</b>	<b>33,7</b>	<b>53,9</b>	<b>36,0</b>	<b>29,7</b>	<b>55,4</b>	

Fonte: Adaptado de (UFV, 2008a)

## APÊNDICE B

Viçosa, 12 de setembro de 2008.

Prezados Professores. \_\_\_\_\_

DD. Coordenadores dos Programas de Entomologia e de Fitotecnia.

UFV.

Desde 1998, a convite da Capes, a UFV passou a ser assistida pelo Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF, deixando de ser atendida pelos programas que eram a Demanda Social – DS e Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP. Para isso, a Universidade teve que apresentar processo consistente de planejamento global das ações com definições de metas e indicadores para avaliação.

Assim, a adesão ao PROF exigiu que os Programas de Pós-Graduação e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFV se adequassem ao novo modelo, reformulando a gestão destes, de forma a se enquadrarem ao sistema proposto, O que exigiu um volume grande de trabalho em termos de planejamento, organização, direção e controle de todos os envolvidos.

Como mestrando do Curso de Administração desta Instituição, propus uma pesquisa de dissertação intitulada: “Análise do Desempenho da Pós-Graduação da UFV Após o seu Ingresso no Programa de Fomento PROF/CAPES”. O objetivo geral deste trabalho é analisar o desempenho dos programas de pós-graduação da UFV no período de 1998 a 2007, mediante implantação da nova gestão da pós-graduação exigida pelo PROF da CAPES. Os objetivos específicos são: 1) Descrever o funcionamento do PROF na UFV; 2) Analisar a evolução dos indicadores utilizados pela UFV na distribuição dos recursos financeiros; 3) Analisar a evolução dos conceitos dos programas da UFV na CAPES após o ingresso no PROF; 4) Analisar o crescimento da Pós-Graduação na UFV; 5) Analisar a necessidade de inclusão de novos indicadores ou substituição de alguns, na distribuição dos recursos da UFV, de forma mais adequada aos atuais utilizados pela CAPES; e 6) ) Analisar a opinião dos coordenadores dos programas em relação ao PROF.

Apesar de o Programa de Fitotecnia ter sido atendido pelo Programa de Excelência da Pós-Graduação – PROEX no período de 2005 a 2007, para fins deste trabalho ele foi considerado como os outros programas que estavam no PROF.

No intuito de atender ao objetivo específico de número 3, solicito a Vossa Senhoria responder ao questionário em anexo e enviá-lo para o e-mail [asimao@ufv.br](mailto:asimao@ufv.br) ou para [ppg@ufv.br](mailto:ppg@ufv.br).

Antecipadamente agradeço a atenção de Vossa Senhoria, uma vez que sua ajuda muito contribuirá para a minha dissertação. Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente.

Alberto Simão da Silva  
Mestrando em Administração  
PPG/UFV

## QUESTIONÁRIO

Prezado Professor:

Nas últimas duas avaliações trienais realizadas pela Capes, constatou-se que o Programa de Pós-graduação em Entomologia, que tinha conceito 5, recebeu conceitos 6 e 7 consecutivamente, e o de Fitotecnia, que tinha conceito 7, recebeu conceitos 6 e 5.

- 1) A que o senhor atribui esta alteração nos conceitos da Capes?
  
- 2) O Programa enfrentou alguma dificuldade nesse período? Quais?
  
- 3) Houve causa(s) fundamental(is)?

## APÊNDICE C

Viçosa, 09 de outubro de 2008.

Senhor (a) Coordenador (a):

Desde 1998, a convite da Capes, a UFV passou a ser assistida pelo Programa de Fomento à Pós-graduação – PROF<sup>(1)</sup>, deixando de ser atendida pelos programas que eram a Demanda Social – DS<sup>(2)</sup> e o Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP<sup>(3)</sup>. Para isso, a UFV teve que apresentar processo consistente de planejamento global das ações com definições de metas e indicadores para avaliação.

A adesão ao PROF exigiu, portanto, que os Programas de Pós-Graduação e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFV se adequassem ao novo modelo, reformulando a gestão desses, de forma a se enquadrarem ao sistema proposto. O que exigiu um volume grande de trabalho quanto a planejamento, organização, direção e controle de todos os envolvidos.

Como aluno do Programa de Mestrado em Administração do Departamento de Administração da UFV propus uma pesquisa de dissertação intitulada: “Análise do Desempenho da Pós-Graduação da UFV Após o seu Ingresso no Programa de Fomento PROF/CAPES”. O objetivo geral deste trabalho é analisar o desempenho dos programas de pós-graduação da UFV no período de 1998 a 2007, mediante implantação da nova gestão da pós-graduação exigida pelo PROF da CAPES. tendo como um dos objetivos específicos analisar a opinião dos coordenadores dos programas em relação ao PROF.

No intuito de atender ao objetivo da pesquisa, solicito a Vossa Senhoria responder ao questionário em anexo e enviá-lo para o e-mail [asimao@ufv.br](mailto:asimao@ufv.br) ou para [ppg@ufv.br](mailto:ppg@ufv.br).<sup>(4)</sup>

Antecipadamente agradeço a atenção de Vossa Senhoria por colaborar com a minha dissertação. Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Alberto Simão da Silva  
Mestrando em Administração  
PPG/UFV.

<sup>(1)</sup>O Programa de Fomento à Pós-graduação – PROF da CAPES foi criado em 1998, tendo como objetivo propiciar às Instituições Públicas de Ensino Superior – IFES maior autonomia na gestão dos recursos financeiros destinados ao financiamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Visa o aumento de eficiência e qualidade dos cursos, tendo em vista ações previamente definidas e metas a serem atingidas ao longo de dois anos. O PROF financia bolsas de estudo, fomento para atividades administrativas e de pesquisas e equipamentos. A gestão e a alocação dos recursos se dão no âmbito da IFES e, de forma colegiada, através de uma Comissão de Planejamento e Gerência do PROF.

<sup>(2)</sup>O Programa de Demanda Social (DS) tem por objetivo a formação de recursos humanos, por meio de concessão de bolsas de estudos, proporcionando aos programas de pós-graduação *stricto sensu* condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades. A alocação dos recursos é feita pela Capes, que define o número de bolsas que cada programa receberá.

<sup>(3)</sup>O Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP) destina-se a proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos, a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, ministrados pelas IFES. Financia as atividades administrativas e de apoio às pesquisas dos programas. A Capes define o montante que cada programa receberá. Os Programas DS e PROAP são complementares, pois um financia bolsas e o outro financia as atividades de apoio.

<sup>(4)</sup>Caso Vossa Senhoria tenha pouca familiaridade com o PROF, poderia, por favor, pedir ajuda ao coordenador anterior na elaboração das respostas.

**QUESTIONÁRIO**

Nome do Programa: \_\_\_\_\_

1) Na sua avaliação, o Programa de Fomento à Pós-graduação – PROF como forma de financiamento e gerenciamento dos programas de pós-graduação, é:

Ótimo     Bom     regular     Ruim     Péssimo

Outro. Explicitar: \_\_\_\_\_

2) No seu entendimento, o PROF atende:

Melhor que a DS e o PROAP.

Igual a DS e o PROAP.

Pior que a DS e o PROAP.

Outra. Explicitar: \_\_\_\_\_

3) O(A) Senhor(a) notou mudança (modificação) na gestão financeira dos recursos do programa de PG que o(a) Sr(a). coordena, com a adoção do PROF?

Sim. Qual (is)? \_\_\_\_\_

Não.

4) O(A) Senhor(a) notou mudança (modificação) na gestão administrativa do programa de PG que o(a) Sr(a). coordena, com a adoção do PROF?

Sim. Qual (is)? \_\_\_\_\_

Não.

5) Em relação às gestões financeira e administrativa do PROF de forma descentralizada, local e colegiada, definidas pela CAPES, favor citar:

5.1 Dois pontos positivos.

5.2 Dois pontos negativos.

6) Em relação ao programa que o(a) Sr(a) coordena, cite dois aspectos das gestões financeira e administrativa do PROF adotados na UFV que influenciaram:

6.1. Positivamente: \_\_\_\_\_

6.2. Negativamente: \_\_\_\_\_

7) Segundo a CAPES, o PROF foi criado com o objetivo principal de aumentar a eficiência na alocação dos recursos visando melhorar o desempenho em termos de eficiência e qualidade dos programas. No seu entendimento, isso ocorreu?

Sim.     Não. Por quê? \_\_\_\_\_

8) Você tem sugestões de alterações no modelo de gestão e nos critérios de distribuição dos recursos adotados pela Comissão de Planejamento e Gerência do PROF da UFV?

Sim. Qual (is)? \_\_\_\_\_

Não.

9) Em sua opinião, a UFV deve continuar no convênio PROF? \_\_\_ Sim \_\_\_ Não.

Por quê. ? \_\_\_\_\_

10) Outras informações que julgar necessárias. \_\_\_\_\_

## **ANEXO**

## ANEXO 1


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**COMISSÃO DE GERÊNCIA DO PROF**
**Distribuição de Recursos PROF/UFV/ 2007**

<b>Total PROF=</b>	<b>5.853.421,54</b>	(Total dos recursos liberado pela CAPES/PROF em 2007 para a UFV)						
<b>Capital=</b>	207.622,48	(Total liberado pela CAPES/PROF em 2007 para capital)						
<b>Total Custeio=</b>	<b>5.645.799,06</b>	(Recursos para Custeio para distribuição pelo PROF)						
<b>C.semi-novos=</b>	305.904,00	(Recursos Econ, Biol. Anim(3MS+16.000), Med Vet 4DS e Biol Cel (5MS+4DS+16.000))						
<b>Custeio para rateio=</b>	<b>5.339.895,06</b>	(valor a ser alocado aos programas para bolsa e fomento e a PPG)						
<b>1% PPG=</b>	48.970,73	(valor a ser alocado à PPG)						
<b>Custeio para rateio=</b>	<b>5.290.924,33</b>	(valor a ser alocado aos programas para bolsa e fomento)						
<b>Valor-MS=</b>	2.645.462,17	(valor a ser distribuído ao mestrado, excluindo-se as bolsas previamente garantidas)						
<b>Valor-DS=</b>	2.645.462,17	(valor a ser distribuído ao doutorado, excluindo-se as bolsas previamente garantidas)						
Programa	Recursos DS	Recursos MS	Valor a ser Tamponado	Valor Tamponado	Cursos Novos e Semi-novos	Valor a ser repassado		
						Custeio	Capital	Total
Administração		68.188,64	68.188,64	65.312,03		65.312,03	2.000,00	67.312,03
Agroquímica		151.357,40	151.357,40	145.806,14		145.806,14	6.105,57	151.911,71
Biologia Animal					49.840,00	49.840,00	2.000,00	51.840,00
Biol Celular e Estrutural	0,00	0,00	0,00		139.312,00	139.312,00	2.000,00	141.312,00
Bioquímica Agrícola	217.449,95	155.690,18	373.140,13	365.932,96		365.932,96	11.108,54	377.041,50
Botânica	179.451,27	122.057,33	301.508,60	306.069,38		306.069,38	10.845,08	316.914,46
Ciência da Computação		58.872,09	58.872,09	58.872,09		58.872,09	2.000,00	60.872,09
Ciência da Nutrição		124.036,52	124.036,52	129.678,11		129.678,11	5.199,68	134.877,79
Ciência Tec. Alimentos	237.254,88	153.541,84	390.796,72	382.184,40		382.184,40	14.584,21	396.768,61
Ciência Florestal	184.120,48	147.028,80	331.149,28	341.014,08		341.014,08	15.088,26	356.102,34
Economia					49.840,00	49.840,00	2.000,00	51.840,00
Economia Doméstica		109.340,02	109.340,02	105.995,26		105.995,26	4.256,88	110.252,14
Economia Aplicada	165.026,45	100.396,16	265.422,61	261.792,68		261.792,68	9.047,86	270.840,54
Engenharia Agrícola	247.720,97	130.335,99	378.056,96	378.056,96		378.056,96	15.500,63	393.557,59
Engenharia Civil	139.943,79	79.847,94	219.791,72	219.791,72		219.791,72	7.827,46	227.619,18
Entomologia	329.531,58	210.466,98	539.998,56	535.331,29		535.331,29	20.005,17	555.336,46
Extensão Rural		113.475,51	113.475,51	113.500,19		113.500,19	5.634,98	119.135,17
Física Aplicada		132.569,47	132.569,47	132.569,47		132.569,47	4.715,37	137.284,84
Fisiologia Vegetal	203.626,74	144.537,84	348.164,57	385.390,10		385.390,10	14.251,47	399.641,57
Medicina Veterinária		152.215,07	152.215,07	155.200,93	66.912,00	222.112,93	6.552,59	228.665,52
Meteorologia Agrícola	174.074,13	109.305,43	283.379,56	283.379,56		283.379,56	9.444,01	292.823,57
Microbiologia Agrícola	189.970,33	143.684,74	333.655,08	320.382,45		320.382,45	11.512,88	331.895,33
Zootecnia	377.291,61	238.514,19	615.805,80	604.664,52		604.664,52	25.941,84	630.606,36
1% alocado à PPG						48.970,73	0,00	48.970,73
<b>Totais</b>	<b>2.645.462,17</b>	<b>2.645.462,17</b>	<b>5.290.924,33</b>	<b>5.290.924,33</b>	<b>305.904,00</b>	<b>5.645.799,06</b>	<b>207.622,48</b>	<b>5.853.421,54</b>

## TAMPONAMENTO – 2007 – CUSTEIO

Perda máxima = 5%															
Valor da maior perda=		14,18													
Programa	Recebido em 2006	Calculado para 2007	Perdas						Ganhos			Compensação das perdas	Final 2007	Ganhos ou perdas	
			Calculadas		A efetivar		A compensar		Calculados	Relativos	%				
			R\$	%	%	R\$	%	R\$							
Administração	61.032,80	68.188,64								7.155,84	0,04770	11,72	-2.876,61	65.312,03	7,01
Agroquímica	137.548,11	151.357,40								13.809,29	0,09206	10,04	-5.551,26	145.806,14	6,00
Bioquímica Agrícola	355.211,60	373.140,13								17.928,53	0,11952	5,05	-7.207,17	365.932,96	3,02
Botânica	322.178,29	301.508,60	-20.669,70	-6,42	-5,00	-16.108,91	-1,42	-4.560,78						306.069,38	-5,00
Ciência da Computação	61.032,80	58.872,09	-2.160,71	-3,54	-3,54	-2.160,71	0,00	0,00						58.872,09	-3,54
Ciência da Nutrição	136.503,27	124.036,52	-12.466,75	-9,13	-5,00	-6.825,16	-4,13	-5.641,58						129.678,11	-5,00
Ciênc. e Tec. Alim.	369.372,76	390.796,72								21.423,96	0,14282	5,80	-8.612,32	382.184,40	3,47
Ciência Florestal	358.962,18	331.149,28	-27.812,90	-7,75	-5,00	-17.948,11	-2,75	-9.864,79						341.014,08	-5,00
Economia Doméstica	101.019,62	109.340,02								8.320,40	0,05547	8,24	-3.344,76	105.995,26	4,93
Economia Aplicada	256.392,83	265.422,61								9.029,78	0,06019	3,52	-3.629,92	261.792,68	2,11
Engenharia Agrícola	395.312,38	378.056,96	-17.255,42	-4,37	-4,37	-17.255,42	0,00	0,00						378.056,96	-4,37
Engenharia Civil	227.138,48	219.791,72	-7.346,76	-3,23	-3,23	-7.346,76	0,00	0,00						219.791,72	-3,23
Entomologia	528.388,29	539.998,56								11.610,27	0,07740	2,20	-4.667,27	535.331,29	1,31
Extensão Rural	119.473,88	113.475,51	-5.998,36	-5,02	-5,00	-5.973,69	-0,02	-24,67						113.500,19	-5,00
Física Aplicada	133.597,85	132.569,47	-1.028,38	-0,77	-0,77	-1.028,38	0,00	0,00						132.569,47	-0,77
Fisiologia Vegetal	405.673,79	348.164,57	-57.509,22	-14,18	-5,00	-20.283,69	-9,18	-37.225,53						385.390,10	-5,00
Medicina Veterinária	163.369,40	152.215,07	-11.154,33	-6,83	-5,00	-8.168,47	-1,83	-2.985,86						155.200,93	-5,00
Meteorologia Agrícola	288.597,68	283.379,56	-5.218,12	-1,81	-1,81	-5.218,12	0,00	0,00						283.379,56	-1,81
Microbiologia Agrícola	300.638,14	333.655,08								33.016,94	0,22010	10,98	-13.272,63	320.382,45	6,57
Zootecnia	588.090,80	615.805,80								27.715,00	0,18475	4,71	-11.141,28	604.664,52	2,82
<b>Totais</b>	<b>5.309.534,97</b>	<b>5.290.924,33</b>	<b>-168.620,65</b>			<b>-108.317,43</b>		<b>-60.303,22</b>	<b>150.010,01</b>	<b>1,00000</b>	<b>62,26</b>	<b>-60.303,22</b>	<b>5.290.924,33</b>		

Obs: 1- O tamponamento foi feito para garantir que nenhum programa perca mais que 5% dos recursos em relação ao ano anterior.

ÍNDICE MESTRADO – 2007 – CUSTEIO																			
Parâmetros:	MS	DS	IT	Prod	Nº. Alunos	Conceito													
Pesos:	1	1	1,0	1,0	1,0	0,5													
Referencial do TMT:	24	48	meses = 100%																
Referencial do conceito:	5	7	=100%																
Programa	Nr. Orientadores				Produção Científica						Ind Titul		Nr. Alunos		Conceito			Índice	R\$
	2006	2005	2004	media	2006	2005	2004	media/capita	relativa	relativo	real	relativo	Real	%	Relativo	final	CUSTEIO		
Administração	11	11		11,0	1,9			1,9	0,2	0,0024	0,0418	21	0,0290	3	0,60	0,0341	0,02578	68.188,64	
Agroquímica	18	15	10	14,3	91,2	48,9	37,0	59,0	4,1	0,0561	0,0563	43	0,0595	5	1,00	0,0568	0,05721	151.357,40	
Biologia Animal																			
Biol. Celular e Estrutural										0,0000	0,0000		0,0000		0,00	0,0000	0,00000	0,00	
Bioquímica Agrícola	14	14	11	13,0	106,5	52,8	71,0	76,7	5,9	0,0804	0,0543	31	0,0429	5	1,00	0,0568	0,05885	155.690,18	
Botânica	16	14	15	15,0	33,7	60,3	44,1	46,0	3,1	0,0418	0,0472	36	0,0498	4	0,80	0,0455	0,04614	122.057,33	
Ciência da Computação	10	8		9,0	4,8			4,8	0,5	0,0073	0,0093	32	0,0443	3	0,60	0,0341	0,02225	58.872,09	
Ciência da Nutrição	11	12	11	11,3	44,9	41,4	21,4	35,9	3,2	0,0431	0,0597	32	0,0443	3	0,60	0,0341	0,04689	124.036,52	
Ciênc. e Tec. Alim.	19	18	19	18,7	96,1	72,1	61,2	76,4	4,1	0,0558	0,0512	49	0,0678	5	1,00	0,0568	0,05804	153.541,84	
Ciência Florestal	25	24	24	24,3	57,8	52,9	52,1	54,2	2,2	0,0304	0,0569	57	0,0788	5	1,00	0,0568	0,05558	147.028,80	
Economia																			
Economia Doméstica	7	7	5	6,3	44,7	11,6	7,9	21,4	3,4	0,0460	0,0372	28	0,0387	4	0,80	0,0455	0,04133	109.340,02	
Economia Aplicada	12	14	13	13,0	17,4	13,1	29,2	19,9	1,5	0,0208	0,0616	20	0,0277	4	0,80	0,0455	0,03795	100.396,16	
Engenharia Agrícola	26	26	24	25,3	80,7	43,8	61,4	62,0	2,4	0,0333	0,0471	46	0,0636	5	1,00	0,0568	0,04927	130.335,99	
Engenharia Civil	14	14	8	12,0	20,6	9,8	8,5	13,0	1,1	0,0147	0,0378	22	0,0304	4	0,80	0,0455	0,03018	79.847,94	
Entomologia	17	17	16	16,7	163,7	160,4	178,7	167,6	10,1	0,1369	0,0550	42	0,0581	6	1,00	0,0568	0,07956	210.466,98	
Extensão Rural	11	11	12	11,3	29,4	8,8	10,6	16,3	1,4	0,0195	0,0399	45	0,0622	5	1,00	0,0568	0,04289	113.475,51	
Física Aplicada	12	10	6	9,3	82,3	73,2	13,6	56,4	6,0	0,0823	0,0581	13	0,0180	3	0,60	0,0341	0,05011	132.569,47	
Fisiologia Vegetal	14	11	10	11,7	54,1	61,7	72,2	62,7	5,4	0,0732	0,0523	27	0,0373	6	1,00	0,0568	0,05464	144.537,84	
Medicina Veterinária	25	23	20	22,7	89,3	66,8	61,5	72,5	3,2	0,0436	0,0602	50	0,0692	5	1,00	0,0568	0,05754	152.215,07	
Meteorologia Agrícola	7	6	6	6,3	21,1	19,0	16,6	18,9	3,0	0,0407	0,0534	16	0,0221	5	1,00	0,0568	0,04132	109.305,43	
Microbiologia Agrícola	10	9	9	9,3	54,6	34,0	23,8	37,4	4,0	0,0546	0,0573	36	0,0498	6	1,00	0,0568	0,05431	143.684,74	
Zootecnia	22	22	24	22,7	261,1	165,7	158,3	195,0	8,6	0,1172	0,0635	77	0,1065	7	1,00	0,0568	0,09016	238.514,19	
Total									73,4	1,0000	1,0000	723	1,0000		17,6	1,0000	1,00000	2.645.462,17	

## ÍNDICE DOUTORADO – 2007 – CUSTEIO

Parâmetros:	MS	DS	IT	Prod	Nº. Alunos	Conceito														
Pesos:	1	1	1,0	1,0	1,0		0,5													
Referencial do TMT:	24	48	meses = 100%																	
Referencial do conceito:	5	7	=100%																	
Programa	Nr. Orientadores				Produção Científica						Ind Titul	Nr. Alunos		Conceito			Índice Final	R\$		
	2006	2005	2004	media	2006	2005	2004	média/capita	Relativa	relativo	Real	Relativo	Real	%	Relativo	Custeio				
Administração																				
Agroquímica																				
Biologia Animal																				
Biol. Celular e Estrutural	14																			
Bioquímica Agrícola	14	14	11	13,0	106,5	52,8	71,0	76,7	5,9	0,1149	0,0742	30	0,058	5	0,71	0,0806	0,08220	217.449,95		
Botânica	16	14	15	15,0	33,7	60,3	44,1	46,0	3,1	0,0597	0,0833	32	0,062	4	0,57	0,0645	0,06783	179.451,27		
Ciência da Computação																				
Ciência da Nutrição																				
Ciênc. e Tec. Alim.	19	18	19	18,7	96,1	72,1	61,2	76,4	4,1	0,0797	0,0871	55	0,107	5	0,71	0,0806	0,08968	237.254,88		
Ciência Florestal	25	24	24	24,3	57,8	52,9	52,1	54,2	2,2	0,0434	0,0822	40	0,078	5	0,71	0,0806	0,06960	184.120,48		
Economia																				
Economia Doméstica																				
Economia Aplicada	12	14	13	13,0	17,4	13,1	29,2	19,9	1,5	0,0298	0,0903	34	0,066	4	0,57	0,0645	0,06238	165.026,45		
Engenharia Agrícola	26	26	24	25,3	80,7	43,8	61,4	62,0	2,4	0,0476	0,0922	76	0,148	5	0,71	0,0806	0,09364	247.720,97		
Engenharia Civil	14	14	8	12,0	20,6	9,8	8,5	13,0	1,1	0,0210	0,0833	25	0,049	4	0,57	0,0645	0,05290	139.943,79		
Entomologia	17	17	16	16,7	163,7	160,4	178,7	167,6	10,1	0,1957	0,0909	52	0,101	6	0,86	0,0968	0,12456	329.531,58		
Extensão Rural																				
Física Aplicada																				
Fisiologia Vegetal	14	11	10	11,7	54,1	61,7	72,2	62,7	5,4	0,1045	0,0660	26	0,050	6	0,86	0,0968	0,07697	203.626,74		
Medicina Veterinária																				
Meteorologia Agrícola	7	6	6	6,3	21,1	19,0	16,6	18,9	3,0	0,0581	0,0833	25	0,049	5	0,71	0,0806	0,06580	174.074,13		
Microbiologia Agrícola	10	9	9	9,3	54,6	34,0	23,8	37,4	4,0	0,0781	0,0666	30	0,058	6	0,86	0,0968	0,07181	189.970,33		
Zootecnia	22	22	24	22,7	261,1	165,7	158,3	195,0	8,6	0,1675	0,1005	90	0,175	7	1,00	0,1129	0,14262	377.291,61		
<b>Total</b>									51,4	1,0000	1,0000	515	1,0		8,9	1,0000	1,00000	2.645.462,17		

ÍNDICE DE TITULADOS – 2007																						
Programa	Matriculados MS			Titulados MS			Índices Titulados MS					Matriculados DS			Titulados DS			Índices Titulados DS				
	2006	2005	2004	2006	2005	2004	2006	2005	2004	media%	relativo	2006	2005	2004	2006	2005	2004	2006	2005	2004	media%	relativo
Administração	21	10		7			0,33			33,33	<b>0,0418</b>											<b>0,0000</b>
Agroquímica	32	36	31	14	20	11	0,44	0,56	0,35	44,93	<b>0,0563</b>											<b>0,0000</b>
Biologia Animal																						
Biol. Celular e Estrutural											<b>0,0000</b>	9	8									<b>0,0000</b>
Bioquímica Agrícola	27	15	12	9	7	6	0,33	0,47	0,50	43,33	<b>0,0543</b>	29	25	21	5	5	5	0,17	0,20		18,62	<b>0,0742</b>
Botânica	34	29	25	9	10	13	0,26	0,34	0,52	37,65	<b>0,0472</b>	25	22	15	0						20,90	<b>0,0833</b>
Ciência da Computação	27	14	6	2			0,07			7,41	<b>0,0093</b>											<b>0,0000</b>
Ciência da Nutrição	36	37	30	15	14	19	0,42	0,38	0,63	47,61	<b>0,0597</b>											<b>0,0000</b>
Ciênc. e Tec. Alim.	46	38	38	14	16	19	0,30	0,42	0,50	40,85	<b>0,0512</b>	55	48	50	9	14	10	0,16	0,29	0,20	21,84	<b>0,0871</b>
Ciência Florestal	63	70	78	23	42	31	0,37	0,60	0,40	45,42	<b>0,0569</b>	44	46	50	4	16	9	0,09	0,35	0,18	20,62	<b>0,0822</b>
Economia																						
Economia Doméstica	38	37	33	10	12	10	0,26	0,32	0,30	29,68	<b>0,0372</b>											<b>0,0000</b>
Economia Aplicada	25	36	45	12	19	21	0,48	0,53	0,47	49,15	<b>0,0616</b>	34	38	37	6	15	4	0,18	0,39	0,11	22,64	<b>0,0903</b>
Engenharia Agrícola	54	52	51	19	23	17	0,35	0,44	0,33	37,58	<b>0,0471</b>	80	86	83	15	27	16	0,19	0,31	0,19	23,14	<b>0,0922</b>
Engenharia Civil	38	37	34	13	11	9	0,34	0,30	0,26	30,14	<b>0,0378</b>	26	23		2			0,08			20,90	<b>0,0833</b>
Entomologia	40	35	33	15	16	16	0,38	0,46	0,48	43,90	<b>0,0550</b>	48	49	47	9	16	8	0,19	0,33	0,17	22,81	<b>0,0909</b>
Extensão Rural	49	46	37	7	20	14	0,14	0,43	0,38	31,87	<b>0,0399</b>											<b>0,0000</b>
Física Aplicada	15	14	8	8	5	4	0,53	0,36	0,50	46,35	<b>0,0581</b>	2										<b>0,0000</b>
Fisiologia Vegetal	23	21	21	8	10	9	0,35	0,48	0,43	41,75	<b>0,0523</b>	27	24	22	4	4	4	0,15	0,17	0,18	16,55	<b>0,0660</b>
Medicina Veterinária	61	63	63	26	29	35	0,43	0,46	0,56	48,07	<b>0,0602</b>	11	4									<b>0,0000</b>
Meteorologia Agrícola	17	15	15	7	4	9	0,41	0,27	0,60	42,61	<b>0,0534</b>	25	18		4						20,90	<b>0,0833</b>
Microbiologia Agrícola	28	27	35	9	16	16	0,32	0,59	0,46	45,71	<b>0,0573</b>	32	37	31	5	8	4	0,16	0,22	0,13	16,72	<b>0,0666</b>
Zootecnia	67	55	59	29	29	33	0,43	0,53	0,56	50,65	<b>0,0635</b>	83	89	81	13	27	24	0,16	0,30	0,30	25,21	<b>0,1005</b>
Total										797,99	<b>1,0000</b>										250,86	<b>1,0000</b>

Produção Científica – 2007																				
Programa	Publicações								Valoração das Publicações									Fator	Total	
	Livro	Cap.	IntA	IntB	IntC	NacA	NacB	NacC	Livro 1,8	Cap 0,6	IntA 1,2	IntB 0,8	IntC 0,6	NacA 0,6	NacB 0,4	NacC 0,1	total	Impacto Acumul	Geral	
Administração	0	1	0	0	0	2	0	1	0	0,6	0	0	0	1,2	0	0,1	1,9	0,000	<b>1,900</b>	
Agroquímica	1	0	33	0	1	14	8	1	1,8	0	39,6	0	0,6	8,4	3,2	0,1	53,7	37,470	<b>91,170</b>	
Biol. Celular e Estrutural	3	3	37	0	0	0	1	0	5,4	1,8	44,4	0	0	0	0,4	0	52	35,310	<b>87,310</b>	
Bioquímica Agrícola	1	7	37	3	4	7	1	4	1,8	4,2	44,4	2,4	2,4	4,2	0,4	0,4	60,2	46,252	<b>106,452</b>	
Botânica	0	2	11	2	1	8	5	6	0	1,2	13,2	1,6	0,6	4,8	2	0,6	24	9,660	<b>33,660</b>	
Ciência da Computação	0	0	3	0	0	0	0	2	0	0	3,6	0	0	0	0	0,2	3,8	1,025	<b>4,825</b>	
Ciência da Nutrição	0	7	6	2	6	19	14	11	0	4,2	7,2	1,6	3,6	11,4	5,6	1,1	34,7	10,234	<b>44,934</b>	
Ciênc. e Tec. Alim.	2	11	21	2	3	44	2	8	3,6	6,6	25,2	1,6	1,8	26,4	0,8	0,8	66,8	29,293	<b>96,093</b>	
Ciências Florestais	4	4	5	0	0	57	14	6	7,2	2,4	6	0	0	34,2	5,6	0,6	56	1,812	<b>57,812</b>	
Economia Doméstica	1	1	1	1	0	66	0	0	1,8	0,6	1,2	0,8	0	39,6	0	0	44	0,687	<b>44,687</b>	
Economia Aplicada	0	7	0	0	0	14	7	20	0	4,2	0	0	0	8,4	2,8	2	17,4	0,000	<b>17,400</b>	
Engenharia Agrícola	7	3	18	0	4	49	6	26	12,6	1,8	21,6	0	2,4	29,4	2,4	2,6	72,8	7,876	<b>80,676</b>	
Engenharia Civil	1	6	5	0	0	6	3	5	1,8	3,6	6	0	0	3,6	1,2	0,5	16,7	3,882	<b>20,582</b>	
Entomologia	1	12	66	2	14	14	4	7	1,8	7,2	79,2	1,6	8,4	8,4	1,6	0,7	109	54,774	<b>163,674</b>	
Extensão Rural	9	13	0	0	0	6	4	2	16,2	7,8	0	0	0	3,6	1,6	0,2	29,4	0,000	<b>29,400</b>	
Física Aplicada	0	0	22	0	1	0	0	0	0	0	26,4	0	0,6	0	0	0	27	55,347	<b>82,347</b>	
Fisiologia Vegetal	0	0	20	0	0	2	2	2	0	0	24	0	0	1,2	0,8	0,2	26,2	27,884	<b>54,084</b>	
Medicina Veterinária	0	7	49	0	2	19	2	8	0	4,2	58,8	0	1,2	11,4	0,8	0,8	77,2	12,134	<b>89,334</b>	
Meteorologia Agrícola	0	0	5	0	0	12	1	4	0	0	6	0	0	7,2	0,4	0,4	14	7,132	<b>21,132</b>	
Microbiologia Agrícola	0	0	19	0	1	12	0	2	0	0	22,8	0	0,6	7,2	0	0,2	30,8	23,779	<b>54,579</b>	
Zootecnia	2	8	161	0	2	12	3	2	3,6	4,8	193	0	1,2	7,2	1,2	0,2	211	49,692	<b>261,092</b>	
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>92</b>	<b>519</b>	<b>12</b>	<b>39</b>	<b>363</b>	<b>77</b>	<b>117</b>												

Obs: Para o cálculo da produção científica, foi usada a fórmula : Prod= n°.artigos \* (1+respectivo índice de impacto)

## EXPLICAÇÃO DO CÁLCULO – 2007

**Índice MS e DS =** Para obter estes índices utilizaram-se como parâmetros:  
Produção científica, Índice de Titulados, Número de alunos e Conceito CAPES.

**Produção científica =** Livros+capítulos+artigos em periódicos  
Periódicos foram ponderados de acordo com o seu respectivo Índice de Impacto combinado com sua classificação no Qualis.

Classificação Qualis	Valor
Internacional A=	1,2
Internacional B=	0,8
Internacional C=	0,6
Nacional A=	0,6
Nacional B=	0,4
Nacional C=	0,1
Capítulo de livro=	0,6
Livro=	1,8

Após a valorização individual de cada artigo baseado no critério acima, foi acrescentada à produção científica a soma dos índices de impacto de todos os artigos do programa

$Prod = (\text{artigo}[1] * \text{índice qualis} + \dots + \text{artigo}[n] * \text{índice qualis}) + (\text{índice impacto}[\text{artigo}1] + \dots + \text{índice impacto}[\text{artigo } n])$ .

**Produtividade relativa =** Produção per capita do programa/produção per capita total.

**Índice de Titulados=** Total de titulados no ano/total de matriculados no programa no 1º semestre do mesmo ano.

**Índice de titulados relativo=** Ind. Titul.média %/Total (Implantado a partir de 2006).

**Conceito % =** Conceito do programa/referencial do conceito (se > 1, considerar 1. Caso contrário, usar valor obtido).

**Referencial do conceito:** Cursos com conceito >= 5 (MS) ou = 7 (DS) têm referencial máximo (100%)  
< 5 (MS) ou < 7 (DS) têm referencial proporcional ao máximo (<100%).

**Conceito relativo=** Conceito %/total

**No. Alunos =** Número de alunos matriculados, que tenham até 24(MS) ou 48(MS) meses de curso.

**Cursos novos:** Os valores já vêm definidos pela CAPES.

**Cursos semi-novos:** Valores do ano anterior mais 2 bolsas p/ MS e 2 p/ DS se for o caso.  
Os cursos novos e seminovos não entraram no cálculo dos índices de MS e DS.

**Tamponamento:** Foi estabelecido um tampão para garantir perdas máximas de 5% em relação ao ano anterior.

**Cálculo do tamponamento:** Para garantir a perda máxima de 5% fez-se a compensação das perdas excedentes abatendo-as proporcionalmente nos ganhos.